

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais**

*EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS:  
A securitização das mudanças climáticas no sistema internacional*

**Luciana Mendes Barbosa**

**Belo Horizonte**  
**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Luciana Mendes Barbosa**

*EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS:  
A securitização das mudanças climáticas no sistema internacional*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Co-orientadora: Matilde de Souza

**Belo Horizonte  
2008**

*À minha mãe, Eliana, e ao meu irmão, Eder.*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Matilde de Souza, um agradecimento especial: primeiramente, por ter aceitado o desafio de me acolher como orientanda, com um tema que ainda nos era estranho; em segundo lugar, pelo trabalho, sábio, compreensivo e generoso, de orientação; e, em terceiro lugar, pela enorme paciência frente às minhas inseguranças e inabilidades.

À banca examinadora pela atenção e críticas a este modesto trabalho.

Ao CNPq pela concessão da bolsa, decisiva neste percurso.

Ao Coordenador do Programa, Professor Eugenio Diniz, a quem chamo carinhosamente de “anjo da guarda”, por sua infinita generosidade e dedicação, sem a qual eu não alcançaria a linha de chegada.

Ao Professor Paulo Esteves, por me apresentar à Escola de Copenhague.

Aos Professores e Funcionários do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais pelo apoio e aprendizado inestimáveis, em especial, aos Professores Otávio Dulce e Eduardo Soares, fontes inesgotáveis de inspiração, e à Paula Mayrink, com quem eu sempre pude contar.

Aos colegas do Conjuntura Internacional pelos momentos agradáveis de trabalho, diversão e aprendizado, especialmente ao Professor Rodrigo, pela confiança e amizade sinceras.

À minha família, pequena no tamanho, monumental na força e no afeto.

Aos velhos e novos amigos, em especial, à Carla, ao Helbert e a minha futura comadre Pollyanna.

Ao Senhor, Meu Deus, meu refúgio e minha fortaleza, em Quem eu sempre confiarei.

*A alma é uma coleção de belos quadros adornecidos, os seus rostos envolvidos pela sombra. Sua beleza é triste e nostálgica porque, sendo moradores da alma, sonhos, eles não existem do lado de fora. Vez por outra, entretanto, defrontamo-nos com um rosto (ou será apenas uma voz, ou uma maneira de olhar, ou um jeito da mão...) que, sem razões, faz a bela cena acordar. E somos possuídos pela certeza de que este rosto que os olhos contemplam é o mesmo que, no quadro, está escondido pela sombra. O corpo estremece. Está apaixonado. Acontece, entretanto, que não existe coisa alguma que seja do tamanho do nosso amor. A nossa fome de beleza é grande demais. (...) Cedo ou tarde descobrirá que o rosto não é aquele. E a bela cena retornará à sua condição de sonho impossível da alma. E só restará a ela alimentar-se da nostalgia que rosto algum poderá satisfazer...*

*Rubem Alves*

## RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de construção de ameaças no campo ambiental, tendo como objeto de análise os discursos sobre mudanças climáticas. Para tanto, utiliza a teoria de securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, na qual o processo comunicativo e a natureza política da segurança, entendida como um ato de fala (*speech act*), é enfatizado. Partindo-se das definições e critérios estabelecidos pelos atores na enunciação das mudanças climáticas em diversos fóruns multilaterais e meios de divulgação importantes, buscou-se: i) identificar os principais atores securitizadores do clima, ii) as estratégias discursivas empregadas na construção das mudanças climáticas como ameaça à segurança internacional; iii) os objetos de referência dos discursos securitizadores; e iv) as perspectivas de segurança que informam os discursos desses atores. Contudo, como o processo de securitização não pode ser reduzido ao ato de fala apenas, foram pesquisados também o contexto e as condições de felicidade – que incluem o uso de uma gramática de segurança, o capital social do enunciador e as características dos objetos referentes – na produção desses discursos. Para tanto, o principal método adotado é a análise de documentos políticos oficiais e aqueles produzidos em contextos mais amplos, utilizando-se de técnicas de análise de discurso.

Palavras-chave: Teoria da Securitização. Atos de Fala. Segurança. Mudanças Climáticas.

## **ABSTRACT**

This study examines the process of construction of threats in the environmental field, with the discourse on climate change as object of analysis. Thus, using the theory of securitization developed by the School of Copenhagen, in which the communicative process and the political nature of security, understood as a speech act, is emphasized. Based on the definitions and criteria established by the actors in the enunciation of climate change in various multilateral fora and important means for disseminating, it was: i) identify the main securitize actors of the climate, ii) the discursive strategies employed in the construction of climate change as a threat to international security, iii) the referent objects of securitizing discourses, and iv) the prospects of security that inform the discourses of these actors. However, as the process of securitization may not be reduced merely to the act of speech, were also investigated the context and conditions of happiness - including the use of a security grammar, the social capital of enunciator and the characteristics of referent objects – in the production of these discourses. Thus, the main method used is the analysis of official policy documents and those produced in broader contexts, using techniques of discourse analysis.

Key-words: Securitization theory. Speech act. Security. Climate change.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Matriz dos Estudos de Segurança.....	21
QUADRO 2 Conceitos de Segurança.....	22
QUADRO 3 Material textual selecionado para análise.....	64
QUADRO 4 Principais categorias avaliadas no processo de securitização do clima .....	101

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Matriz bidimensional de segurança .....	29
FIGURA 2 Escolas de Estudos de Segurança .....	32
FIGURA 3 Modelo Ampulheta de Segurança.....	33
FIGURA 4 Relação entre segurança, meio ambiente e suas variações conceituais.....	37
FIGURA 5 Principais paradigmas da segurança ambiental .....	39
FIGURA 6 Modelo de análise de discurso.....	60
FIGURA 7 Metodologia de análise.....	61
FIGURA 8 Pesquisa “The public opinion of European Union”.....	107
FIGURA 9 Pesquisa “As atitudes dos Europeus em relação às mudanças climáticas” .....	108
FIGURA 10 Pesquisa sobre ameaça das mudanças climáticas .....	109
FIGURA 11 Survey “Young People Urge World Leaders to Combat Climate Change” .....	110
FIGURA 12 Pesquisa “Mudanças Climáticas: um sério problema ou não? .....	111

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AOSIS – Alliance of Small Island States  
CFSP – Common Foreign and Security Policy  
COPRI – Copenhagen Peace Research Institute  
CIUC – Conselho Internacional de Uniões Científicas  
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
COP – Conferência das Partes  
DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano  
ECS – Estudos Críticos de Segurança  
ESA – European Space Agency  
EUA – Estados Unidos da América  
GECHS – Global Environmental Change and Human Security  
GMES – Global Monitoring for Environment and Security  
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PESC – Política Externa e de Segurança Comum  
PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
RSH – Rede de Segurança Humana  
UE – União Europeia  
UNFCCC – United Nations Framework Conventions on Climate Change  
URSS – União da República Socialista Soviética  
WBGU – German Advisory on Climate Change  
WCED – World Commission on Environment and Development  
WMO – World Meteorological Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE.....</b>	<b>18</b>
2.1 (Re) pensando segurança no pós-Guerra Fria.....	18
2.2 Segurança: breve análise conceitual.....	20
2.2.1 <i>Segurança Nacional</i> .....	23
2.2.2 <i>Segurança Humana</i> .....	25
2.3 “Nem tanto à terra, nem tanto ao mar”: a Escola de Copenhague e o conceito médio de segurança.....	30
2.4 Segurança Ambiental: entre as perspectivas nacional e humana.....	35
2.4.1 <i>Conflito ambiental</i> .....	40
2.4.2 <i>Segurança Ambiental</i> .....	42
<b>3 A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO: UMA ALTERNATIVA AOS ESTUDOS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>46</b>
3.1 Segurança: uma estrutura de análise.....	49
3.2 Segurança como ato de fala.....	52
3.3 Securitização e análise de discurso: o percurso metodológico.....	58
<b>4 SEGURANÇA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>66</b>
4.1 As mudanças climáticas como um problema de segurança: uma genealogia.....	67
4.1.1 <i>O fracasso de Haia, a “Guerra contra o terror” e o agravamento dos discursos sobre as mudanças climáticas</i> .....	72
4.2 O debate no Conselho de segurança: algumas tendências no processo de securitização do clima.....	84
4.2.1 <i>As mudanças climáticas como uma “global threat multiplier”: a segurança humana como protagonista dos discursos securitizadores do clima</i> .....	86
4.2.2 <i>As mudanças climáticas e a ameaça ao “American way of life”: em defesa do discurso do desenvolvimento</i> .....	91
4.3 <i>“Garantir a segurança em um mundo em mudança”</i> : e Europa e a liderança no processo de securitização de mudanças climáticas.....	102
4.4 Mudanças climáticas e segurança: uma discussão.....	115
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Até meados da década de 1980, o problema das mudanças climáticas era praticamente desconhecido ou de pouca relevância para a população mundial, circulando apenas pelos gabinetes de ativistas ambientais, acadêmicos e alguns líderes políticos. Em virtude de sua ampla complexidade, essa temática só passou a figurar na agenda das relações internacionais com o estabelecimento do IPCC em 1988, a adoção da Convenção do Clima em 1992 e do Protocolo de Kyoto, em 1997, marcos do processo de politização das mudanças climáticas.

Contudo, em 2007 os efeitos das mudanças climáticas começaram a ser tratados amplamente como questão de segurança internacional, simbolizada por três eventos significativos: a publicação do “Quarto Relatório de Avaliação” do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), a primeira reunião do Conselho de Segurança para debater o tema, e o prêmio Nobel da Paz concedido ao IPCC e ao ex Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore; indicando a existência de um processo gradual de construção das mudanças climáticas como ameaça à paz e segurança internacionais, que tem sido realizado por comunidades epistêmicas, organizações governamentais, não-governamentais e atores estatais.

Desde que os problemas ambientais começaram a ser politizados na década de 1970, tem surgido diversos apelos à sua securitização. Uma das ilustrações clássicas são os artigos publicados por Richard Ullman em 1983, Jessica Mathews e Norman Myers em 1989, os quais alertavam para a necessidade de redefinição do conceito de segurança para a inclusão dos problemas ambientais. Com o fim da Guerra Fria, este tema, pensado tradicionalmente como *low politics*, passa a interessar também ao debate realizado no campo de estudos de segurança sobre a emergência de novas ameaças e a necessidade de expansão da agenda. Essa integração das temáticas ambientais aos estudos de segurança realizou-se de modo mais efetivo com a publicação da obra de Buzan, Waever e Wilde, em 1998. Em *Security: a new framework for analysis*, Buzan *et al* (1998) propõem a elaboração de quadros analíticos específicos para cada um dos setores de segurança, com a construção de suas próprias regras, atores, discursos e objetos de referência.

---

<sup>1</sup> "O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil"

Contudo, cumpre destacar que o entendimento dessa relação entre degradação ambiental e estabilidade política não é homogêneo e tem se realizado a partir de premissas distintas, que indicam a existência duas abordagens gerais: a primeira se baseia na idéia de conflito ambiental, em geral, fundamentada pelo conceito de escassez ou de abundância de recursos naturais, responsável pelo desencadeamento de conflitos domésticos e internacionais. Essa perspectiva realiza-se pelos pressupostos tradicionais de segurança, segundo os quais a soberania e a integridade territorial do Estado são os principais eixos dos estudos de segurança. A segunda abordagem, baseada nos estudos de segurança de caráter mais abrangente e profundo (*broadening and deepening security*), refere-se ao modo como as mudanças no meio ambiente afetam não só a segurança dos Estados, mas também a dos indivíduos, integrando uma tendência recente nesse campo: a segurança humana.

Para todos os efeitos, a questão ambiental tem emergido como um desafio (ecológico, de desenvolvimento, de segurança, etc.) que expõe ao exame crítico alguns dos pressupostos fundamentais da “*mainstream*” das ciências sociais e, mais especificamente, dos estudos de segurança, que resistiram por um longo tempo à inclusão dos problemas ambientais em suas análises. Entretanto, estudos com esse enfoque tem se tornado cada vez mais freqüentes, sendo comum encontrar publicações sobre problemas socioambientais de caráter global, como os refugiados ambientais (BATTES, 2003; EL-HINNAWI, 1985; MYERS, 1993), as guerras e os conflitos por recursos naturais escassos (STARR, 1991; TURTON, 2001; HOMER-DIXON, 1991) e mais recentemente sobre as ameaças colocadas pelas mudanças climáticas (BARNETT, 2001; BRAUCH, 2007; 2008; FLOY, 2008; TROMBETTA, 2008; WAEVER, 2009).

No que tange à questão das mudanças climáticas, esta foi levada pela primeira vez ao Conselho de Segurança em 2007, com a finalidade de discutir suas consequências para a paz e segurança internacionais. Esse debate não constitui, contudo, um evento isolado, antes, integra uma cadeia discursiva materializada em relatórios e conferências, na qual as mudanças climáticas têm sido identificadas como um problema de segurança nacional e internacional (Ver, por exemplo, CNA, 2007; BRAUCH, 2007, 2008; IPCC 1995, 2001, 2007; WBGU, 2007; STERN, 2006).

Em 2003, Schwartz e Randall publicaram o relatório “*An abrupt climate change scenario and its implications for United States National Security*”, a pedido do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, alertando para o risco de instabilidades globais em função das consequências

das mudanças climáticas, que poderiam inclusive ameaçar a segurança nacional dos Estados Unidos. O mesmo tipo de alerta foi dado pelo Centro de Análises Naval (CNA) em 2007, segundo o qual *“as mudanças climáticas podem agir como uma ameaça multiplicadora de instabilidades em algumas das mais voláteis regiões do mundo, e elas apresentam desafios significantes à segurança nacional para os Estados Unidos”* (CNA, 2007, p. 03).<sup>2</sup>

Em 2004, o então chefe do Conselho Científico do Reino Unido, David King, afirmou que as mudanças climáticas representariam *“uma ameaça tão grande quanto o terrorismo”* (THE INDEPENDENT, 2004). Em 2006, o Ministro do Interior do governo britânico, John Reid, declarou publicamente que as mudanças climáticas seriam a força motora por trás do genocídio em Darfur, afirmando que *“a verdade abrupta é que a falta de água e de terras agricultáveis é um fator contribuinte para o trágico conflito que nós vemos em desdobramento em Darfur. Nós devemos ver isso como um sinal de alerta”* (SEED MAGAZINE, 2006, tradução nossa).<sup>3</sup> O governo do Reino Unido, um dos mais empenhados na securitização do clima, elaborou com base nas conclusões do Relatório Stern, publicado em 2006, uma agenda, - *“Energia, Clima e Segurança”* - na qual *“as mudanças climáticas são mais que uma questão ambiental, mas um problema de segurança”* (UNITED KINGDOM, 2007).

As conclusões a que chegaram o Relatório Stern também mobilizaram os países integrantes do G-8, do G-5 e da União Européia (Brasil, México, África do Sul, China e Índia) a debaterem as consequências das mudanças climáticas numa conferência realizada em 2007, em Berlim, na Alemanha, com vistas à definição do papel da política externa na garantia de suprimentos de energia seguros, bem como a proteção do clima global. Nessa conferência os países participantes admitiram que *“as mudanças climáticas tem o potencial para debilitar a habilidade dos governos em assegurar a segurança nacional, e conseqüentemente a paz e segurança internacionais”* (G-8, 2007, p. 01).

A relação entre mudanças climáticas e segurança também tem sido uma maiores preocupações da União Européia que em 2008 apresentaram o relatório *“Mudanças Climáticas e Segurança Internacional”* ao Conselho Europeu, com o objetivo de avaliar o *“[...] impacto das alterações climáticas na segurança internacional e estudar o impacto dessas consequências*

---

<sup>2</sup> Climate change can act as a threat multiplier for instability in some of the most volatile regions of the world, and it presents significant national security challenges for the United States.

<sup>3</sup> The blunt truth is that the lack of water and agricultural land is a significant contributory factor to the tragic conflict we see unfolding in Darfur. We should see this as a warning sign.

*internacionais para a própria segurança da Europa, e a forma como a UE deverá responder a esse impacto”* (COMISSÃO, 2008, p. 02).

Todos esses apelos podem ser caracterizados como um típico movimento de securitização por meio da representação das mudanças climáticas como uma ameaça existencial, urgente, demandando ações imediatas. Uma das mais promissoras tentativas de conceituar a construção de ameaças à segurança é a teoria de securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague, um corpo de pesquisa cujos integrantes mais conhecidos são Barry Buzan e Ole Waever. Nesse sentido, a teoria da securitização é relevante para este trabalho na medida em que permite considerar as consequências da ampliação da agenda de segurança e lidar mais especificamente com os problemas ambientais.

De acordo com a teoria da securitização, não existem ameaças objetivas à espera da descoberta. Pelo contrário, diferentes questões podem vir a se tornar um problema de segurança se as comunidades políticas as construírem como tal, através de atos de fala bem-sucedidos que transformam as práticas relativas a estas questões. No entanto, a securitização não pode ser reduzida ao ato de fala apenas, é preciso considerar também as condições sob as quais estes atos se manifestam, assim como as condições facilitadoras (AUSTIN, 1990). Buzan *et al* (1998) argumentam que estas condições incluem o uso de uma gramática de segurança, o capital social do enunciador e as características dos objetos referentes. Todavia, embora seja argumentado que a securitização dependa das condições de possibilidade, segurança refere-se, em última análise, a entendimentos compartilhados. Desse modo, a securitização, conforme Waever (2000), é basicamente constituída no campo da intersubjetividade (WAEVER, 2000, p. 252).<sup>4</sup> Em outras palavras, a teoria da securitização reconhece a relação intersubjetiva entre um enunciador e uma audiência, desde que sejam observadas certas condições enunciativas e estruturais.

Considerando, então, o debate existente sobre a relação entre segurança e mudanças climáticas e tendo em vista que somente pela adoção de um conceito ampliado de segurança é que se pode capturar de modo eficaz o processo em análise, este trabalho problematiza a construção das mudanças climáticas como ameaça à segurança (internacional, nacional e humana), adotando como metodologia a análise de discursos performados por atores em fóruns voltados para a discussão do problema.

---

<sup>4</sup> Securitization is ultimately constituted in the inter-subjective realm.

À luz da teoria de securitização e da pergunta “Como se dá o processo de construção das mudanças climáticas como ameaça à segurança?”, este trabalho tem por objetivo central compreender como a lógica de segurança é construída no campo ambiental, através da exploração da dinâmica de securitização das mudanças climáticas. Por sua vez, com o propósito de esquadriñar respostas para tal questão, são sugeridas as seguintes hipóteses:

- Organizações como o IPCC sustentam o “movimento de securitização” do clima, na medida em que possuem legitimidade científica e ocupam lugar privilegiado no regime de mudanças climáticas, articulando práticas anteriormente fragmentadas;
- Somente pela securitização de questões não tradicionais de segurança, especialmente, os problemas ambientais, que diferentes lógicas ou práticas de segurança podem emergir, revelando assim os limites de uma lógica específica de segurança, pautada no excepcionalismo e no antagonismo entre amigos e inimigos;
- O processo de securitização das mudanças climática não atingiu o estágio de institucionalização por refletir um campo ainda em disputa, haja vista os conflitos discursivos travados entre atores estatais na reunião do Conselho de Segurança acerca das alterações climáticas;

A partir do exposto, este trabalho se desenvolve em três capítulos principais, além da introdução e conclusão. O capítulo 2 “Segurança e meio ambiente: uma perspectiva de análise” tem como objetivo fornecer um quadro teórico e analítico sobre o conceito de segurança, especialmente o de segurança ambiental. Para tanto, serão analisados os contextos históricos e filosóficos que deram origem às diferentes concepções de segurança (nacional, nacional abrangente e humana), permitindo a compreensão dos diferentes legados deixadas por estas tradições ao conceito de segurança ambiental.

No capítulo 3 “A Escola de Copenhague e a Teoria de Securitização: uma alternativa aos estudos de segurança” é exposto o trabalho desenvolvido pela Escola de Copenhague por meio da apresentação de suas principais contribuições teóricas e metodológicas, materializadas pela teoria de securitização. Por sua vez, demonstrar-se-á como essa teoria permitirá investigar os processos decorrentes da enunciação de uma ameaça à segurança internacional derivada das mudanças

climáticas por meio da apresentação de seu instrumental analítico. Além disso, é apresentado também todo o aparato metodológico envolvido na construção desse trabalho, com a qualificação minuciosa de todas as categorias, critérios e selecionados para análise.

No capítulo 4 “Segurança e mudanças climáticas: explorando a construção de ameaças no sistema internacional” é traçada, primeiro, um breve histórico dos movimentos securitizadores das mudanças climáticas. Em seguida, com base nos aspectos normativos da teoria da securitização, são apresentados os critérios que permitiram designar a União Européia como principal ator securitizador das mudanças climáticas, assim como os discursos que contribuíram para a mobilização da audiência. Em seguida são debatidos os desafios apresentados pelas mudanças climáticas à lógica de segurança.

## **2. SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE**

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais reflexões sobre o conceito de segurança, em especial a confluência entre uma gramática comum ao campo discursivo da segurança e à lógica característica ao campo ambiental, resultando, então, no surgimento de um novo domínio nos estudos de segurança: a segurança ambiental. Para tanto, foi traçado um breve panorama dos estudos de segurança, bem como identificadas as metamorfoses sofridas pelo conceito, na tentativa de desvelar o modo como se deu a ampliação desses estudos para além do setor militar, permitindo a inclusão das mudanças climáticas nos discursos de segurança.

### **2.1 (Re) pensando segurança no pós-Guerra Fria**

Durante o período da Guerra Fria o conceito de segurança foi central para os estudos de política internacional, que se voltavam principalmente para questões militares e sobre o uso da força, uma vez que o grande problema para o bloco capitalista era responder ao amplo espectro de desafios colocados pela União Soviética, sobretudo por possíveis ataques nucleares. A Guerra Fria pode, então, ser sintetizada pela rivalidade entre dois sistemas de economia política mutuamente excludentes, acerca do futuro da sociedade industrial (BUZAN, 1997). Nesse contexto ganhavam relevo também os estudos estratégicos, que tinham o Estado como objeto de referência central da segurança, pensada estritamente sob a perspectiva dos interesses estatais, cujas lentes convergiam para a soberania e integridade territorial do Estado (BUZAN, 1997). Contudo, com as transformações globais em curso desde a década de 1970 e a emergência de uma ampla agenda de segurança nos anos 1980, os aspectos não-militares da segurança passaram a adquirir maior visibilidade.

Com a extinção da Guerra Fria, as críticas sobre a primazia da segurança militar se asseveraram, especialmente por parte de acadêmicos adeptos de um conceito mais crítico e abrangente de segurança, o que resultou na fragmentação dos debates em três perspectivas que, segundo Buzan (1997), podem ser denominadas como: tradicionalista, cujo foco principal é

militar; abrangente, partidária da expansão horizontal do conceito; e, mais recentemente, a corrente crítica, reunida sob o nome de Estudos de Segurança Crítica, cuja finalidade é adotar uma postura questionadora perante o quadro em que a segurança é conceituada, expandindo-a vertical e horizontalmente. Conforme destaca o autor:

O debate entre abrangentes e tradicionalistas surgiu da insatisfação com a intensa limitação do campo, imposta pelas obsessões militares e nucleares da Guerra Fria. Esse debate foi estimulado primeiro pelo surgimento das agendas econômica e ambiental nas relações internacionais durante as décadas de 1970 e 1980, e pelo surgimento de preocupações com questões de identidade e crime transnacional durante os anos de 1990 (BUZAN, 1997, p. 08-09, tradução nossa).<sup>5</sup>

A ampliação do escopo de segurança acabou por desencadear uma contra-reação dos tradicionalistas, que optaram por limitar estes estudos a demandas centradas no uso da força e na ameaça. Segundo Buzan (1997, p.09), o principal argumento dos tradicionalistas é que essa ampliação progressiva colocaria em perigo a coerência intelectual do conceito de segurança, esvaziando seu significado. Desse modo, para os tradicionalistas as únicas ameaças que colocariam em perigo a sobrevivência do Estado seriam as militares, enquanto que outros tipos de ameaças seriam tidos como “problemas” a serem equacionados e que não necessariamente careceriam da mobilização de recursos da sociedade para enfrentá-los (MESSARI, 2003; BUZAN, 1997). Ainda, conforme a crítica de Buzan, esse argumento

“[...] talvez mascare uma preocupação política geralmente tácita de que a permissão para que questões não-militares adquirissem status de segurança poderia ter efeitos indesejáveis e/ou contra-produtivos sobre toda a fábrica das relações sociais e internacionais” (BUZAN, 1997, p. 09, tradução nossa).<sup>6</sup>

Já os acadêmicos da linha abrangente argumentam que o conceito tradicional de segurança é tão limitado que não pode ser aplicado aos novos tipos de ameaças apresentadas por distúrbios políticos, econômicos, sociais e ambientais. Segundo Buzan (1997, p.08), “a imagem de ‘uma nova desordem mundial’ começou a dominar as percepções de futuro, trazendo com ela

---

<sup>5</sup>The debate between wideners and traditionalists grew out of dissatisfaction with the intense narrowing of the field imposed by the military and nuclear obsessions of the Cold War. It was stimulated first by the rise of the economic and environmental agendas in international relations during the 1970s and 1980s and by the rise of concerns with identity issues, and transnational crime during 1990s.

<sup>6</sup> “[...] perhaps masked a generally unspoken political concern that allowing non-military issues to achieve security status would have undesirable and/or counter-productive effects on the whole fabric of social and international relations.”

uma nova agenda de segurança” no pós-Guerra Fria. Por sua vez, enquanto os abrangentes defendiam a ampliação do conceito, por meio de uma abordagem construtivista das análises de segurança, os tradicionalistas criticavam essa postura em virtude dos abalos à sua coerência intelectual. Não obstante, é importante examinar, em primeiro lugar, se esses exemplos envolveriam um conceito uniforme de segurança e, em segundo lugar, a que tipo de definição eles se referem, visto que muitos estudiosos teorizaram sobre os problemas de segurança sem, contudo, se debruçarem sobre o conceito *per se*, levando inclusive alguns autores a chamá-lo de “o conceito negligenciado” (BALDWIN, 1997, p.08). Mais do que isso, aqueles que se dedicam a tal tarefa acabam por se concentrar mais nas agendas políticas dos Estados, do que no próprio conceito (BALDWIN, 1997, p.05). Sendo assim, a identificação de elementos comuns a várias concepções de segurança é útil por que:

Primeiro, esta identificação facilita fazer a pergunta mais básica das ciências sociais “A que se refere este caso?” Segundo, ela promove uma análise política racional pela facilitação da comparação de um tipo de política de segurança com outro. E terceiro, essa identificação facilita a comunicação acadêmica pelo estabelecimento de uma base comum entre aqueles com visões diferentes. (BALDWIN, 1997, p.05, tradução nossa).<sup>7</sup>

Além do mais, “a elucidação da linguagem da ciência política não é de modo algum um exercício inútil em semântica, mas em muitos casos a forma mais efetiva para solucionar problemas efetivos de pesquisa” (OPPENHEIM, 1975, p.284 *apud* BALDWIN, 1997, p.07, tradução nossa).<sup>8</sup> Desse modo, qualquer pesquisa que tenha por objetivo compreender problemas de segurança, tem como condição precedente sua análise conceitual.

## 2.2 Segurança: uma breve análise conceitual

Desde o crepúsculo da Guerra Fria, o conceito de segurança tem sido objeto de contínuas mudanças de sentido. A predominância da segurança militar no período da guerra cedeu lugar à

---

<sup>7</sup> First, it facilitates asking the most basic question of social science, “Of what is this an instance?” Second, it promotes rational policy analysis by facilitating comparison of one type of security policy with another. And third, it facilitates scholarly communication by establishing common ground between those with disparate views.

<sup>8</sup> The elucidation of the language of political science is by no means is an idle exercise in semantics, but in many instances a most effective way to solve substantive problems of research.

incorporação de novos setores, níveis de análise e objetos referentes ao campo de estudos de segurança. De acordo com Paris (2001), as diferentes modalidades podem ser agrupadas, conforme explana o Quadro 1, de acordo com as seguintes perspectivas: i) a tradicional, que entende segurança como um atributo do Estado, referindo-se à ausência de ameaças militares; ii) a ampla ou abrangente (*broadening security*), que alude (in)diretamente às relações interestatais; iii) a abordagem profunda de segurança (*deepening security*), restrita às ameaças militares a atores não-estatais<sup>9</sup>, e iv) a abordagem profunda e universal de segurança (*deepening security*), para a qual segurança é considerada um atributo de qualquer entidade social – indivíduos, comunidades, Estados, biosfera, mercado, etc. (MESJASZ, 2004).

*Qual é a origem das ameaças de segurança?*

	Militar	Militar, não-militar ou ambas
Estados	Segurança Nacional (Abordagem realista convencional dos Estudos de Segurança)	<i>Redefining Security</i> (Abordagem construtivista abrangente dos Estudos de Segurança. Setorialização: segurança militar, societal, política, econômica e ambiental)
<i>Segurança para quem?</i>		
Sociedades, Grupos e Indivíduos	Segurança Intraestatal (Abordagem profunda dos estudos de segurança, porém restrita às ameaças militares)	Segurança Humana (perspectiva profunda dos estudos de segurança, com ameaça à sobrevivência de sociedades, grupos e indivíduos)

**Quadro 1: Matriz dos Estudos de Segurança**  
**Fonte: Adaptado de Paris, 2001**

Na visão convencional, segurança refere-se à condição de estar protegido, livre de perigos e seguro (DER DERIAN, 1995, p. 28). Contudo, Der Derian, numa breve genealogia do conceito, sugere que este está sujeito muito mais à complexidade histórica e à natureza contingente das relações internacionais do que a tradição supõe. Por outro lado, este autor também afirma que o conceito de segurança tem assumido “significados contestados” ou mesmo contraditórios, inerentes ao conteúdo evasivo do fenômeno que as diferentes definições tentam descrever, bem como aos esforços que seus inúmeros usuários empreenderam na tentativa de fixar e atribuir significados, visando seus próprios fins (DER DERIAN, 1995, p. 27-28). Buzan, citado por Lipchutz em “*On security*”, também compartilha da perspectiva de que este conceito

<sup>9</sup> Tal definição não foi retratada no texto em razão das dificuldades de acesso à bibliografia.

tem múltiplos e contestados significados, denominando-o de um “*essentially contested concept*” (BUZAN, 1991 *apud* LIPCHUTZ, 1995, p. 07).

Além da multiplicidade, cada percepção de segurança relaciona-se a diferentes objetos referentes, níveis de análise e setores. No que tange aos objetos de referência, estes podem contemplar, dependendo da categoria de segurança, não só os Estados, mas também indivíduos, grupos domésticos, regiões e até mesmo a biosfera e o mercado, sendo que a mesma abrangência pode ser encontrada nos níveis de análise de segurança. Já a abordagem setorial pode envolver não só o setor militar, mas também os setores político, societal, econômico e ambiental. Por razões óbvias, os níveis de análise, valores, objetos referentes e setores variam de uma abordagem de segurança para outra, sendo que as ameaças também podem advir de origens distintas, assim como sob formas diferentes, como se pode observar no Quadro 2.

<b>Categoria</b>	<b>Objetos de Referência</b>	<b>Valores em risco</b>	<b>Origens da ameaça</b>	<b>Formas de ameaça</b>
Segurança Nacional	Estados (Regimes)	Soberania Integridade Territorial	Outros Estados (atores sub-estatais)	Ataques militares
Segurança societal	Nações Grupos sociais	Unidade Nacional Identidade	Estados Migrantes Culturas	Genocídio Limpeza étnica Discriminação
Segurança Humana	Indivíduos Humanidade	Sobrevivência Qualidade de vida	Estado Globalização Mudanças ambientais	Crime Subdesenvolvimento
Segurança Ambiental	Ecosistemas Espécies	Sustentabilidade	Humanidade	Poluição Aquecimento global Destruição dos habitats naturais

**Quadro 2: Conceitos de Segurança**  
Fonte: Møller, 2005.

Em face das dificuldades decorrentes da impossibilidade de se atribuir um significado preciso à segurança e de se especificar seus referentes, Buzan (1997) elegeu três componentes básicos do Estado, no intuito de delimitar as possíveis ameaças a cada um destes, a saber: a idéia de Estado (nacionalismo); sua base física (população, recursos e tecnologia) e sua expressão institucional (sistema administrativo e político). No entanto, Buzan é criticado por Baldwin, que afirma:

Entender o conceito de segurança é um tipo fundamentalmente diferente de exercício intelectual em relação ao de especificar as condições sob as quais segurança pode ser obtida. Aliás, o esclarecimento intelectual precede logicamente à pesquisa pelas condições necessárias de segurança por que a identificação de tais condições pressupõe um conceito de segurança (BALDWIN, 1997, p. 08, tradução nossa).<sup>10</sup>

Com o objetivo de evitar os problemas apontados por Baldwin (1997), esta seção pretende explorar os significados atribuídos ao conceito de segurança no período do pós-Guerra Fria, momento em que emergiu “concepções alternativas de segurança” (LIOTTA, 2002), assim como esclarecer o caminho conceitual a ser adotado nesta pesquisa.

### 2.2.1 Segurança Nacional

A tradição hobbesiana, afirma Der Derian (1995), desfruta de grande *status* paradigmático nas relações internacionais, haja vista as “*foundational ideas*” contidas no realismo e em sua concepção de segurança. Em o Leviatã, Thomas Hobbes alimenta uma visão trágica dos homens que, em virtude de seu Estado de natureza (egoísta, ambicioso e competitivo), vivem uma “guerra de todos contra todos”, sujeitos a uma vida “solitária, pobre, suja, brutal e curta”. Esse destino trágico só pode ser evitado pelo estabelecimento de um contrato social, por meio do qual os indivíduos abdicam de seu poder para, então, entregá-lo a um soberano, o Leviatã, a quem cabe a manutenção da paz e a punição daqueles que porventura quebrarem o contrato. Contudo, essa tragédia se repete também em âmbito internacional, onde os Leviatãs (os Estados), vivendo num estado de natureza pré-contratual, buscam o acúmulo de poder para assegurar sua autopreservação. É através dessa imagem, segundo Der Derian, que se “pode discernir a fundação ontoteológica de um realismo epistêmico, no sentido de um imperativo ético-político embutido na natureza das coisas” (DER DERIAN, 1995, p. 30, tradução nossa).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Understanding the concept of security is a fundamentally different kind of intellectual exercise from specifying the conditions under which security may be attained. Indeed, conceptual clarification logically precedes the search for the necessary conditions of security because the identification of such conditions presupposes a concept of security.

<sup>11</sup> “[...] can discern the ontotheological foundations of an epistemic realism in the sense of an ethic-political imperative embedded in the nature of things”.

Ao contrário de um estado de natureza hobbesiano, destacam Nogueira e Messari (2005), a criação de um soberano em escala internacional seria impossível de acordo com os realistas, porque o mandato de cada soberano é precisamente a manutenção do monopólio do uso da força, nem que seja em um espaço restrito como o Estado. Nesse sentido, o estado de natureza é visto como uma realidade permanente que irá orientar as relações internacionais *ad infinitum*. Visto desse ângulo, as consequências da anarquia nas relações internacionais seriam semelhantes às consequências do estado de natureza de Hobbes: desconfiança permanente entre todos, a sobrevivência como único objeto possível, ou no mínimo como o objeto caracterizador dos demais, e a segurança como um jogo de soma zero, ou seja, a segurança de um estado só pode ser alcançado em detrimento da falta de segurança dos outros e vice-versa, caracterizando o chamado “dilema de segurança” (NOGUEIRA; MESSARI 2005, p. 26-27).

Desse modo, pode-se apreender “segurança”, no sentido tradicional, pelos princípios de soberania e territorialidade do Estado, na medida em que estes são entendidos como efeitos necessários da anarquia e não como um problema de escolha política<sup>12</sup>. “Em resumo, a segurança do realismo epistêmico é ontológica, teológica e teleológica: isso é, metafísica” (DER DERIAN, 1995, p.30, tradução nossa).<sup>13</sup> Segundo Waeber (1989), nesta percepção, segurança está relacionada à soberania e à idéia fundadora do Estado moderno, ou seja, está associada à tarefa do Estado de salvaguardar a paz doméstica e a estabilidade da ordem política.

Sob esta perspectiva, compartilhada por realistas clássicos como Morgenthau e Carr, a paz permanente, preconizada por Kant, é impossível de ser alcançada, uma vez que o máximo que os Estados podem fazer é o balanceamento de poder, cujas funções são a preservação de uma estabilidade precária entre duas nações e a preservação da independência de uma em face de outra (DINIZ, 2007, p. 33). Nesse sentido, retoma-se o problema do “dilema de segurança” colocado por Herz e citado por Diniz:

Onde quer que tal sociedade anárquica tenha existido – e ela existiu em algum nível na maioria dos períodos da história conhecida – surgiu o que pode ser chamado de “dilema de segurança” de homens, grupos ou seus líderes. Grupos ou indivíduos vivendo em tal constelação devem estar, e geralmente estão, preocupados com sua segurança quanto a ser atacado, subjugado, dominado ou aniquilado por outros grupos ou indivíduos. Esforçando-se por obter segurança quanto a tais ataques, eles são movidos a adquirir mais e mais poder de modo a escapar ao impacto do poder alheio. Isto, por sua vez, torna

<sup>12</sup> “Embora haja uma ampla variação na caracterização da segurança tradicional, muitos autores admitem que seus componentes-chave Westphalianos são o território nacional, o Estado e o poderio militar” (DAUDELIN, 1999, p.05)

<sup>13</sup> In short, the security of epistemic realism is ontological, theological and teleological: that is, metaphysical.

os demais mais inseguros e os obriga a prepararem-se para o pior. Como ninguém pode jamais sentir-se seguro em tal mundo de unidades em competição, segue-se uma competição por poder, e o círculo vicioso de acumulação de segurança e de poder está instalado (HERZ, 1960 *apud* DINIZ, 2007, p. 16).

Essa visão perpetuou-se entre teóricos realistas contemporâneos como Kenneth Waltz e John Mearsheimer. De acordo com os realistas estruturais, segurança ou insegurança resulta da estrutura do sistema internacional (BAYLIS, 2007). Para Mearsheimer (1990), o fim da Guerra Fria representou o retorno da política tradicional ao balanceamento de poder multilateral, visto que o período de paz e estabilidade proporcionado pela estrutura bipolar de poder durante a Guerra Fria foi rompido. Apesar de John Mearsheimer admitir a possibilidade de cooperação entre os Estados, ele aponta para os limites dessa cooperação por meio do constrangimento imposto pela lógica competitiva e dominante da segurança no sistema internacional (BAYLIS, 2007). Além dos aspectos mencionados, é importante ressaltar também o caráter objetivista dos estudos tradicionais de segurança, visto que almejam desenvolver conceitos universais, válidos, além de leis que possibilitem prever o futuro. (BUZAN *et al*, 1998; BAYLIS, 2007).

### **2.2.2 Segurança Humana**

O conceito de segurança humana surgiu pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – embora os princípios para sua formulação estivessem há muito manifestos no âmbito das Nações Unidas, a exemplo da Carta da ONU e de documentos posteriores que mencionam a soberania estatal e a defesa dos direitos humanos universais como valores a serem protegidos – como uma resposta instrumental e política aos problemas que as “novas guerras” e os “Estados falidos” passaram a apresentar no período do pós-Guerra Fria (SORJ, 2005). Essa abordagem, resultante não só do fim da Guerra Fria, mas do papel organizador que o discurso dos direitos humanos passou a desempenhar em fóruns multilaterais internacionais, amplia o conceito de segurança e passa a considerar que as ameaças devem ser avaliadas menos em função dos Estados e mais em função dos indivíduos e de seu bem estar. Além de representar uma resposta às catástrofes humanitárias, guerras civis e ações terroristas no pós-guerra, sua emergência está associada também à expansão da influência de organizações não-governamentais (ONGs) na política

mundial, principalmente no campo do humanitarismo e dos direitos humanos (EINSIEDEL *et al*, 2007).

Uma das principais inovações do conceito de segurança humana é a crítica ao estadocentrismo das abordagens tradicionais e abrangentes de segurança, conforme se observa no relatório do PNUD:

O conceito de segurança tem sido por um longo tempo interpretado de forma limitada: como a segurança do território de agressões externas, ou como a proteção de interesses nacionais na política externa, ou ainda como segurança global contra a ameaça de um holocausto nuclear. Este conceito tem se relacionado mais aos Estados-nação do que às pessoas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1994, p.22, tradução nossa).<sup>14</sup>

Tendo em vista tais limitações, o conceito desenvolvido pelo PNUD enfatiza o cumprimento das leis de defesa dos direitos humanos universais, considerando-o a principal tarefa da ordem internacional, mesmo contrariando a vontade dos Estados, os quais passam, inclusive, a serem considerados uma das principais fontes de insegurança individual. Nesse sentido, a segurança humana passa a manifestar anseios tais como “uma criança que não morre, uma doença que não se espalha, um emprego que não foi extinto, uma questão étnica que não eclodiu em violência, uma dissidência que não foi silenciada. Segurança humana não é uma preocupação com armas – mas uma preocupação com a vida e a dignidade humana” (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1994, p. 22). De modo mais claro, a segurança humana pode ser entendida como a proteção contra ameaças crônicas à vida humana como fome, doenças e repressão, além de referir-se à proteção contra rompimentos repentinos e prejudiciais nos padrões da vida cotidiana, sejam no trabalho, no lar ou nas comunidades. Sistemáticamente, a essência do conceito de segurança humana é a seguinte:

- A segurança humana é uma preocupação universal, sendo relevante em qualquer lugar;
- Os componentes da segurança humana são interdependentes;
- A segurança humana é mais fácil de ser assegurada por meio da prevenção do que da intervenção;

---

<sup>14</sup> The concept of security has too long been interpreted narrowly: as security of territory from external aggression, or as protection of national interests in foreign policy or as global security from the threat of a nuclear holocaust. It has been related more to nation-states than to people”.

- A segurança humana é “*people-centred*”, ou seja, sua maior preocupação é com o modo de vida das pessoas e das sociedades, o quão livre as pessoas são para exercer suas escolhas, o nível de acesso que as pessoas têm ao mercado e as oportunidades sociais – se as pessoas vivem sob conflito ou sob a paz (ALKIRE, 2003);

Além das Nações Unidas, pequenos e médios países desenvolvidos comprometidos com a cooperação internacional têm promovido essa nova agenda a partir de meados da década de 1990, sem contar a contribuição dada por organizações não-governamentais e grupos de pesquisas na divulgação desse novo paradigma da segurança humana <sup>15</sup> (SORJ, 2005).

Um dos mais proeminentes promotores dessa abordagem têm sido os governos do Canadá, Noruega e Japão, que lideram a Rede de Segurança Humana (RSH), uma estrutura formada por acadêmicos, Estados<sup>16</sup> e organizações não-governamentais, que tem como objetivo a obtenção de avanços concernentes ao direito humanitário, aos direitos humanos, ao estado de direito, ao sistema político democrático, além da busca por soluções pacíficas para conflitos tais como a proibição de minas terrestres, o controle de armas de pequeno porte e avanços no Tribunal Penal Internacional (EINSIEDEL *et al*, 2007).<sup>17</sup>

Outra origem bastante influente dos estudos de segurança humana refere-se à criação do projeto de pesquisa intitulado “Mudança Ambiental Global e Segurança Humana” (GECHS, *Global Environmental Change and Human Security*), ligado ao Departamento de Sociologia e Geografia Humana da Universidade de Oslo, na Noruega.<sup>18</sup> Para os formuladores do projeto, a segurança humana deve ater-se a condição adquirida no momento em que indivíduos e comunidades têm a opção de eliminar, mitigar ou adaptar-se às ameaças aos seus direitos humanos, ambientais e sociais; tendo a capacidade e a liberdade de exercerem estas opções, bem como participarem ativamente na perseguição a estas (GECHS, 2008).

Apesar do crescente número de pesquisas publicadas à luz dessa abordagem, a segurança humana tem suscitado inúmeras críticas, principalmente no que tange ao conteúdo valorativo,

<sup>15</sup> A segurança humana representa uma mudança paradigmática nos estudos de segurança, na medida em que não só setorializa a segurança para além dos canônicos setores político e militar, mas também sobrepuja os níveis estatal e regional (estudos tradicionais e abrangentes) para atingir eixos extremos como o individual e o sistema global. Diferentemente das abordagens tradicionais, que privilegiam o Estado, os indivíduos tornam-se a referência normativa para a política de segurança.

<sup>16</sup> Estes Estados, além dos já mencionados, são: Áustria, Chile, Costa Rica, Eslovênia, Grécia, Irlanda, Jordânia, Mali (atual presidente), Países Baixos, África do Sul (na função de observador), Suíça e Tailândia.

<sup>17</sup> Para detalhes, acessar a página da RSH: <http://www.humansecuritynetwork.org/menu-s.php>

<sup>18</sup> Mais informações, acessar o site: <http://www.gechs.org/>

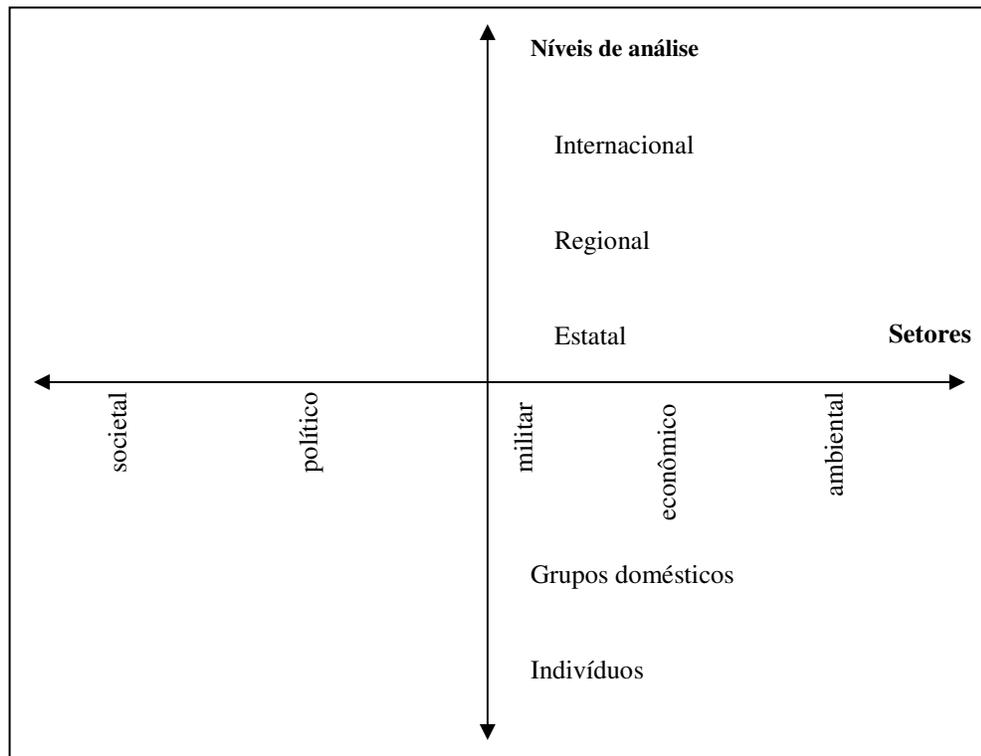
ambíguo e impreciso do conceito. Uma das principais críticas refere-se a seu conteúdo bastante vago, pois, este diz respeito tanto à segurança em relação a ameaças crônicas, como fome, doenças e atos repressivos, quanto à proteção contra rupturas repentinas e drásticas na vida cotidiana, por exemplo, nos lares, empregos e comunidades (PARIS, 2001, p. 89). Além disso, conforme Paris (2001), em virtude de sua imprecisão e dimensões exageradas, que abrangem desde a segurança física ao bem-estar psicológico do indivíduo, o conceito de segurança humana acaba por oferecer aos decisores políticos um guia pouco consistente para a ação, e, às pesquisas sobre segurança, um sentido pouco claro do que deve ser estudado (PARIS, 2001).

Outro problema resultante da falta de rigor do conceito, é que muitos estudiosos confundem-no com o de desenvolvimento humano. Apesar da relação intrínseca entre os dois, esta confusão é enganosa, pois, enquanto o conceito de desenvolvimento humano refere-se à ampliação das escolhas humanas, a segurança humana diz respeito à liberdade e à segurança que as pessoas têm para fazer suas próprias escolhas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1994, p.23).

É necessário esclarecer, contudo, que o princípio norteador do pós-Guerra Fria, visivelmente presente na perspectiva da segurança humana, fez presente os ideais liberais do final do século XVIII cuja principal característica é uma noção abrangente e profunda de segurança, que envolveria duas dimensões básicas: de uma ênfase exclusiva dada a segurança territorial para uma ênfase maior a segurança do indivíduo, bem como de uma segurança pensada através de armamentos para uma segurança pensada através do desenvolvimento humano sustentável, tornando-se, assim, “lugar-comum” na política internacional (ROTHSCHILD, 1995; UNDP, 1994; SORJ, 2005). Desse modo, essa noção amplifica o conceito de segurança nacional em quatro direções (Figura 1):

- 1) Da segurança dos Estados para a segurança de grupos e indivíduos, em sentido descendente;
- 2) Da segurança dos Estados para a segurança internacional, em sentido ascendente, sendo que esta noção também pode ser ampliada dos Estados para a biosfera. Em ambos os casos, 1 e 2, a expansão se dá na natureza das entidades, cuja segurança deve ser garantida;

- 3) Expandindo-se horizontalmente, o conceito de segurança avança dos setores militar e político para o setor econômico, societal e ambiental;
- 4) A responsabilidade política de garantir a segurança é difundida em todas as direções; em sentido ascendente dos Estados para as instituições internacionais e em direção descendente dos Estados para os governos regionais e locais, e lateralmente para as organizações não-governamentais, a opinião pública e, inclusive, a imprensa (ALKIRE, 2003; ROTHSCHILD, 1995);



**Figura 1: Matriz bidimensional de segurança**

**Fonte: Wæver, 1995b**

Em resumo, a segurança humana constitui uma nova abordagem que almeja reconciliar questões concernentes à segurança humana com a agenda política dos Estados, “num mundo globalizado e inseguro” (DODDS; PIPPARD, 2005). Considerando tais aspectos, esta proposta de reformulação conceitual desafia uma compreensão estadocêntrica de segurança, transcendendo as fronteiras nacionais e apoiando valores como o desenvolvimento humano sustentável, com o propósito de assegurar aos indivíduos um mundo livre de necessidades (“*freedom from want*”) e livre do medo (“*freedom from fear*”). Além do mais, apesar de a segurança humana se fundamentar no humanismo normativo e na responsabilidade ética para reorientar a segurança em

função do indivíduo ao invés do Estado, este último permaneça como um meio indispensável para garantir os direitos individuais, criando oportunidades econômicas e assegurando uma boa governança. Desse modo, apesar de sua ênfase recair sobre os indivíduos, “a segurança humana não pode ser dissociada dos quadros institucionais, em especial dos Estados sob os quais os direitos humanos são (ou não) implementados” (SORJ, 2005, p. 01).

### **2.3 “Nem tanto a terra, nem tanto ao mar”: a Escola de Copenhague e o conceito médio de segurança**

Além da perspectiva tradicional e humana de segurança, existe uma terceira via, a construtivista. Para essa abordagem, segurança, basicamente, é considerada uma forma específica de práxis social, isto é, segurança é “*what actors make of it*” (WENDT, 1999; BRAUCH, 2007; HUYSMANS, 2002) ou “o modo como é socialmente constituída a natureza das questões” (BUZAN *et al*, 1998, p.203, tradução nossa)<sup>19</sup>, visto que “[...] eles entendem a criação de um problema de segurança como um fenômeno social. Questões de segurança tal como um *continuum* de segurança interna resultam de um trabalho de mobilização em que práticas trabalham umas sobre as outras e então criam um efeito que nós chamamos de um problema de segurança” (HUYSMANS, 2002, p. 42, tradução nossa).<sup>20</sup> Entre os principais formuladores dessa abordagem encontra-se a Escola de Copenhague, um corpo de pesquisa associado principalmente aos trabalhos de Barry Buzan e Ole Waever, que tem desenvolvido um instrumento relevante, chamado de Teoria da Securitização. Essa teoria destaca a natureza política do “fazer” segurança, desafiando a abordagem tradicional de segurança – preocupada com ameaças auto-evidentes (*self-evident threats*) – e introduzindo uma perspectiva social construtivista que considera o modo como os problemas são transformados em questões de segurança.

Todavia, apesar de seu caráter construtivista, a abordagem da Escola de Copenhague não pode ser considerada uniformemente distribuída, haja vista que, enquanto seu entendimento sobre

---

<sup>19</sup> “how socially constituted is the security nature of issues”

<sup>20</sup> “[...] they understand the creation of a security problem as a social phenomenon. Security questions such as the internal security *continuum* result from a work of mobilization in which practices work upon each other and effect that we call a security problem”.

segurança é radicalmente construtivista – segundo o qual não existem referências a ameaças existenciais reais, independentes de práticas que fixam sentidos –, sua interpretação das relações sociais não o é. Ainda que o construtivismo ontológico preconize que as relações sociais não são um produto da natureza, mas sim frutos das ações humanas e, por esse motivo, sempre sujeitas a mudanças, os teóricos de Copenhague admitem que nem todas as práticas sociais são igualmente maleáveis. Isto porque algumas práticas (a exemplo das de segurança) estão profundamente sedimentadas e, por esse motivo, não podem ser consideradas uma questão de escolha (BUZAN *et al*, 1998; HUYSMANS, 1998).

Alguém poderia aperfeiçoar o entendimento realista de anarquia neste modo e, todavia, perseguir uma análise realista basicamente – anarquia não é então uma estrutura ahistórica, mas uma estrutura profundamente sedimentada historicamente. Essa interpretação do construtivismo social permite manter identidades particulares (sociedades, Estados) e estruturas (anarquia e sociedade internacional) fixas, enquanto concentra-se na análise de como agentes particulares representam estas identidades nestas estruturas manipulando definições de segurança como uma tática política ou estratégia para alcançar objetivos particulares (HUYSMANS, 1998, p.493).

Apesar de a abordagem construtivista da Escola de Copenhague ampliar o eixo dos objetos de referência de segurança – ou seja, por meio da afirmação de que segurança não se refere apenas ao setor militar, mas também a outras ameaças que podem advir de setores como a política, a economia, o meio ambiente e a sociedade –, seus teóricos, a exemplo de Ole Waever, admitem os efeitos lamentáveis dessa expansão. Como destaca Waever,

O problema é que, como conceito, nem segurança individual, nem segurança internacional existe. Segurança nacional, que é a segurança do Estado, é o nome de um debate em curso, uma tradição, um conjunto de práticas estabelecidas e, como tal, o conceito tem um referente formalizado; pelo contrário, a “segurança”, de quem quer que seja/ seja do que for, é uma idéia muito pouco clara (WAEVER, 1995a, p.47, tradução nossa).<sup>21</sup>

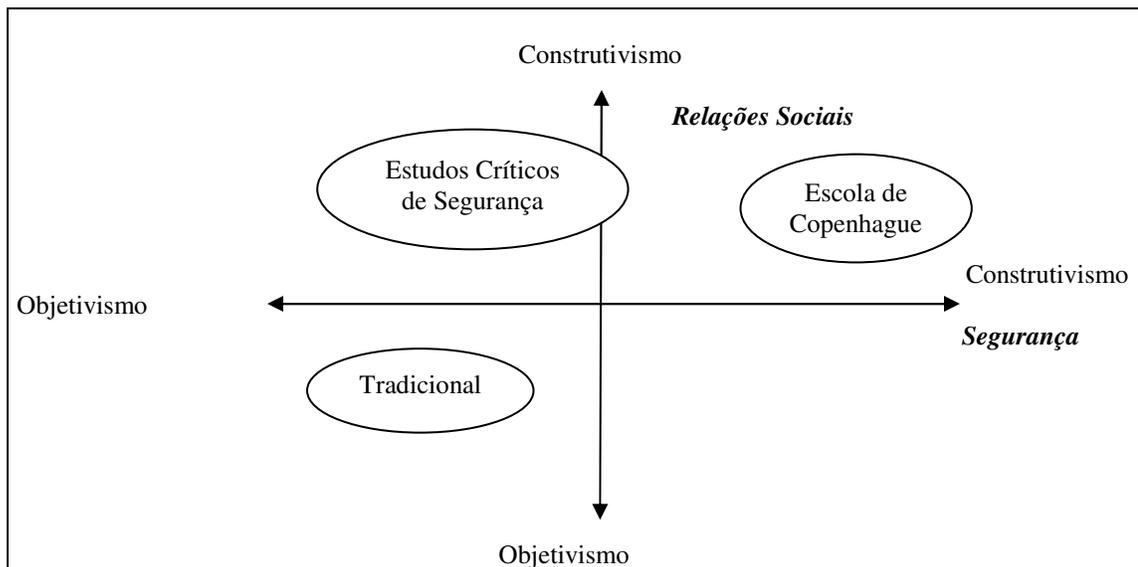
Contudo, cumpre destacar que, apesar de a Escola de Copenhague, no início do seu desenvolvimento com Ole Waever em 1989 e 1995, se posicionar de modo desfavorável à ampliação dos estudos de segurança em termos não-estatais, é possível perceber sua evolução de um estadocentrismo rígido – com o conceito de segurança referindo-se estritamente ao Estado – para um campo de análise de domínio do estado (*state dominated analysis*) em publicações mais

---

<sup>21</sup> The problem is that, as concepts, neither individual nor international security exists. National security, that is, the security of state, is the name of an ongoing debate, a tradition, an established set of practices and, as such, the concept has a rather formalized referent; conversely, the “security” of whomever/whatever is a very unclear idea.

recentes (FLOYD, 2007). O mesmo ocorreu com a verticalização da agenda de segurança tanto em sentido ascendente (internacional) quanto em sentido descendente (individual). Anteriormente, Waever (1995a) afirmava que essa verticalização não passava de uma idéia crítica contra o conceito e as práticas da segurança estatal, sem nenhum fundamento filosófico ou tradição histórica. Atualmente, ambas as escalas, individual e internacional, são encaradas como possíveis níveis de análise, entretanto, por causa do problema da falta de *capabilities* em ambos os níveis, a incidência de securitizações bem sucedidas ainda é baixa. Por conseguinte, uma vez que a Escola de Copenhague está interessada nas práticas de segurança, seu quadro de análise deve ser capaz de adaptar-se as mudanças que se apresentam, sendo que “essa mudança foi / é vital para a longevidade da teoria” (FLOYD, 2007, p.03).

Considerando as características teórico-analíticas de segurança, as quais podem ser visualizadas pelo espectro que se estende do construtivismo ao objetivismo (Ver figura 2), esta Escola é amplamente associada a uma perspectiva de segurança nacional abrangente.



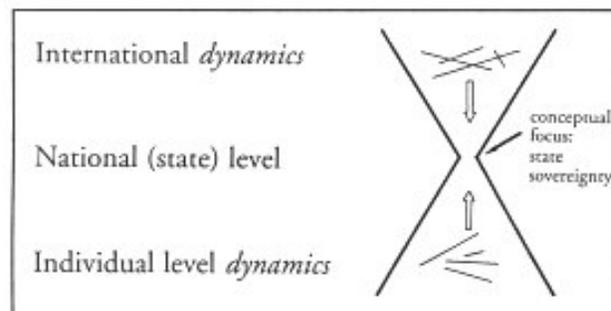
**Figura 2: Escolas de Estudos de Segurança**  
**Fonte: Buzan et al, 1998.**

Isso por que no que tange ao entendimento sobre segurança, os teóricos da Escola de Copenhague se posicionam radicalmente em relação às abordagens tradicionais e críticas, visto que segurança é entendida como uma forma específica de *práxis* social, ou seja, questões de segurança se tornam um problema de segurança pelo ato de securitização, ou seja, pelos atos de fala (*speech act*). Contudo, no que se refere às relações sociais, os teóricos da Escola de

Copenhague se denominam menos construtivistas que os teóricos dos Estudos Críticos de Segurança (ECS), na medida em que se afastam da posição construtivista – que pressupõe serem as relações sociais não o resultado de leis naturais, mas o produto das ações humanas, de caráter contingente –, e se aproximam mais do objetivismo dos tradicionalistas, assumindo o caráter durável e sedimentado das estruturas sociais. Entretanto, é importante destacar que Buzan *et al* não negam o caráter contingente das relações e estruturas sociais, apenas fixam seus sentidos para possibilitar a análise de segurança. Conforme destacam:

“[...] nosso relativo objetivismo sobre as relações sociais tem o inconveniente de contribuir para a reprodução das coisas como elas são, de contribuir para tomar como dado o que os Estudos Críticos de Segurança (ECS) querem contrariar. A vantagem é – totalmente de acordo com os estudos clássicos de segurança – ajudar a dirigir as relações entre as unidades” (BUZAN *et al*, 1998, p. 206, tradução nossa).<sup>22</sup>

Tendo em vista estas reflexões, Waeber (1995a), apropriando-se do argumento de Buzan (1997), salienta que apesar de ambos admitirem a importância analítica do conceito de “segurança nacional”, este não pode ser suficientemente compreendido se limitado somente à perspectiva do próprio Estado. Nesse sentido, Waeber (1995a) afirma que “segurança nacional é fundamentalmente dependente da dinâmica internacional e individual”, sendo que “segurança, em outras palavras, tem que ser lida através das lentes da segurança nacional” (WAEVER, 1995a, p. 49), cuja dinâmica ele mesmo denominou de “ampulheta de segurança”, conforme representação da Figura 2 a seguir:



**Figura 3: Modelo Ampulheta de Segurança**  
**Fonte: Waeber, 1995a.**

<sup>22</sup> Our relative objectivism on social relations has the drawback of contributing to the reproduction of things as they are, of contributing to the taking for granted that CSS wants to upset. The advantage is - totally in line with classical security studies – to help in managing relations among units.

Com base nessa argumentação, “segurança” deve ser entendida como um “campo de atuação” (*field of practice*), haja vista o percurso histórico deste conceito, que se erige sobre um ambiente no qual Estados ameaçam uns aos outros, desafiam a soberania uns dos outros, tentando impor suas vontades uns sobre os outros, com o objetivo de defender sua independência (WAEVER, 1995a). Além disso, este conceito não pode ser lido sob uma perspectiva invariável, fixa, haja vista os processos graduais, contínuos de transformação como, por exemplo, a redução da forte perspectiva militar dos estudos de segurança para abarcar outros desafios à soberania estatal, tais como aqueles relativos à identidade, à migração, aos crimes transnacionais, à degradação ambiental e aos colapsos econômicos, entre outros.

Resumidamente, segurança, na perspectiva dos teóricos da Escola de Copenhague, pode ser entendida como uma forma particular de prática social, resultado dos atos de fala proferidos por um enunciador, isto é, um ator securitizador que apresenta uma dada questão como uma ameaça existencial a um objeto de referência, reivindicando, desse modo, a adoção de medidas excepcionais e urgentes, na tentativa de contê-la. Em face à orientação construtivista atribuída à segurança, é preciso observar as qualidades específicas que caracterizam os problemas de segurança: o sentido de urgência, a reivindicação do uso de meios extraordinário-excepcionais de segurança e a construção de uma ameaça existencial a um objeto de referência (BUZAN *et al*, 1998).

Considerando, então, a opção teórico-metodológica desta pesquisa, é preciso deixar claro que as análises aqui presentes não se baseiam na presunção de segurança, mas na construção de ameaças, visto que segurança não é propriedade de um ator, antes, é um ato de fala securitizador circunscrito a um projeto político. Portanto, com vistas a atingir o objetivo geral deste trabalho, que consiste na compreensão do processo de securitização das mudanças climáticas, optou-se pela adoção de um conceito dinâmico e abrangente de segurança, consoante a definição dada por Buzan *et al* (1998) – para quem “segurança é um ato de fala” (WAEVER, 1995a, p. 55) – “nada é inevitável ou permanente sobre a definição de segurança em termos centrados no Estado; este emerge historicamente e pode mudar de novo” (BUZAN *et al*, 1998, p.20, tradução nossa)<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> There is nothing inevitable or permanent about defining security in state-centred terms; it has emerged historically and might change again.

## 2.4 Segurança Ambiental: entre as perspectivas nacional e humana

Conforme foi visto na seção 2.1, com o fim da Guerra Fria, dois temas, pensados tradicionalmente como *low politics*, passam a integrar os estudos de segurança: a economia internacional e o meio ambiente. No que tange aos problemas ambientais, esse processo tem início com a politização do meio ambiente na década de 1960, quando livros como “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, inauguraram uma nova perspectiva sobre o crescimento dos impactos causados pela humanidade sobre os ecossistemas naturais, deflagrando o que viria a ser chamado de “consciência” ou “movimento ambiental”<sup>24</sup>. Contudo, é na década de 1970 que o meio ambiente passa a adquirir maior relevo na agenda política internacional, com as discussões acerca do tema deixando de pertencer exclusivamente ao ambientalismo, para integrar-se definitivamente aos estudos de segurança. Um teórico pioneiro nesta fase de construção da relação entre meio ambiente e segurança foi Lester Brown, que publicou na década 1970 o artigo *Redefining National Security*, no qual alertava para a necessidade de redefinição do conceito de segurança nacional para incorporar preocupações ambientais, prenunciando, inclusive, ameaças à segurança advindas das mudanças climáticas (BROWN, 1977)<sup>25</sup>.

Em 1983, este tema é retomado com a publicação do artigo de Richard Ullman, *Redefining Security*, no qual o autor alertava para a importância das questões ambientais para a agenda de segurança, enfatizando que as ameaças apresentadas pela degradação ambiental eram tão relevantes quanto aquelas ocasionadas pelas preocupações militares tradicionais, justificando, portanto, mais atenção e estudos. Todavia, em virtude da eminência de uma catástrofe nuclear no período da Guerra Fria, “[...] essas chamadas para redefinir segurança caíram, principalmente, em ouvidos surdos” (TRENELL, 2006, p.11).<sup>26</sup>

Um dos fatores que colaboraram para a inserção dos problemas ambientais no debate sobre segurança foi a publicação do Relatório Brundland, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o qual afirmava que

<sup>24</sup> Neste livro, a bióloga Rachel Carson condena o uso de agrotóxicos e pesticidas na agricultura por meio da documentação e relato de diversos casos em que foi constatada a dizimação de espécies de pássaros na região Mississippi, EUA, provocada pelo desequilíbrio ecológico. Seu livro é considerado um marco da revolução ambientalista e do despertar de uma consciência ecológica no mundo.

<sup>25</sup> Este artigo foi publicado pela revista do Worldwatch Institute, um instituto de pesquisa destinado à análise das questões ambientais globais, fundado por Brown em 1974.

<sup>26</sup> “[...] these calls to redefine security fell largely on deaf ears”.

A noção de segurança, tal como é tradicionalmente entendida – em termos de ameaças políticas e militares à soberania nacional – tem de ser ampliada para abranger os efeitos cada vez mais graves do desgaste ambiental – em nível local, nacional, regional e mundial (CMMAD, 1991, p. 21).<sup>27</sup>

Cumprir destacar que, para a CMMAD, segurança ambiental tem como objeto de referência a soberania estatal, podendo ser enquadrada na perspectiva nacional abrangente dos estudos de segurança, conforme se verá na próxima seção. Para a redução das ameaças à segurança, decorrentes da degradação ambiental, o relatório recomenda a redefinição de prioridades em escalas nacional e global, que deveria incluir a adoção de concepções mais abrangentes de segurança, por meio do abandono da lógica armamentista e, em substituição, a concentração de esforços na construção de um futuro comum (CMMAD, 1991, p.325-344).

Por sua vez, na tentativa de tornar essa mudança plausível, a comissão cunhou pela primeira vez o termo “insegurança ambiental”, do qual resultou a publicação de diversos artigos e livros (ver, por exemplo, MATHEWS, 1989; GLEICK, 1991; HOMER-DIXON, 1991; MYERS, 2002; DEUDNEY, 1990; DALBY, 1992) que tem como objetivo repensar o vínculo entre meio ambiente e segurança (TRENELL, 2006, p.12). A lógica fundamental dos discursos sobre segurança ambiental, destacou Wilde (2007), funda-se na concepção de que a humanidade está vivendo para além da capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres, em escala local, regional e global. Conforme Wilde (2007, p.595), a essência destes discursos é avaliar a relação entre a degradação ambiental e a estabilidade política, para a qual o autor levanta uma questão-chave: essa relação seria um problema de política ordinária ou excepcional, como a política de segurança?

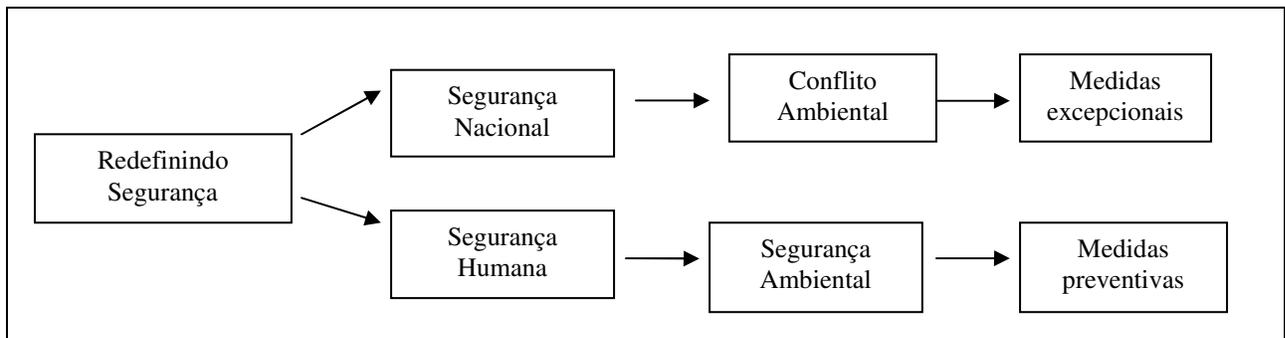
De acordo com Page (2000), essa relação tem sido compreendida por muitos teóricos da área de segurança de maneiras distintas: alguns supõem que os conflitos por recursos naturais são a “origem tradicional das guerras” (GLEDISTSCH, 1998); outros estudiosos vão além e afirmam que as disputas por recursos naturais são as responsáveis pelos conflitos mais violentos da história (ULLMAN, 1983). Há também aqueles que se opõem a estes argumentos, afirmando que “a tese de que a degradação ambiental conduzirá à violência é geralmente pouco convincente e

---

<sup>27</sup> O relatório “O Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundland por causa da homenagem a Presidente da Comissão, a Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundland, foi responsável também por introduzir o conceito de “desenvolvimento sustentável”, o qual é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46).

mais o reflexo de um interesse teórico e estratégico do Norte, do que a realidade da degradação ambiental” (BARNETT, 2000, p.288, tradução nossa).<sup>28</sup> Há ainda autores como McDonald (2005, p.01), para quem esta relação constitui uma saída inútil para a compreensão da relação entre mudanças ambientais e segurança, na medida em que este tipo de perspectiva nega a natureza contingente e socialmente construída da segurança, ou seja, recusa a idéia de que “segurança” tem significados diferentes para grupos de pessoas diferentes, cujas temporalidades também são distintas, pressupondo a existência de uma concepção universal de segurança.

Considerando tais argumentos, há dois entendimentos principais acerca dessa relação, a saber: a perspectiva nacional e a de segurança humana; esta última integra um panorama mais amplo, que Page (2000) denomina de uma abordagem abrangente e profunda de segurança, em virtude da sua abrangência horizontal (setorialização) e vertical dos objetos e práticas de segurança (Figuras 4 e 5).<sup>29</sup>



**Figura 4: Relação entre segurança, meio ambiente e suas variações conceituais**  
**Fonte: Adaptado de Barnett (2001)**

A visão tradicional da segurança ambiental é orientada tanto pela idéia de escassez, quanto pela noção de abundância de recursos naturais. Esta perspectiva, também, comumente denominada de “conflito ambiental”, se norteia pelos pressupostos tradicionais de segurança, segundo os quais a soberania e integridade territorial do Estado são o epicentro das preocupações com segurança. No que se refere à teoria da política de escassez, esta pode desencadear um conflito na medida em que há um acesso restrito a recursos naturais vitais como o petróleo, o carvão, a água, assim como as terras agricultáveis. Um dos principais expoentes dessa corrente de

<sup>28</sup> “[...] the thesis that environmental degradation [will lead to violence] is generally unconvincing and is more a reflection of Northern theoretical and strategic interests than the reality of environmental degradation”.

<sup>29</sup> Essa abordagem, no entender deste trabalho, equivale a da corrente abrangente dos estudos de segurança, para a qual causas não militares são contempladas em conjunto com uma ampla variedade de objetos de referência que pode ou não superar uma abordagem estadocêntrica.

pensamento é o pesquisador Thomas Homer-Dixon (1991; 1999), além de teóricos como Lester Brown (1986), Jessica Mathews (1989) e Richard Ullman (1983), este último vai além e amplia a noção de segurança para incluir desastres naturais como terremotos, furacões, entre outros eventos naturais (OHTA, 2008). Nesse sentido, para Ullman,

Uma ameaça à segurança nacional é uma ação ou seqüência de eventos que (1) ameaça drasticamente, e sobre um período relativamente curto de tempo, degradar a qualidade de vida dos habitantes de um Estado, ou (2) ameaça de modo significativo limitar a variedade de escolhas políticas disponíveis para o governo de um Estado ou para entidades privadas não-governamentais (pessoas, grupos, corporações) dentro do Estado (ULLMAN, 1983 *apud* PAGE, 2000, p. 36, tradução nossa).<sup>30</sup>

Contudo, mesmo sendo um defensor da perspectiva estatal de segurança, Ullman (1983) pondera, afirmando que “definir segurança nacional [...] meramente em termos militares transmite uma imagem profundamente falsa da realidade” (ULLMAN, 1983 *apud* PAGE, 2000, p.36, tradução nossa).<sup>31</sup> Para esse autor, essa imagem é duplamente perigosa na medida em que, por um lado, induz os Estados a ignorarem perigos tão ou mais prejudiciais à segurança estatal quanto os militares e, por outro lado, contribui para uma militarização pervasiva das relações internacionais, contribuindo para o aumento da insegurança global (ULLMAN, 1983 *apud* PAGE, 2000, p. 36).

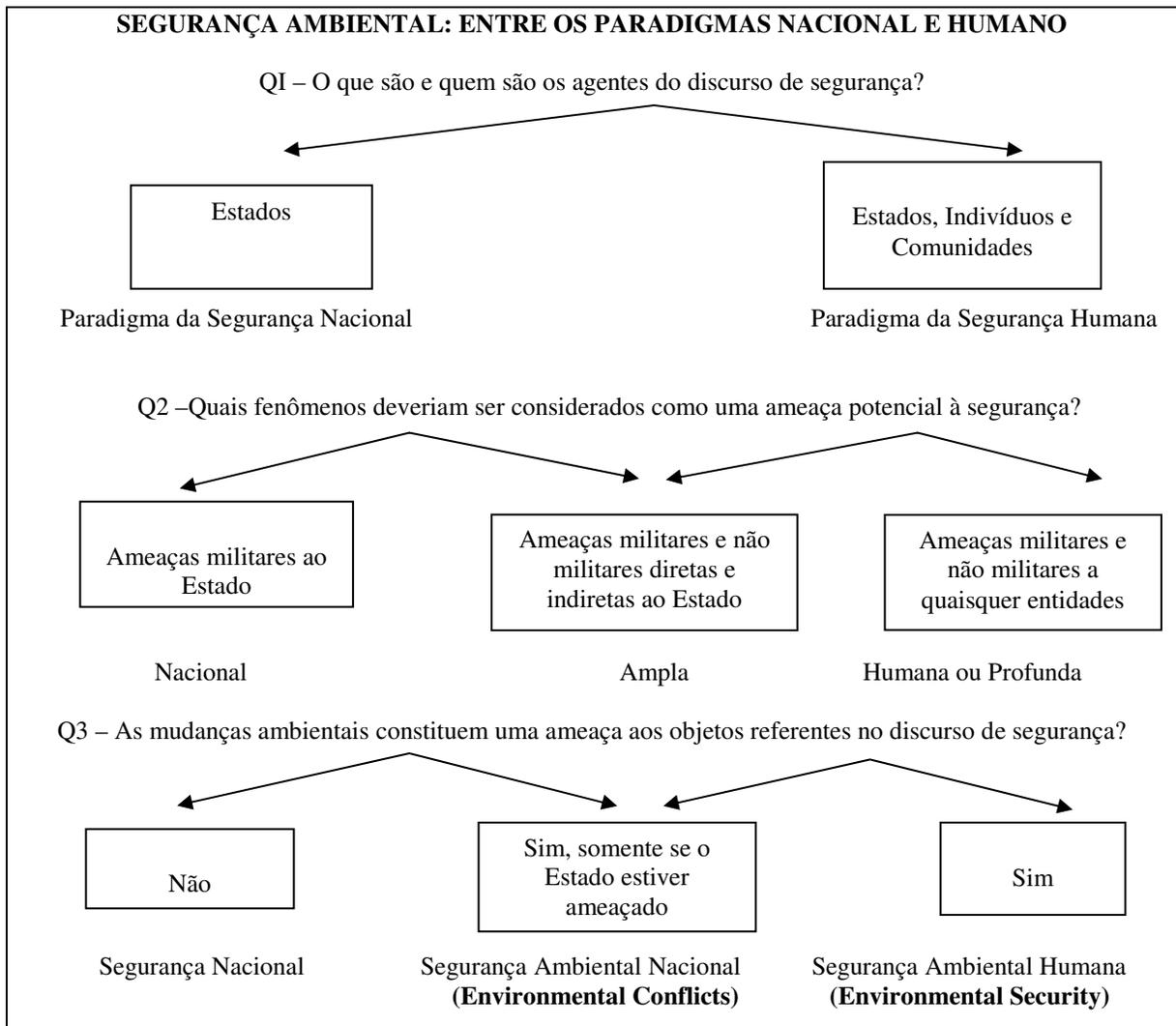
A segunda perspectiva refere-se ao modo como as mudanças no meio ambiente afetam não só a segurança dos Estados, mas também a dos indivíduos, integrando desse modo, a perspectiva, já vista anteriormente, da “segurança humana”. De acordo com Brauch (2005) “o conceito de segurança ambiental centrado no humano” (BARNETT, 2001 *apud* BRAUCH, 2005, p.34) firma-se sobre justificativas morais e pragmáticas, visto que seu foco principal é o bem-estar dos indivíduos, principalmente a proteção dos direitos dos indivíduos mais vulneráveis da sociedade contra a degradação ambiental (BRAUCH, 2005). Nesse sentido, a abordagem da segurança ambiental é relevante por dois motivos. Primeiro, por que ela mesma pode ser a origem da insegurança e, segundo, por que determinados tipos de alterações no meio ambiente podem

---

<sup>30</sup> A threat to national security is an action or sequence of events that (1) threatens drastically and over a relatively brief spell of time to degrade the quality of life for the inhabitants of a state, or (2) threatens significantly to narrow the range of policy choices available to the government of a state or to private, nongovernmental entities (persons, groups, corporations) within the state.

<sup>31</sup> Defining national security merely in military terms conveys a profoundly false image of reality.

exacerbar outras formas potenciais de insegurança tais como a pobreza, a discriminação e até mesmo terrorismo (DABELKO *et al*, 2000).



**Figura 5: Principais paradigmas da segurança ambiental**  
**Fonte: Adaptado de Page, 2000.**

### 2.4.1 Conflito ambiental: rumo a um conceito de segurança ambiental “*state-centred*”

A perspectiva do conflito ambiental é a que mais se aproxima da abordagem de segurança tradicional, e seu foco está voltado para a possibilidade de grupos sociais engajarem-se em conflitos violentos em função da escassez de recursos ocasionada pela degradação ambiental. Nesta linha de estudos é identificada uma série de tendências que aumentariam a probabilidade de ocorrência de conflitos ambientais, incluindo a expansão e migração de populações humanas; a escassez de água, terras aráveis e outros tipos de recursos ambientais, a globalização que coloca as pessoas (e doenças) mais próximas, entre outras tendências (BARNETT, 2001).

O conceito mais fecundo, considerado uma variável independente nas discussões de conflitos ambientais, é o de escassez ambiental. Essa tese tem sido desenvolvida de forma notória pelo chamado Grupo de Toronto, liderado por Homer-Dixon. Desde 1989, este grupo tem conduzido uma série de estudos de caso (incluindo o México, o Paquistão, a Faixa de Gaza, Ruanda e a África do Sul), que os levaram a desenvolver a tese de que quando a escassez de recursos renováveis (tais como água doce e solos férteis) interage com severos efeitos sociais (como o declínio econômico ou o deslocamento de populações) acaba por dar origem a conflitos intraestatais. Neste tipo de formulação, o conceito de escassez ambiental parece adquirir centralidade, levando seus idealizadores à seguinte interpretação: “a escassez de recursos renováveis – ou o que eu chamo de *escassez ambiental* – pode contribuir para a violência civil, incluindo revoltas e conflitos étnicos” (HOMER-DIXON, 1999, p. 177).<sup>32</sup>

Considerando tal interpretação, a escassez pode ser classificada em três tipos principais: a escassez induzida pelo abastecimento (*supply-induced scarcity*), a escassez induzida pela demanda (*demand-induced scarcity*) e a escassez estrutural (*structural scarcity*). A escassez induzida pelo abastecimento surge a partir de um decréscimo no fornecimento de um recurso-chave; a escassez induzida pela demanda aparece em virtude do aumento na demanda de um recurso-chave; e a escassez estrutural ocorre pela alteração no acesso relativo de diferentes grupos a um dado recurso-chave (HOMER-DIXON, 1999).

---

<sup>32</sup> “scarcity of renewable resources—or what I call *environmental scarcity*—can contribute to civil violence, including insurgencies and ethnic clashes”

Apesar da repercussão da tese da escassez ambiental, amplamente difundida pelo Grupo de Toronto, existem outras teses que enfatizam justamente o contrário, ou seja, que a situação de abundância de recursos desencadearia conflitos violentos. De acordo com Floyd (2008), esta seria a famosa tese do “*honey pot*”, segundo a qual a abundância de recursos valiosos (tais como minerais, pedras preciosas ou petróleo) levaria pessoas, Estados ou regiões ao conflito. De acordo com esta perspectiva, o aumento na probabilidade de conflitos ocorre quando diferentes atores encaram como vantajosa a capitalização de um recurso valioso, particular.<sup>33</sup> Embora a tese do “*honey pot*” pareça atrativa, os proponentes da tese da escassez afirmam que a teoria da abundância de recursos, ao fim e ao cabo, entra em colapso, na medida em que tal opulência só pode ser encontrada localmente, sendo valorizada justamente pela sua carência em escala global. Nesse sentido, os teóricos da escassez ambiental afirmam que “[...] a lógica do “*honey pot*” aplica-se mais a situações em que inicialmente recursos abundantes tornam-se crescentemente escassos ao longo do tempo. [...] Como os recursos naturais são consumidos ou degradados a taxas insustentáveis, seu valor aumenta e grupos sociais rivais encontram grandes incentivos para apoderarem-se deles” (KAHL, 2002 *apud* FLOYD, 2008, p. 56 – tradução nossa)<sup>34</sup>.

Não obstante, apesar de as condições serem diferentes dentro de ambas as abordagens discutidas até aqui, o resultado é que suas teses permanecem as mesmas, ou seja, de que os conflitos ambientais têm como origem a disputa por recursos naturais, integrando-se, enfim, ao discurso do “conflito ambiental” (FLOYD, 2008).

Outra teoria que rivaliza com ambas as teses de escassez e abundância ambiental advém de perspectiva da ecologia política, a qual rejeita a articulação automática e simplista entre o “aumento da escassez ambiental”, o “decréscimo da atividade econômica” e a “migração” que supostamente “enfraqueceriam os Estados” e causariam “conflitos e violência”. Para os teóricos da ecologia política, a violência deve ser considerada “[...] um fenômeno específico enraizado em relações sociais e histórias locais ainda conectadas a um amplo processo de transformação material e relações de poder” (PELUSO; WATTS, 2001, p. 05 – tradução nossa).<sup>35</sup> De acordo com Floyd (2008), o mais notável nessa abordagem é que, diferentemente de outras teorias de

---

<sup>33</sup> A noção de valor, neste caso, refere-se ao valor socialmente construído atribuído a um dado recurso por uma determinada sociedade.

<sup>34</sup> “[...] the logic of the honey pot clearly applies more to situations in which initially abundant resources become increasingly scarce over time. [...] As natural resources are consumed or degraded at unsustainable rates, their value increases and rival social groups confront greater incentives to seize them”.

<sup>35</sup> “[...] phenomenon rooted in local histories and social relations yet connected to larger processes of material transformation and power relations”.

conflitos ambientais, ela não está preocupada com a descoberta das causas desses conflitos, pelo contrário, os teóricos da ecologia política estão preocupados com a produção, sanção e representações de violência contra os indivíduos, à luz das questões ambientais. Desse modo, as análises partidárias desta perspectiva deslocam-se da preocupação com a segurança dos Estados e caminham em direção a uma interpretação “*people-centred*” do debate entre segurança e meio ambiente, enfatizando que “[...] o Estado nem sempre é o provedor adequado de segurança, mas pode, pelo contrário, ser a origem de insegurança e violência para os seres humanos – uma crença compartilhada pelas então chamadas abordagens críticas de segurança” (FLOYD, 2008, p. 56 – tradução nossa).<sup>36</sup>

Considerando as principais teses envolvidas no debate sobre conflitos ambientais, com exceção da ecologia política que se aproxima mais da perspectiva humana da segurança ambiental, estas tendem a adotar como foco principal o Estado, relegando os demais níveis de análise a segundo plano. Embora muitos estudiosos deste campo examinem o potencial dos recursos naturais na eclosão de conflitos intraestatais, a maioria freqüentemente atribui soluções para tais conflitos ao Estado. O principal argumento é que conflitos ambientais têm o potencial para debilitar os Estados em virtude da extensão dos conflitos internos, colocando sua segurança em risco (HOMER-DIXON, 1999; DETRAZ; BETSILL, 2008).

Em resumo, essa perspectiva oferece apenas uma ampliação parcial da agenda de segurança. Nesse sentido, a sobrevivência do Estado permanece de forma predominante como o objeto a ser protegido. Desse modo, a insegurança ambiental só se torna sinônimo de ameaça quanto atinge de algum modo a sobrevivência do Estado, tornando tal abordagem compatível com a noção convencional de segurança nacional que, não necessariamente, contempla a segurança de indivíduos e comunidades.

#### **2.4.2 Segurança ambiental: rumo a um conceito “*human-centred*”**

---

<sup>36</sup> “[...] the state is not always the appropriate provider of security, but can instead be the source of insecurity and violence for human beings – a belief shared by a number of so-called critical approaches to security”.

O ponto focal das discussões sobre segurança ambiental é o impacto da degradação ambiental para os seres humanos. Enquanto os discursos de conflito ambiental podem ser relacionados diretamente a compreensão tradicional da segurança militar e estatal, a segurança ambiental está intrinsecamente relacionada às noções de “segurança humana”, para a qual a proteção, a segurança e o bem-estar dos seres humanos são a principal fonte de preocupação. Entre as principais ameaças à segurança humana esboçadas pelo PNUD em seu relatório divulgado em 1994, está a degradação do meio ambiente, daí a ênfase dada às consequências de tal processo para o indivíduo e, por extensão, para a coletividade.

Em geral, os proponentes da segurança ambiental elegem o indivíduo como o objeto referente principal, bem como se colocam em oposição à tese do conflito ambiental e da ecologização da defesa (FLOYD, 2008, p.57), argumentando que em virtude do caráter, em geral, afronteiriço das ameaças ambientais, a abordagem “*human-centred*” da segurança ambiental seria mais adequada por concentrar-se em questões tais como a interdependência ecológica, os direitos humanos, os impactos da globalização e os efeitos dos padrões de consumo setentrionais na porção austral do globo (DALBY, 2002). Sobre a natureza das ameaças essas se originariam de longos períodos de degradação ambiental, tais como o aquecimento global, a depleção da camada de ozônio, a extinção de espécies, a poluição atmosférica e hídrica e a perda de biodiversidade, todas de caráter não-violento. Desse ponto de vista, segurança ambiental pode ser definida como “o processo de redução pacífica da vulnerabilidade humana à degradação ambiental induzida pelo homem pela condução das causas da degradação ambiental e da insegurança humana” (BARNETT, 2001, p. 129 *apud* FLOYD, 2008, p.57 – tradução nossa).<sup>37</sup>

De modo geral, os discursos de segurança ambiental são bem mais abrangentes do que os do conflito ambiental, ocasionando inúmeras controvérsias por oferecer pouca clareza e utilidade analíticas, em função do seu caráter elástico e da complexidade das relações causa-efeito que engloba, bem como pela multidimensionalidade inerente às tensões e vulnerabilidades ambientais.

Contudo, apesar das críticas, não significa que os problemas de ordem ambiental não possam ser incorporados aos estudos de segurança; muito pelo contrário, esta perspectiva constitui uma contribuição importante a este campo de estudos por abranger questões para além da visão estrita dos conflitos por recursos naturais, de acordo com a qual “conflito é apenas uma

---

<sup>37</sup> The process of peacefully reducing human vulnerability to human-induced environmental degradation by addressing the root causes of environmental degradation and human insecurity.

das multidões de preocupações de segurança relacionadas à degradação ambiental” (DETRAZ; BETSILL, 2008, p. 05 – tradução nossa).<sup>38</sup> Por sua vez, esta abordagem acaba por integrar uma ampla variedade de atores – incluindo Estados, atores sub e supra-estatais, bem como indivíduos.

À medida que o foco central desses discursos concentra-se na proteção dos seres humanos contra as inseguranças ambientais, seus defensores atribuem ao Estado tanto a função de prover a segurança quanto a responsabilidade pelo surgimento de problemas ambientais, que se traduz em ameaça ao indivíduo. Todavia, dado que o Estado continua sendo a forma primária de organização política no sistema internacional, este ainda continua sendo um ator fundamental nas análises de segurança ambiental (DETRAZ; BETSILL, 2008). Do mesmo modo que o Estado, os atores sub-estatais também podem ser vistos tanto como os responsáveis pela insegurança ambiental, quanto um instrumento crucial para a motivação de mudanças comportamentais e políticas necessárias ao combate das mudanças ambientais.

No que tange à intencionalidade dos agentes, que contribuem potencialmente para os processos de degradação ambiental, há posicionamentos distintos. Para a perspectiva do conflito ambiental, as ações dos seres humanos apresentam um alto grau de intencionalidade, significando que segmentos da sociedade entram em confronto uns com os outros de maneira consciente em função da escassez ou abundância de recursos naturais. Conforme Detraz e Betsill (2008), se estas ações são motivadas pela ganância ou necessidade, é uma questão passível de discussão, contudo, as populações em conflito o fazem deliberadamente. Por conseguinte, seres humanos raramente são vistos como colaboradores intencionais da insegurança ambiental de outros. Mais propriamente, eles agem de modo condizente com as práticas de suas próprias sociedades (DETRAZ; BETSILL, 2008). Esse também é o posicionamento adotado por Buzan *et al* (1998), contudo, o caráter não-intencional das ameaças ambientais, conforme advogam, dificultaria a assimilação das questões ambientais ao campo de estudos segurança, que é constituído por “relações entre vontades”. (WAEVER, 1995a, p. 63) <sup>39</sup>. No entanto, essa dificuldade é relativizada, visto que o conceito de segurança pode gerar efeitos políticos vultuosos e, enquanto instrumento de mobilização política e social, incorpora motivações óbvias para a inserção das mudanças ambientais na agenda de segurança. Além disso, o recurso ao conceito de segurança confere magnitude às ameaças ambientais e, por conseguinte, reforça a necessidade de mobilizar

---

<sup>38</sup> “[...] conflict is just one of a host of security concerns related to environmental degradation”.

<sup>39</sup> “[...] relationships between wills”.

respostas sem precedentes e urgentes para tais questões (BUZAN *apud* WAEVER, 1995a, p. 63).<sup>40</sup>

Teóricos envolvidos com o debate sobre segurança ambiental, muito provavelmente, advogam por políticas que não só lidem com problemas de curto-prazo, desencadeados pela insegurança ambiental, mas também advogam por estratégias de longo-prazo no combate aos processos de mudança ambiental. Essas políticas devem priorizar a segurança humana mais que a segurança nacional, significando que a segurança dos seres humanos deve ser a principal motivação das políticas de segurança. Essa postura contrasta com as políticas de segurança defendidas pelo discurso de conflitos ambientais, que tendem a estabelecer relações diretas com a segurança dos próprios Estados, estejam acima ou em conjunção com a segurança dos indivíduos (DETRAZ; BETSILL, 2008).

Por contraste, as políticas de segurança ambiental irão reivindicar com frequência ações diretas dos Estados, sem contudo, deixar de contemplar os indivíduos e a participação de outros atores. Barnett (2001) explica que “a segurança ambiental demanda que os Estados atuem domesticamente em comum acordo com o refreamento de processos globais, regionais e locais que geram a degradação ambiental e a insegurança humana. Essa demanda necessitará de governos mais fortes em algumas questões e autoridade reconhecida em outras” (BARNETT, 2001, p. 130).<sup>41</sup> Essa explicação, diferentemente do que se imagina, reconhece a importância dos Estados para a proteção e segurança dos indivíduos; contudo, estabelece também a necessidade de alocação de autoridade a outros atores – ou acima ou abaixo do Estado – com vistas a atingir a segurança ambiental (DETRAZ; BETSILL, 2008). Instituições de governança acima dos Estados podem, então, desempenhar papéis-chave nesse tipo de política, em função da interdependência dos Estados em relação às questões ambientais. Além do mais, dada a ampla variedade de ameaças à segurança humana oferecidas pelas mudanças ambientais, talvez haja a necessidade de um leque extenso de mecanismos de governança em diferentes escalas, estendendo-se do local ao global e envolvendo tanto atores estatais, quanto atores não-estatais (DETRAZ; BETSILL, 2008).

---

<sup>40</sup> “[...] the concept of national security has an enormous power as an instrument of social and political mobilization, and therefore, the obvious reason for putting environmental issues into the security agenda is the possible magnitude of the threats posed, and the need to mobilize urgent and unprecedented responses to them”.

<sup>41</sup> “[...] environmental security demands that nation-states act domestically and in concert to curb global, regional and local processes that generate environmental degradation and human insecurity. This will necessitate stronger government on some issues, and conceding authority in others”.

### 3 A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO: UMA ALTERNATIVA AOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

O campo de estudos de segurança tem se tornado um dos mais dinâmicos e contestados das Relações Internacionais nas últimas décadas (WILLIANS, 2003). Particularmente, esse tem sido também o campo em que o construtivismo social tem se destacado como abordagem alternativa. Conforme já foi visto, entre as perspectivas mais abrangentes e influentes do construtivismo social neste campo, encontram-se os estudos de paz e segurança desenvolvidos por teóricos como Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, reunidos no que se convencionou chamar de Escola de Copenhague.

Essa Escola, na verdade, é um centro de pesquisas, denominado *Center for Peace and Conflict Research*, criado em 1985, na Dinamarca, com o objetivo de i) desenvolver ferramentas conceituais para interpretar a ampliação dos debates políticos acerca da segurança, que estavam ocorrendo na Europa em meados dos anos 1980; e ii) elaborar uma contribuição original para os debates teóricos sobre os estudos de segurança (HUYSMANS, 1998, p. 482). No entanto, conforme destaca Huysmans (1998), ao longo destas duas últimas décadas, o atualmente chamado *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)* teve seus projetos voltados para o estabelecimento de um amplo corpo de trabalhos, de tal modo que houvesse “[...] um grau suficiente de coerência e continuidade para garantir o rótulo de ‘Escola’ ou círculo social” (HUYSMANS, 1998, p. 479, tradução nossa).<sup>42</sup> Para atingir esse grau de coerência, a Escola de Copenhague contou com a colaboração de diversos pesquisadores, especialmente, com a de Ole Waever, principal responsável pela dimensão conceitual do projeto, e Barry Buzan, que esteve à frente do Instituto entre os anos de 1998 e 2002.

As contribuições individuais também exerceram um papel fundamental para o desenvolvimento teórico da Escola, visto que seus principais expoentes assumiam posições teóricas distintas: a exemplo de Buzan, que se manifesta explicitamente como um construtivista realista da Escola Inglesa, cujas raízes derivam do pensamento estratégico; e Ole Waever, que se

---

<sup>42</sup> “[...] a sufficient degree of coherence and continuity to warrant the label ‘School’ or ‘coterie’”.

intitulou um realista pós-estruturalista<sup>43</sup>, sob ampla influência de Jacques Derrida e do realismo clássico (TANNO, 2003; AZEVEDO, 2007). Apesar das opções teóricas distintas, estas não foram capazes de interromper o “desenvolvimento criativo da escola” (HUYSMANS, 1998).

O grupo trouxe consigo pessoas cujo trabalho individual desenvolveu diferentes interpretações das relações internacionais. Assim, por exemplo, a abordagem mais ou menos neorealista de Buzan encontrou a perspectiva social construtivista de Waever, que é informada principalmente pelo pós-estruturalismo e pelo realismo clássico. Como resultado os conceitos introduzidos pelos autores têm evoluído dinamicamente (HUYSMANS, 1998, p. 483, tradução nossa).<sup>44</sup>

As pesquisas realizadas por Ole Weaver chamaram a atenção por conduzir a uma análise construtivista dos estudos de segurança, criando para isto os conceitos e o arcabouço teórico da teoria da securitização. Foi com esta finalidade que Weaver afastou-se do positivismo predominante na abordagem de Buzan, pela rejeição à idéia de que existe uma realidade social que pode ser apreendida de forma apriorística, e optou, baseado em pressupostos pós-estruturais, pela suposição de que as questões de segurança são construídas pelas práticas sociais. Dessa maneira, os processos de construção de ameaças ocorrem, fundamentalmente, por meio de discursos proferidos pelos atores interessados em estabelecer as agendas de segurança. Portanto, questões políticas podem sofrer movimentos de securitização ou dessecuritização (TANNO, 2003).

Neste sentido, a securitização pode ser entendida como um processo de significação, na medida em que, por meio de um discurso, atribui-se um significado a uma dada realidade. Esse entendimento é construído através do compartilhamento intersubjetivo de significados entre os atores envolvidos na constituição de uma agenda de segurança. Com isso, o estabelecimento de uma agenda não depende somente dos esforços dos agentes; é necessário que a questão apresentada seja reconhecida como uma ameaça à segurança (TANNO, 2003; BUZAN *et al*, 1998). Desse modo, podemos compreender segurança como

---

<sup>43</sup> O realismo pós-estrutural pode ser entendido como uma abordagem no estudo das Relações Internacionais informada pelo objetivo de analisar a construção social e política da segurança com métodos pós-estruturais, aliados a conceitos realistas (TAURECK, 2006).

<sup>44</sup> The group has brought people together who in their individual work develop rather different interpretations of international relations. Thus, for example, in this group Buzan's more or less neorealist oriented approach encounters Waever's social constructivist perspective, which is primarily informed by poststructuralism and classical realism. As a result, the concepts introduced by the authors have evolved dynamically.

“[...] uma prática auto-referenciada, porque é nesta prática que uma questão torna-se uma questão de segurança – não necessariamente porque existe uma ameaça existencial real, mas porque a questão é apresentada tal como uma ameaça” (BUZAN *et al*, 1998, p. 24, tradução nossa).<sup>45</sup>

Buzan *et al* (1998), ao introduzir a noção de que problemas de segurança são construídos por atores interessados nessa agenda, possibilitaram a elaboração de quadros analíticos específicos para cada um dos setores apresentados em “*Security: a new framework for analysis*”, ou seja, o setor militar se caracterizaria pelas relações de força, o político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de mercado, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o ambiental, caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera. Assim, cada setor possuiria uma lógica própria, com atores, discursos, regras e, mais do que isso, objetos de referência próprios no campo da segurança que não necessariamente incluiriam o Estado (TANNO, 2003).

Como foi visto, além da securitização e dos setores de segurança, os teóricos dessa escola introduziram também o conceito de dessecuritização, que nada mais é do que o retorno de uma questão da política emergencial para a política normal,

“[...] uma vez que segurança é um conceito negativo – pois é reflexo da falha na esfera política de tomada de decisões – a securitização pode passar pelo movimento de dessecuritização, que aparece como uma maneira de limitar o discurso da segurança e evitar, ao máximo, medidas de exceção” (AZEVEDO, 2007, p 03).

Em resumo, a dessecuritização pode ser entendida como a retirada de um dado objeto de referência da esfera de segurança. Caso este objeto saia também da esfera pública de debates, tem-se um processo de dessecuritização negativa, já que este é completamente retirado do debate público, ficando circunscrito à esfera privada. Porém, caso o objeto permaneça na esfera política, a dessecuritização é considerada positiva, uma vez que o objeto ainda é foco de atenção da agenda política. De acordo com Roe (2004), os teóricos da Escola de Copenhague, preocupados com os perigos de se circunscrever certas questões à linguagem de segurança, demonstraram uma preferência pela dessecuritização.

Contudo, para que uma questão seja dessecuritizada, foram traçadas em linhas gerais, três opções possíveis: em primeiro lugar, trata-se de não se referir a uma determinada questão em

---

<sup>45</sup> “[...] a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue – not necessarily because a real existential threat exist but because the issue is presented as such a threat.”

termos de segurança. Segundo, uma vez que uma questão tenha sido securitizada, deve-se “manter as respostas de modo que não dêem origem a dilemas de segurança e outras espirais viciadas” (WAEVER, 2000, p. 253, tradução nossa)<sup>46</sup>. E, finalmente, a terceira opção consiste em conduzir uma dada questão ao processo político normal (ROE, 2004).

Outra ferramenta de análise apresentada por Buzan *et al* (1998) é a teoria dos complexos regionais, cujo principal postulado é que algumas unidades políticas são tão integradas e interdependentes, incluindo seus processos de securitização e dessecuritização, que as questões envolvendo a segurança dessas unidades não podem ser analisadas ou, muito menos, resolvidas separadamente umas das outras.

Para a Escola de Copenhague, a dinâmica gerada pelos complexos regionais pode ser percebida por meio de uma análise orientada segundo as escalas regional, inter-regional e global, possuindo uma dimensão que incorpora a relação amigo-inimigo, relação essa que será responsável pela maior afinidade ou não entre países de uma mesma região. Isso torna possível a retração de conflitos em favor da cooperação, que se tornará evidente pelo processo de institucionalização e normatização do complexo regional, como vem acontecendo há tempos com a União Européia (BUZAN *et al*, 1998; AZEVEDO, 2007; TANNO, 2003).

### **3.1 Segurança: uma estrutura de análise**

A teoria de securitização não pode ser entendida como um episódio de criação e implementação de uma política no campo da segurança, nem como simplesmente a designação de algo como uma questão de segurança, do mesmo modo que essa teoria não pode ser entendida como o estudo de ameaças objetivas, mas sim como o estudo de ameaças subjetivas, definidas num processo intersubjetivo de construção de entendimentos sobre a realidade. Para isso, salientam Buzan *et al* (1998), o analista deve estudar a construção da ameaça através da lógica de securitização e de seus efeitos. Dentro desta perspectiva, repousa uma estrutura teórica para os estudos de securitização, bem como os conceitos em torno dos quais a teoria se desenvolve, tais

---

<sup>46</sup> “[...] to keep the responses in forms that do not generate security dilemmas and other vicious spirals”.

como movimento de securitização, atos de fala, ator securitizador, objeto de referência, entre outros.

Uma maneira de identificar o ator securitizador é através do estudo da lógica de securitização, sendo importante verificar de que lugar este ator está falando, como indivíduo ou em nome de uma estrutura organizacional. Isso pode ser especialmente difícil quando se faz referência às questões ambientais, haja vista que estas não se agrupam numa estrutura organizacional – um regime – com porta-vozes estabelecidos, o que cria problemas para a legitimação de discursos proferidos por atores não-estatais.

De acordo com Buzan *et al* (1998), o termo securitização pode ser entendido como um processo no qual determinados temas passam a integrar a agenda de segurança, de modo que:

“Segurança” é o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. A securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização. Teoricamente, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que varia “não-politizado” (significando que o Estado não lida com ele e de modo algum é tido como um tema de interesse público – pertencendo à esfera privada), passando pelo “politizado” (significando que o tema é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental – integrando assim a esfera pública), alcançando o “securitizado” (significando que o tema é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica ações fora dos limites normais do processo político) (BUZAN *et al*, 1998, p. 23-24, tradução nossa).<sup>47</sup>

Em resumo, o processo de securitização pode ser entendido como aquele em que um dado objeto de referência é tratado por determinado ator – o ator securitizador – como se estivesse sob uma ameaça existencial. Com isso, um ator securitizador passa a reivindicar junto à audiência o uso extraordinário da força, bem como a adoção de medidas emergenciais no sentido de conter a ameaça. Nesse processo, destaca Buzan *et al* (1998, p.27-28), a questão é retirada da esfera normal da política, de modo a legitimar ações para além dos procedimentos normais da política, podendo então ser localizada num espectro que varia da securitização *ad hoc* – correspondente à fase inicial da securitização, durante a qual são realizadas tentativas de construção de uma

---

<sup>47</sup> “Security” is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure)”.

ameaça à segurança – passa pela securitização, até atingir a institucionalização, fase na qual o todo o processo é normalizado e torna-se parte de um discurso político padrão (VAN DIJCK, 2006; BUZAN *et al*, 1998). Dessa forma, para se caracterizar um processo de securitização, é preciso estar atento à presença de três unidades fundamentais:

*a) Objetos de referência:* são “os temas que parecem estar ameaçados existencialmente e que tem um apelo legítimo para a sobrevivência” (BUZAN *et al*, 1998, p. 36, tradução nossa).<sup>48</sup> O objeto referente é a unidade cuja existência o ator securitizador declara estar ameaçada, demandando medidas emergenciais com vistas a protegê-la. Apesar de tradicionalmente o objeto referente ter sido o Estado, a teoria da securitização tem tentado ampliar o número de objetos referentes. Contudo, objetivando a coerência analítica, as condições facilitadoras tornam a aceitação de determinados objetos mais provável do que outros. Segundo Buzan *et al* (1998), num espectro que vai da micro escala, passando pela média e alcançando a macro escala, os objetos referentes que remetem a escalas ou coletividades medianas – como Estados, nações e civilizações – tem mais chances de serem legitimados do que objetos de escalas pequenas, como os indivíduos ou pequenos grupos, bem como os de escalas mais amplas, como o sistema internacional. Entretanto, apesar de o nível sistêmico ser menos vantajoso do que o das escalas medianas, isso não significa que ele não tenha potencial analítico e que venha a se tornar mais atrativo no futuro.

*b) Atores securitizadores:* são “os atores que securitizam questões através da declaração de que algo – objeto referente – está sendo ameaçado existencialmente” (BUZAN *et al*, 1998, p. 36, tradução nossa)<sup>49</sup>. São os agentes responsáveis pela securitização, por meio de uma estrutura retórica de segurança, cuja finalidade é “chamar a atenção” para a necessidade de se tomarem medidas de emergência, com vistas a proteger o objeto referente das ameaças apontadas pelo ator securitizador;

*c) Atores funcionais:* são os “atores que afetam a dinâmica do setor. Diferindo-se do objeto referente e também do ator securitizador, que clama pela segurança em nome do

---

<sup>48</sup> Things that are seen to be existentially threatened and that have a legitimate claim to survival.

<sup>49</sup> Actors who securitize issues by declaring something – a referent object – existentially threatened.

objeto de referência, estes são os atores que influenciam significativamente as decisões no campo da segurança” (BUZAN *et al*, 1998, p.36, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Além das unidades envolvidas no processo de securitização, é preciso observar também os diferentes níveis de análise, que podem ser o sistema internacional, os subsistemas internacionais (P.ex. a União Européia), as unidades (Estados), as subunidades (p.ex. grupos de interesses domésticos ou transnacionais), assim como os indivíduos. Sendo assim, a partir da identificação destes níveis, é possível localizar os objetos de referência e os atores securitizadores, assim como a dinâmica de interação entre eles.

O tamanho ou escala é uma “variável importante na determinação do que constitui um objeto de referência bem-sucedido de segurança” (BUZAN *et al* 1998, p.36, tradução nossa)<sup>51</sup> e, apesar de micro (indivíduos) e macro-escalas (humanidade, atores supranacionais), muitas vezes, colocarem em risco a possibilidade de legitimação dos apelos securitizadores, este trabalho elege como nível de análise o sistema internacional, visto que seu objetivo central é a compreensão do processo de securitização das mudanças climáticas em nível sistêmico.

### 3.2 Segurança como ato de fala

Waever (1995a, 1995b), valendo-se da teoria da linguagem, considera “segurança” como um ato de fala. “Nessa prática, segurança não é de interesse como um signo que se alude a algo mais real; a elocução é em si mesma o próprio ato. Ao dizer isto, algo é feito (como no ato de apostar, de fazer uma promessa, de nomear um navio)” (WAEVER, 1995b, p. 55, tradução nossa)<sup>52</sup>.

Nesse sentido, a definição e o critério exatos da securitização são constituídos em um processo intersubjetivo entre o ator securitizador, que enuncia uma ameaça existencial com relevo suficiente para obter efeitos políticos vultuosos junto à audiência, que, então, legitima sua ação. Logo, o analista deve compreender o processo comunicativo por meio do qual uma questão

---

<sup>50</sup> Actors who affect the dynamics of a sector. Without being the referent object or the actor calling for security on behalf of the referent object, this is the actor who significantly influences decisions in the field of security.

<sup>51</sup> “[...] crucial variable in determining what constitutes a successful referent object of security”.

<sup>52</sup> In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise, naming a ship).

é transposta para a esfera da segurança, ou seja, por meio dos atos de fala (*speech act*). Esse conceito, que é conferido a John L. Austin (1962), fundamenta-se na premissa de que o discurso é uma forma de ação, carregando consigo efeitos e conseqüências. Conforme sublinha os autores: “o processo de securitização é o que na teoria da linguagem é denominado de atos de fala”. Logo, os teóricos da Escola de Copenhague entendem “segurança como um ato de fala” (WAEVER, 1995b, p.55) <sup>53</sup>.

Austin (1990) distingue as declarações (*utterance*) em performativas e constatativas. Numa declaração performativa, um ator, ao pronunciar algo, acaba por fazer algo. Considere o exemplo apresentado por Pantaleoni (2000), a cerimônia de batismo: quando o padre diz “*Eu te batizo*”, a pessoa a quem é dirigida a declaração abandona a condição de pagã e passa a ser cristã. Este é um exemplo claro de um ato performativo, no qual ocorreu uma transformação pelo poder da palavra. As demais declarações – sejam elas verdadeiras ou falsas – que servem para constatar a realidade, são, por esse motivo, constatativas, como quando alguém diz “*Está chovendo*”.

Um ato performativo, de acordo com Austin (1990), pode ser bem-sucedido (*happy performative*) ou não (*unhappy performative*), de acordo com sua capacidade de transformar uma situação, que independe de ser verdadeira ou falsa.

Austin parte do princípio que os performativos só podem se concretizar numa situação adequada, isto é, num determinado lugar, num espaço de tempo delimitado, com as pessoas certas que tenham realmente a intenção de que, ao se pronunciarem as palavras, concretize-se a ação designada por elas. Quando todas as condições se realizam, temos um performativo feliz. Caso contrário, o performativo infeliz é o malogrado, já que não se concretizou (PANTALEONI, 2000).

De forma resumida, as condições para que um performativo seja considerado feliz são as seguintes:

- procedimento convencionalmente aceito que inclui o ato de pronunciar determinadas palavras, por determinado(s) atores(s), numa determinada circunstância;
- adequação dos atores e das circunstâncias;
- execução do procedimento de modo correto e completo.

---

<sup>53</sup> security as a speech act.

Waever interessou-se pela teoria de Austin por esta capturar o poder da linguagem na transformação de situações e no estabelecimento de perspectivas, nas quais a polêmica distinção entre “verdadeiro” ou “falso”, ou entre ameaças objetivas e subjetivas, torna-se irrelevante. Ao dizer “Eu prometo”, alguém não está descrevendo o ato de fazer uma promessa, mas fazendo uma. De forma análoga, declarar que “o aquecimento global é uma questão de segurança”, não pode ser considerado como um constatativo (podendo ser uma declaração verdadeira ou falsa – a questão, nesta perspectiva, não é decidir se o aquecimento global é uma ameaça real ou não), mas um performativo (que pode ser feliz/bem-sucedido ou não). A questão que realmente importa para a Escola de Copenhague é que ao afirmar que o aquecimento global configura uma ameaça, tem-se uma alteração no modo de lidar com o problema. Certamente, a securitização de um fenômeno não é construída automaticamente, mas sim negociada entre os produtores do discurso que identificam uma ameaça a um dado objeto e a audiência que a aceita até certo ponto como tal. Conforme destaca Mendes (2008):

Isso não significa, necessariamente, uma dicotomia maniqueísta que polariza entre a simples aceitação ou não do discurso criado. Entre a produção de uma narrativa de securitização por determinado agente e a aceitação da mesma por determinado público, temos muito mais uma gama de intensidades que uma simples escolha entre a aceitação ou rejeição.[...] A relação entre produtores e receptores possui um formato muito mais de dinâmica relacional que propriamente de momento único conformador de oferta e procura (MENDES, 2008, p. 85).

Conforme destaca Trombetta (2007), a Escola de Copenhague não está interessada na veracidade de uma declaração, mas no seu “efeito de verdade”. Não obstante, considerar uma declaração de segurança, simplesmente, sugere que tudo pode tornar-se uma questão de segurança, sendo suficiente designá-la como tal. Contudo, no sentido de evitar o alargamento excessivo da agenda de segurança e a perda de utilidade analítica do conceito, Buzan *et al* (1998) alertam para os componentes normativos da teoria.

Em primeiro lugar, a securitização deve ser entendida como um fenômeno coletivo, isto é, “uma forma específica de práxis social” (BUZAN *et al*, 1998, p. 204)<sup>54</sup>. Em segundo lugar, esta deve apresentar uma estrutura retórica e seguir regras específicas, visto que a Escola entende a dessecuritização dos setores, e seu retorno à esfera política normal, como um elemento limitante da expansão da agenda de segurança. Nesse sentido, apenas a “política de ameaça à existência” é considerada como o foco dos estudos de segurança. Em terceiro lugar, o objetivo normativo

---

<sup>54</sup> “a specific form of social praxis”

presente na dessecuritização é reduzir o leque de temas com legitimidade suficiente para integrar a agenda de segurança. E em último lugar, o analista deve estar atento a uma estrutura retórica específica, devendo orientar-se por regras específicas, as quais são definidas como as condições facilitadoras, pertencentes a duas categorias, a saber:

- As **condições facilitadoras internas** ou linguístico-gramaticais, relativas aos procedimentos convencionais aceitos para os atos de fala, ou seja, os atos de fala devem obedecer à lógica de segurança. De acordo com Buzan *et al* (1998) a palavra segurança traz consigo uma lógica ou racionalidade específica, independentemente do contexto ou das intenções dos oradores. Segurança refere-se, desse modo, à sobrevivência, urgência e emergência, admitindo a adoção de medidas excepcionais, a transgressão de regras existentes, resultando numa atitude decisionista que enfatiza a importância de medidas reativas e ou emergenciais; e
- As **condições facilitadoras externas**, contextuais e sociais, que apresentam três condições fundamentais: i) o capital social do enunciator<sup>55</sup>, ou seja, do ator securitizador, que deve estar numa ii) posição de autoridade (não necessariamente uma autoridade oficial); e as características da ameaça, que podem ou facilitar ou impedir a securitização.

Nesse sentido, a securitização pode ser entendida como um fenômeno coletivo, por duas razões principais. A primeira delas é que essa é uma prática intersubjetiva. Conforme destaca Trombeta (2007), um ator pode tentar anunciar que um objeto vital está sob risco, apontando uma ameaça a sua existência. Contudo, o sucesso do ato de fala não depende do ator isoladamente, mas da audiência, visto que “segurança [...], enfim, repousa, nem sobre o objeto, nem sobre o sujeito, mas entre os sujeitos” (BUZAN *et al*, 1998, p. 31).<sup>56</sup> Dessa maneira, a securitização, não

---

<sup>55</sup> A importância do capital social na habilidade para performar um ato de fala foi muito bem discutida por Pierre Bourdieu (1991) em “Linguagem e Poder Simbólico”, para quem o ato de fala não é somente linguístico, mas também social e dependente da posição do enunciator, que está inscrito, de forma mais ampla, no campo social (BUZAN *et al*, 1998). Nesse sentido, o capital social é definido como “o agregado de recursos reais ou potenciais que estão relacionados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos, mais ou menos institucionalizados” (BOURDIEU, 1999, p.14).

<sup>56</sup> Security [...] ultimately rests neither with the objects nor with the subjects but among the subjects.

sendo prerrogativa de um ator, está inserida de forma legítima nas considerações de uma comunidade política (TROMBETTA, 2007).

A segunda é que “segurança” envolve coletividades e não indivíduos. Para a Escola de Copenhague, este ponto é relevante na medida em que “historiciza a segurança, para estudar a transformação nas unidades dos assuntos de segurança” (BUZAN *et al*, 1998, p. 206, tradução nossa)<sup>57</sup>, uma oportunidade que é obstruída tanto pelos tradicionalistas, cujo foco é inteiramente voltado para o Estado, quanto pelos Estudos Críticos de Segurança (ECS), cujo foco concentra-se nos indivíduos, numa “ontologia individualista e reducionista” (BUZAN *et al*, 1998, p. 207). Desse modo, “a securitização pode ser capturada e considerada como parte de um amplo processo de transformação de comunidades políticas” (TROMBETTA, 2007, p.07, tradução nossa)<sup>58</sup>, transformação essa que se dá de forma relacional, entre os produtores das narrativas de segurança e a audiência, que pode confirmar ou rechaçar as alternativas apresentadas pelos atores securitizadores (MENDES, 1998; TROMBETA, 2007).

Conforme se observou, o ponto central da estrutura de análise de segurança desenvolvido pelos teóricos da Escola de Copenhague é o processo de securitização promovido por um ator securitizador em relação a um dado objeto de referência, que se encontra sob ameaça existencial. De acordo com Waever:

“[...] um ato de fala, que não é interessante como um sinal referindo-se a algo mais real, é a elocução que em si mesma é o próprio ato: ao dizer isso, algo é feito (como apostar, fazer uma promessa, nomear um barco). Ao dizer segurança um Estado representativo move-se de um caso particular para uma área específica, reivindicando um direito especial de usar os meios necessários para impedir esse desenvolvimento (WAEVER *et al*, 1993, p. 07, tradução nossa).<sup>59</sup>

Obviamente que nem todo ato de fala necessariamente contém uma gramática de segurança. Para caracterizar-se como tal, o ato de fala deve apresentar uma estrutura retórica, obedecendo a três requisitos básicos: i) uma ameaça existencial à sobrevivência de um dado objeto de referência, que ii) exija, então, a adoção de medidas excepcionais de segurança, e que,

<sup>57</sup> “[...] historicize security, to study transformation in the units of security affairs.”

<sup>58</sup> Securitization can capture and be considered as part of a broader process of transformation of political communities.

<sup>59</sup> A speech act, it is not interesting as a sign referring to something more real, it is the utterance in itself that is the act: by saying it something is done (like betting, giving a promise, naming a ship). By saying ‘security’ a state-representative moves the particular case into a specific area; claiming a special right to use the means necessary to block this development.

iii) justifique e legitime também a violação das regras de um processo político normal. Destarte, através de um ato de fala securitizador, um ator tenta elevar uma questão do campo da *low politics*, limitado por regras e procedimentos para a tomada de decisões, para o campo da *high politics*, caracterizado pela urgência e pela prioridade de ação (BUZAN *et al*, 1998, p. 21-26).

Apesar de o processo de securitização ter como pressupostos os três requisitos acima citados, as chances de um ator securitizador ser bem-sucedido dependerão da aceitação da audiência. Desse modo, “um ato de fala bem-sucedido é a combinação de linguagem e sociedade, de ambas as características intrínsecas da fala e do grupo que autoriza e reconhece aquela fala”, ou seja, uma “securitização bem-sucedida não é decidida pelo ator securitizador, mas pela audiência do ato de fala de segurança [...]” (BUZAN *et al*, 1998, p. 31-32, tradução nossa).<sup>60</sup>

Sendo assim, é por meio dos atos de fala, segundo os quais um ator securitizador designa uma ameaça existencial a um objeto de referência específico, reivindicando o uso extraordinário da força na tentativa de livrar-se de tal ameaça, que a teoria da securitização permite ao pesquisador analisar e interligar intervenções discursivas e medidas políticas para além daquelas consideradas apropriadas. Não obstante, uma questão é securitizada – torna-se uma questão de segurança, uma parte do que é segurança – se o público aceita essa declaração, garantindo ao ator securitizador o direito de violar regras que, em outras circunstâncias, estariam protegidas.

Nessa situação, à luz da teoria da securitização, como os casos devem ser investigados? Segundo Buzan *et al* (1998), “o método óbvio é a análise de discurso, visto que nós estamos interessados em quando e como alguma coisa é estabelecida por quem, como uma ameaça à segurança. O critério definidor da segurança é textual: uma estrutura retórica específica, tendo que ser localizada no discurso (BUZAN *et al*, 1998, p. 176-177, tradução nossa).<sup>61</sup>

Considerando as sugestões dos teóricos da Escola de Copenhague, a análise de discurso não precisa se valer necessariamente de técnicas quantitativas ou lingüísticas sofisticadas, bastando o recurso a técnicas simples, que se caracterizam pela leitura e pela busca por “[...]”

---

<sup>60</sup> “A successful speech act is a combination of language and society, of both intrinsic features of speech and the group that authorizes and recognizes that speech. [...] Successful securitization is not decided by the securitizer but by the audience of the security speech act [...]”.

<sup>61</sup> The obvious method is discourse analysis, since we are interested in when and how something is established by whom as a security threat. The defining criterion of security is textual: a specific rhetorical structure that has to be located in discourse.

argumentos que se apropriam de uma lógica e retórica definida [pela teoria da securitização] como “segurança” (BUZAN *et al* 1998, p. 177, tradução nossa).<sup>62</sup>

A análise de discurso constitui, então, um método apropriado à investigação do modo como a realidade social é construída discursivamente, adequando-se aos objetivos almejados por esta pesquisa. Assim sendo, através das categorias de análise já apresentadas neste capítulo, este trabalho pretende compreender o processo de transformação retórica das mudanças climáticas em questão de segurança, ou seja, como estas mudanças foram adquirindo significados distintos ao longo do tempo, num espectro que vai da politização à securitização (BUZAN *et al*, 1998).

### 3.3 Securitização e análise de discurso: o percurso metodológico

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa e sua proposta metodológica, a principal estratégia analítica adotada para a sua consecução consiste na localização de padrões discursivos recorrentes através da utilização e comparação de conceitos importantes, sobre os quais os argumentos dos diferentes atores repousam, possibilitando, dessa forma, a compreensão de como estes se relacionam. Para tanto, os conceitos selecionados (segurança, segurança ambiental, conflito ambiental), com base na leitura prévia de documentos, possibilitam compreender as perspectivas que informam os discursos dos atores, bem como o processo de securitização do clima. Com vista a atingir tais objetivos, todo o percurso de análise será orientado pela teoria de securitização, cuja finalidade é desvelar a lógica de segurança, ainda que contingente e instável (LACLAU; MOUFFE, 2001), presente nas discussões internacionais sobre as mudanças climáticas.

Tendo em vista a estrutura proposta por Lene Hansen (2006), cujo objetivo era desenvolver uma teoria do discurso para a análise da identidade e da política externa do Ocidente em relação à Guerra da Bósnia, foi construída uma metodologia de análise<sup>63</sup>, que se orienta, primeiro, pela escolha de modelos intertextuais de análise e, posteriormente, pela combinação

---

<sup>62</sup> Read, looking for arguments that takes the rhetorical and logical form defined here as security.

<sup>63</sup> Mesmo que Hansen (2006) desenvolva uma análise com base em pressupostos pós-estruturais, seu modelo metodológico pode ser utilizado por qualquer abordagem teórica de análise de discurso.

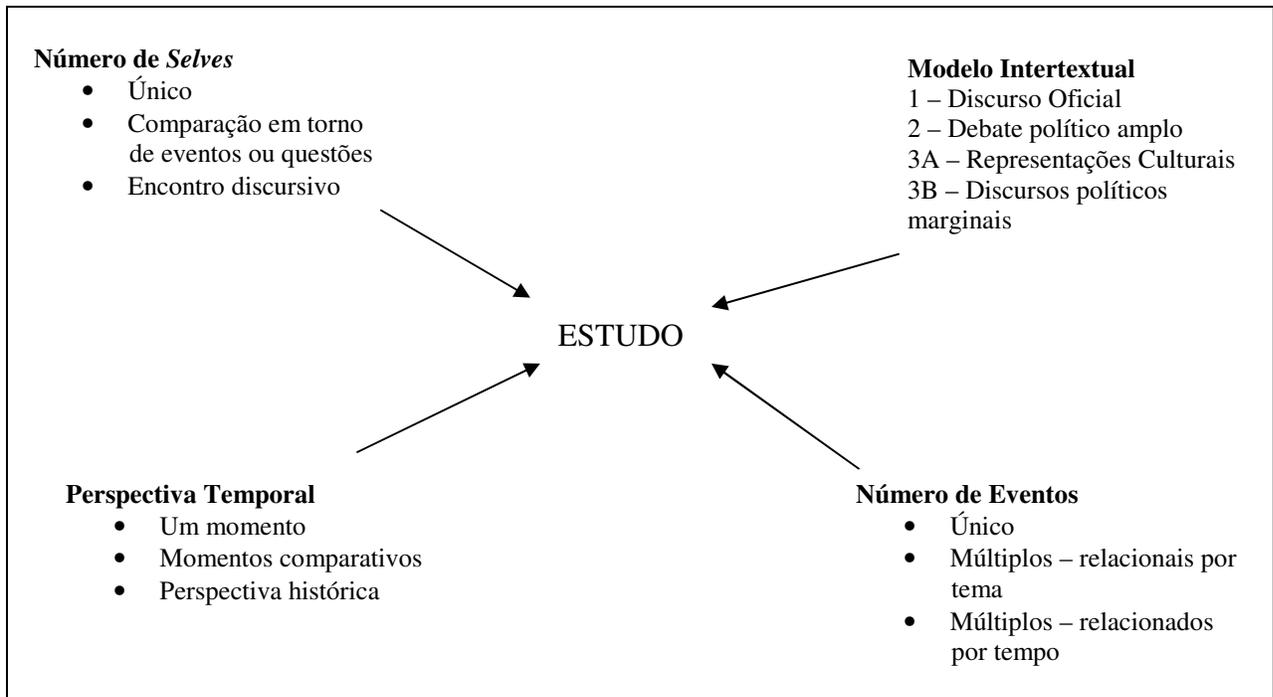
desses modelos com a definição em torno de três dimensões fundamentais, a saber: o número de *Selves*, a perspectiva temporal e o número de eventos a serem abordados.

Os três modelos intertextuais de pesquisa apresentados por Hansen (2006) são estruturados ao longo de uma ligação decrescente com o discurso político, conforme se observa na tabela a seguir:

	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3A</b>	<b>Modelo 3B</b>
<b>Foco analítico</b>	Discurso Oficial: Chefes de Estado, Governos, Chefes de Instituições Internacionais, Declarações Oficiais de Instituições Internacionais, etc.;	Debate político mais amplo; Oposição política; A mídia; Instituições Corporativas	Representações Culturais; Cultura Popular; <i>High Culture</i>	Discursos Políticos Marginais; Movimentos Sociais; Associações Ilegais; Acadêmicos; ONGs
<b>Objeto de análise</b>	Textos Oficiais Articulação intertextual direta e secundária; Textos de apoio; Textos críticos;	Textos políticos, midiáticos e de instituições corporativas;	Filmes, ficção, televisão, jogos de computador, fotografia, música, poesia, pintura, arquitetura, registros de viagem e autobiografias	Jornais marginais. Websites, livros, panfletos, análises acadêmicas;
<b>Objetivo de análise</b>	A estabilização do discurso oficial através de links intertextuais; A resposta de discursos oficiais à discursos críticos	A hegemonia do discurso oficial; A provável transformação do discurso oficial; e a instabilidade interna do discurso midiático	Sedimentação ou reprodução de identidades nas representações culturais	Resistência em regimes não-democráticos; Dissidência nos casos de hegemonia dos modelos 1 e 2; Debates acadêmicos;

**Tabela 1: Modelo de Pesquisa Intertextual**  
**Fonte: Adaptado de Hansen (2006)**

No que tange às três dimensões adicionais, o número de *Selves* refere-se ao número de identidades ou atores que serão analisados, possibilitando a escolha de um único *Self*, a comparação entre *selves* (em um único evento ou em diferentes eventos) e o encontro discursivo (*discursive encounter*), no qual são estudados os contrastes entre os discursos do *Self* e do *Other*, ou seja, a contra-construção (*counter-construction*) entre *Self* e *Other*. No que se refere à perspectiva temporal, é possível optar pelo estudo de um único momento, a comparação entre momentos distintos ou o desenvolvimento histórico dos discursos. E finalmente, no que tange a quantidade de eventos, pode-se analisar um único evento, múltiplos eventos (relacionados por tema) ou múltiplos eventos (relacionados temporalmente). Metodologicamente, o modelo intertextual e as três dimensões adicionais formam a estrutura básica de análise de discurso, a seguir:



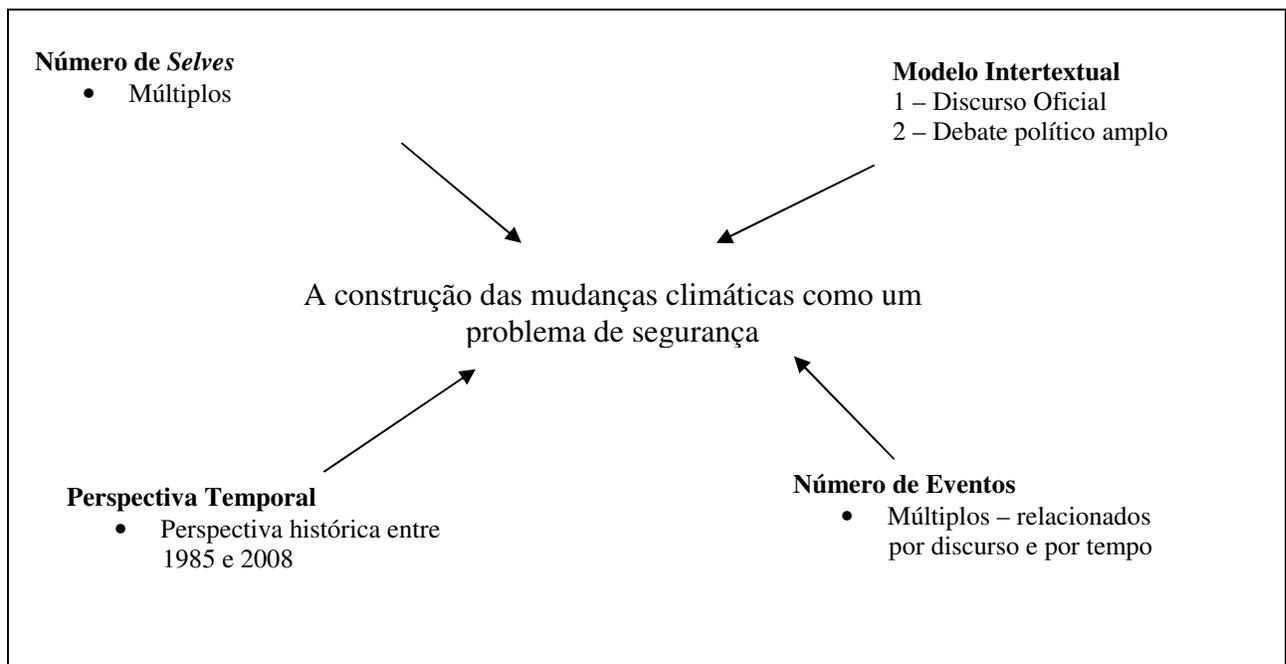
**Figura 6: Modelo de análise de discurso**  
**Fonte: Adaptado de Hansen (2006)**

Tendo como objeto de análise “A construção das mudanças climáticas como ameaça à segurança” o presente estudo optou pela escolha de **múltiplos Selvas**, visto que esta escolha possibilita o mapeamento da dinâmica de securitização e dos desafios colocados ao conceito de segurança e à própria teoria desenvolvida por Buzan *et al* (1998). A propósito da perspectiva temporal, optou-se pela **perspectiva histórica** da produção de discursos dos diversos atores envolvidos no processo de securitização das mudanças climáticas, entre o período de 1985 a 2008.

Em relação ao número de eventos, foram escolhidos **múltiplos eventos relacionados tanto por questão como por tempo** – considerando a perspectiva temporal adotada. Todas estas escolhas foram estabelecidas a partir da combinação dos modelos intertextuais 1 e 2. Nesse sentido, tanto os discursos oficiais, quanto os discursos midiáticos e de organizações internacionais foram incorporados à análise, cujo objetivo é contemplar as principais vozes envolvidas no debate político mais amplo sobre a securitização das mudanças climáticas, indicando como os discursos oficiais podem mudar, seja através de um ajustamento discursivo, seja pela mudança das comunidades políticas envolvidas.

A propósito, os textos selecionados obedecem a três critérios apresentados por Hansen (2006, p. 85): primeiro, apresentam uma articulação clara entre identidade e política; segundo, apresentam grande repercussão, desempenhando, deste modo, um papel central na definição dos discursos securitizadores dominantes e, terceiro, possuem autoridade formal na definição de uma posição política, na medida em que o discurso político, em geral, e o de segurança, em particular, constroem seus atores ou agentes discursivos através de uma lógica dual de poder e responsabilidade (HANSEN, 2006).

Assim, ao adaptar a presente análise ao modelo apresentado por Hansen (2006), tem-se a seguinte representação gráfica:



**Figura 7: Metodologia de análise**  
**Fonte: Adaptado de Hansen (2006)**

De forma sucinta, os passos percorridos por este trabalho constituem, em primeiro lugar, pela pesquisa de documentos e arquivos (impressos e digitais) que de algum modo estabelecem a relação entre mudanças climáticas e segurança internacional. A proposta desta fase é investigar historicamente os discursos sobre as mudanças climáticas, especialmente aqueles que afirmam ser a mudanças climáticas uma ameaça à paz e segurança internacionais, por meio da reconstituição dos principais enunciados neste processo. Os discursos oficiais e debates políticos mais amplos foram selecionados a partir de buscas (pela internet, em sítios de governos,

organizações (inter) governamentais, não-governamentais e na imprensa digital), orientadas por palavras como mudanças climáticas, segurança, conflito, mudanças ambientais, combate, ameaças à paz e/ ou à segurança internacional, entre outras sinônimas e também antônimas.

Uma segunda seleção foi realizada com base na contextualização dos textos encontrados em três períodos analíticos, a saber: *o período de emergência e consolidação dos discursos climáticos (1985-2000)*, que corresponde ao processo de politização das mudanças climáticas; *o período das incertezas políticas (2000-2002)*, correspondente ao colapso do discurso de cooperação climática, especialmente atribuído ao fracasso de Haia, equivalente a 6ª Conferência das Partes (COP-6), durante a qual, um ponto de interrogação foi colocado nas expectativas mais otimistas acerca de um acordo global sobre o clima; e *o período de discursos pós-Kyoto (2003-2008)*, durante o qual o tema chega a ser debatido no Conselho de Segurança, manifestando dessa forma a fase de securitização das mudanças climáticas. Este período é relativamente importante, pois nele são construídos espaços discursivos, no interior do campo de segurança, em que pelo menos dois discursos são associados: o das mudanças ambientais globais (especialmente os das mudanças climáticas) e da sustentabilidade, de um lado, e o de segurança, de outro.

Com base nesses critérios, foram selecionados documentos centrais, ou seja, aqueles que materializam um discurso operativo em um dado fórum ou comunidade, manifestando a importância de uma dada ocasião para a compreensão do processo de securitização (BUZAN *et al*, 1998, p. 177). Conforme destacam Buzan *et al* (1998, p. 177), “a lógica é que se uma securitização é socialmente empoderada em uma dada sociedade (quando “a” argumenta que a totalidade de A está sendo ameaçada por B, este argumento é geralmente aceito como válido e poderoso, e “a” por meio disso adquire o consentimento para fazer x) nós devemos esperar que “a” use esse argumento sempre que um debate é suficientemente importante”.

Por sua vez, como a União Européia foi apontada pela análise como o provável principal ator securitizador do clima, optou-se por selecionar textos, falas e documentos de fóruns importantes, onde, supõem-se uma excelente oportunidade para performar discursos favoráveis à securitização (BUZAN *et al*, 1998) das mudanças climáticas. Desse modo, os principais documentos selecionados para análise foram:

## Organização das Nações Unidas – ONU

### ***Resoluções do Conselho de Segurança***

- S/Res/1625 (14 set 2005): declaração sobre a efetividade do papel do Conselho de Segurança na prevenção de conflitos, na qual foi reafirmada a necessidade de adoção de uma ampla estratégia de prevenção de conflitos, que dirigissem as causas dos conflitos armados de forma compreensiva, incluindo a promoção do desenvolvimento sustentável;

### ***Debates no Conselho de Segurança***

- S/PV. 5663 (17 abr 2007): debate sobre energia, segurança e mudança climática, promovido pelo Reino Unido. O foco principal do debate foi apontar as possíveis conseqüências do aquecimento global para a paz e segurança internacional, bem como a possibilidade de o Conselho de Segurança comprometer-se com a causa, através de mecanismos de prevenção de conflitos, baseado na resolução 1625;
- S/PV. 5649 (28 mar 2007): debate sobre a relação entre a ONU e organizações regionais, em particular a União Africana (UA), na manutenção da paz e segurança internacionais. Neste debate a África do Sul mencionou as mudanças climáticas no contexto do desenvolvimento sustentável como parte dos esforços para o fortalecimento da paz no Sudão;
- S/PV. 5615 (8 jan 2007): debate sobre as ameaças à paz e à segurança internacional. O Peru afirmou que as mudanças climáticas, entre outras questões ambientais, afetariam a paz e a segurança internacional.
- S/PV. 5529 (20 set 2006): debate sobre a cooperação entre a ONU e organizações regionais na manutenção da paz e da segurança internacional. O Reino Unido assumiu as mudanças climáticas como um desafio crítico e saudou o comprometimento do Conselho em apoiar a cooperação regional e sub-regional;
- S/PV. 5390 (20 mar 2006): debate sobre o uso de armas de pequeno porte. Neste debate, o Peru afirmou ser a alteração climática uma das muitas novas ameaças, para a qual deveria ser devotada mais atenção, através de uma abordagem integrada e preventiva a fim de manter a paz e a segurança internacional;

### ***Relatórios do Conselho de Segurança***

- S/2007/186 (05 abr. 2007): documento conceitual elaborado pelo Reino Unido para o debate sobre energia, segurança e mudanças climáticas que ocorreu no dia 17 de abril de 2007;

### ***Resoluções da Assembleia Geral***

- A/Res/60/1 (24 out. 2005): documento da World Summit Outcome, que apontou a necessidade de conduzir urgentemente, através da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto, as mudanças climáticas e seus efeitos sobre o prisma do desenvolvimento sustentável. Também foram apontadas as vulnerabilidades da África, entre outras, em relação às mudanças climáticas;

### ***Relatórios do Secretário-Geral***

- A/59/2005 (21 mar 2005): relatório da Secretaria-Geral da ONU, intitulado “*In larger freedom: towards development, security and human rights for all*”, que apresenta as mudanças climáticas como um dos maiores desafios colocados pelo desenvolvimento e pelo consumo de energia no século XXI;
- A/59/565 (02 dez. 2004): Painel da Secretaria-Geral da ONU sobre as ameaças, os desafios e as mudanças apresentadas no relatório “*A more secure World: Our Shared Responsibility*”, que aponta para a necessidade de tratar as mudanças climáticas com novas estratégias a longo-prazo, que superem o Protocolo de Kyoto;

<b>União Europeia</b>
<b>Conselho da UE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório Anual (2007) do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da PESC (Política Externa e de Segurança Comum);</li> <li>• Prioridades da UE para a 61.ª, 62.ª e 63.ª Assembleia Geral das Nações Unidas: nestes documentos a UE, empenhada no bom funcionamento da ONU (com base em valores como o multilateralismo, o direito internacional e no Estado de direito), objetiva assegurar as reformas acordadas nas Cúpulas da ONU nos anos de 2006, 2007 e 2008, respectivamente, entre as quais fazer face às mudanças climáticas de modo a garantir a segurança.</li> <li>• Estratégia Europeia de Segurança (2003): neste documento a UE caracteriza-se como um ator global afirmando a necessidade de assumir a sua parcela de responsabilidade na segurança global. Para tanto, devem ser considerados novos desafios à segurança, dos quais a mudança climática, mesmo que implicitamente, fazem parte.</li> <li>• Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança em um mundo em mudança (2008): em virtude das novas ameaças que surgiram no cenário internacional nos últimos anos, este relatório tem o objetivo de reforçar a EES de 2003, acrescentando-lhe novas ameaças, entre as quais foram incluídas de maneira explícita a mudança climática;</li> </ul>
<b>Comissão Europeia</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alterações Climáticas e Segurança Internacional 2008: neste documento a mudança climática é reconhecidamente uma ameaça à segurança europeia, por esse motivo, a comissão - em resposta a solicitação do Conselho Europeu – solicitou mais recomendações afirmando que “A UE está bem colocada para levar por diante a agenda clima-segurança. As alterações climáticas constituem um problema fundamental que deverá integra-se nas políticas externa e de segurança da UE e na atuação das suas instituições competentes”.</li> <li>• ‘<i>Combating the Climate Change: The EU leads the way</i>’: neste relatório a UE define a mudança climática como uma das maiores ameaças enfrentadas pelo nosso planeta”, afirmando sua liderança na condução de políticas de combate à mudança climática internacional e domesticamente.</li> </ul>
<b>Parlamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Relatório sobre "2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima": este documento sublinha a necessidade de constituição de uma diplomacia do clima na UE, com o correspondente caráter preventivo e multilateral.</li> </ul>

**Quadro 3: Material textual selecionado para análise**  
**Fonte: Security Council Report, ONU, União Europeia**

Todos estes períodos correspondem a momentos importantes no processo de securitização das mudanças climáticas, contudo, dado o volume de documentos, falas, reportagens e relatórios a serem analisados, este trabalho fez a opção por uma análise mais detalhada de textos concernentes aos dois últimos períodos (reduzidos ao período dos discursos pós-Kyoto), uma vez que se pode construir um panorama geral da evolução dos discursos climáticos rumo à securitização.

Em segundo lugar, os discursos foram analisados com base na contextualização e desconstrução da lógica de segurança no *período dos discursos pós-Kyoto*, entre os anos de 2003 e 2008. A partir desse recorte, os discursos serão examinados com base nas categorias apresentadas pela teoria de securitização, a saber: ator securitizador, objeto de referência, audiência, condições facilitadoras, ameaças, estratégias de legitimação e medidas políticas.

Em terceiro lugar, partindo-se da primeira fase de análise, foram percorridos os sentidos atribuídos pelos atores às mudanças climáticas a partir dos conceitos de segurança ambiental e conflito ambiental para, a partir daí, identificar (tendo como foco os critérios apresentados pela Teoria da Securitização, tais como as condições facilitadoras internas e externas; e a resposta da audiência) os atores securitizadores do clima bem como aquele com maior potencial de mobilização da audiência (hipoteticamente, a União Européia).

Em quarto lugar, após a definição das categorias oferecidas pela securitização, partir-se-á para a etapa seguinte, que consiste na discussão de que faixa do espectro de securitização, é possível localizar o processo de securitização das mudanças climáticas.

Resumidamente, foram descritos os resultados das análises, em primeiro lugar, pela abordagem do contexto analisado, seguido pela desconstrução da lógica de segurança, a partir da perspectiva temporal selecionada e, por último, pela identificação da faixa do espectro em que se situa o processo de securitização do clima.

#### **4 SEGURANÇA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EXPLORANDO A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL**

No dia 17 abril de 2007, o Conselho de Segurança realizou pela primeira vez um debate sobre o impacto das mudanças climáticas para a paz e segurança internacionais<sup>64</sup>. O Reino Unido, idealizador do encontro, tinha como propósito discutir as conseqüências das mudanças climáticas para a paz e segurança internacionais. Em documento preparado e distribuído entre as delegações convidadas para o debate, no dia 05 de abril de 2009, o Reino Unido afirmava que as mudanças climáticas ameaçavam a paz e segurança internacionais em função de seus efeitos sobre litígios já existentes, envolvendo países fronteiriços, além de constituir um fator desencadeador de crises humanitárias, disputas por recursos escassos, e tensões sociais (SECURITY COUNCIL, 2007a). Durante o debate a então Secretária de Relações Exteriores do Reino Unido Margareth Beckett declarou que as mudanças climáticas referiam-se a uma questão de segurança, não a questões de segurança nacional estreita, mas sim à “segurança coletiva num mundo frágil e crescentemente interdependente”, transformando assim “o modo como a comunidade internacional pensa a segurança” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.19).

O debate no Conselho de Segurança não constitui, contudo, um evento isolado, antes, integra uma cadeia discursiva materializada em relatórios e conferências, na qual as mudanças climáticas têm sido identificadas como um problema de segurança nacional e internacional (Ver, por exemplo, CNA, 2007; BRAUCH, 2007, 2008; IPCC 1995, 2001, 2007; WBGU, 2007; STERN, 2006). Nesse sentido, algumas questões parecem indispensáveis: tendo em vista os diversos momentos em que se tentou securitizar o clima, quais critérios permitem apontar o principal ator securitizador das mudanças climáticas no sistema internacional? De que modo este ator conseguiu mobilizar a audiência? Todo esse processo foi capaz de transformar as comunidades políticas, institucionalizando, desse modo, as mudanças climáticas como um problema de segurança? Ou esse processo ainda está em construção?

Para a compreensão dessas questões, um breve histórico dos discursos securitizadores das mudanças climáticas torna-se necessária, permitindo a apreensão parcial de um amplo processo

---

<sup>64</sup> Security Council 5663rd Meeting, Security Council holds first ever debate on impact of climate change on peace, security, hearing over 50 speakers (United Nations, 17 April 2007), <http://www.un.org/News/Press/docs/2007/sc9000.doc.htm>.

de transformação do entendimento das comunidades políticas acerca das consequências das mudanças climáticas, no qual a consciência das questões ambientais, a convergência de agendas parcialmente incompatíveis, que combinadas produziram o efeito securitizador, e a redução gradual das incertezas acerca do aquecimento global – reforçados pelos prognósticos divulgados pelo IPCC ao longo de duas décadas, especialmente o quarto relatório publicado em 2007 – desempenham um relevante papel (WAEVER, 2009). Além disso, com base nos aspectos normativos da teoria da securitização, foram apontados os critérios que permitiram designar a União Européia como principal ator securitizador das mudanças climáticas, assim como os discursos que contribuíram para a mobilização da audiência. Em seguida, foram expostas as dinâmicas de securitização empregadas pela União Européia que, ao fim e ao cabo, permitiram indicar em que faixa do espectro encontra-se o processo de securitização das mudanças climáticas. E finalmente, na última seção são debatidos os desafios apresentados pelas mudanças climáticas à lógica de segurança.

#### **4.1 As mudanças climáticas como ameaça à segurança: um breve histórico**

Desde 1988, as mudanças climáticas têm estado presentes na agenda das relações internacionais. Com a criação do IPCC em 1988, a adoção da Convenção do Clima em 1992 e o estabelecimento do Protocolo de Kyoto em 1997, as mudanças climáticas foram amplamente politizadas. No entanto, em 2007, tais alterações deixaram de ser encaradas como uma questão política para alcançar o *status* de um problema de segurança internacional (WAEVER, 2009; BRAUCH, 2008). Os marcos divisórios dessa transformação são atribuídos à publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, ao encontro do Conselho de Segurança, que debateu pela primeira vez o tema e ao prêmio Nobel da Paz concedido ao IPCC e ao ex Vice-Presidente do Estados Unidos Al Gore (WAEVER, 2009). Mesmo que alguns autores (WAEVER, 2009; BRAUCH, 2008; PENNY 2007; FLOYD, 2008) considerem 2007 como o ano em que os primeiros discursos securitizadores do clima emergiram no cenário internacional, estes se devem a tomada de consciência dos problemas ambientais globais que, desde sua origem, estão imbricados em uma das primeiras tentativas de securitizar o meio ambiente em escala global,

sendo explorada em termos analíticos e normativos ainda nas décadas de 1970 e 1980, época em que numerosos atores internacionais (incluindo organizações não-governamentais, representantes da sociedade civil, Estados individuais e organizações como a ONU) já anunciavam, ainda que precariamente, as ameaças apresentadas pelas mudanças ambientais à segurança global.

Richard Falk foi pioneiro ao argumentar de modo enfático que as mudanças ambientais constituíam um problema de segurança, numa época em que as preocupações com o clima eram ainda latentes. Ao sintetizar o que ele mesmo chamou de “a primeira lei da política ecológica”, Falk (1971) consagrou àquilo que viria a se tornar um truísmo nas atuais pesquisas científicas sobre as mudanças climáticas, ou seja, que “*existe uma relação inversa entre o intervalo de tempo disponível para uma mudança adaptável e a probabilidade e intensidade de um conflito violento, trauma e coerção acompanhando o processo de adaptação*” (FALK, 1971, p. 353 *apud* BARNETT, 2001, p. 03, tradução nossa).<sup>65</sup>

Ainda no período da Guerra Fria, uma outra contribuição bastante precoce a este debate foi dada por Lester Brown no artigo “*Redefining National Security*”. Neste texto, Brown (1977) já apregoava a influência humana sobre o clima, que “*poderia reduzir nitidamente a produção de alimentos, e por esta razão a segurança dos países*” (BROWN, 1977, p. 19, tradução nossa)<sup>66</sup>. Todavia, o marco político desse debate pode ser atribuído à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)<sup>67</sup>, responsável por tornar pública a narrativa de que o clima constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais:

Em todo o mundo estão surgindo ameaças ambientais à segurança. As que mais preocupam são as que derivam das possíveis conseqüências do aquecimento global causado pela concentração, na atmosfera, de dióxido de carbono e outros gases. Qualquer mudança climática desse tipo teria muito provavelmente efeitos desiguais, abalando os sistemas agrícolas em áreas que fornecem grande parte das safras de cereais do mundo, e talvez desencadeando movimentos maciços de população em áreas onde a fome já é endêmica. Durante a primeira metade do próximo século, o nível dos mares pode subir o bastante para mudar radicalmente as fronteiras entre nações litorâneas e alterar o curso e a importância estratégica das vias navegáveis internacionais - efeitos também capazes de aumentar as tensões internacionais. As alterações climáticas e do nível do mar podem ainda prejudicar os viveiros de espécies de peixes economicamente importantes. Desacelerar o aquecimento global ou adaptar-se a ele está se tornando uma

<sup>65</sup> “[...] exists an inverse relationship between the interval of time available for adaptive change and the likelihood and intensity of violent conflict, trauma, and coercion accompanying the process of adaptation”

<sup>66</sup> “[...] can sharply reduce food production, and hence a country’s security”.

<sup>67</sup> A CMMAD responsável pela publicação – a pedido da ONU – de um dos mais importantes documentos da história da política ambiental internacional, o Relatório Brundland, foi também responsável pelo cunho da palavra “insegurança ambiental”, que deu origem ao termo “segurança ambiental”.

tarefa essencial à redução de riscos de conflitos (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p.329).

Nota-se que a Comissão Brundland foi a primeira a lançar a discussão sobre as conseqüências das mudanças climáticas para a segurança, designando-a como ameaça aos empreendimentos humanos (*human enterprise*), através do aumento na concentração de dióxido de carbono na atmosfera que, conseqüentemente, levaria a problemas de escassez e desencadearia crises políticas, financeiras e sociais. O interesse da Comissão Brundland coincide com as inquietações expressas por organizações internacionais como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a OMM (Organização Meteorológica Mundial) e o CIUC (Conselho Internacional de Uniões Científicas) num momento em que as preocupações com a poluição atmosférica começavam a eclodir por todo o mundo, motivados principalmente pelos compromissos – a Convenção de Viena (1985) e o Protocolo de Montreal (1987) – alcançados sobre um problema ambiental global: a depleção da camada de ozônio<sup>68</sup>.

Dado que o processo de politização das mudanças climáticas ocorria lenta e tardiamente, se comparado a outros regimes ambientais (regime do ozônio, por exemplo), essas organizações promoviam uma série de encontros e conferências na tentativa de tornarem públicos os indícios descobertos àquela época sobre os efeitos dos gases estufa e estimular, assim, uma resposta política efetiva para o problema.

Em uma das mais importantes reuniões desse período, conhecida como “Conferência Mundial sobre a Atmosfera em Mudança: Conseqüências para a Segurança Global”<sup>69</sup>, governantes e cientistas chegaram a afirmar que tensões e conflitos internacionais seriam agravados em função de tais alterações na composição da atmosfera. Numa época em que os estudos de segurança se voltavam quase que exclusivamente para as ameaças militares, os participantes daquela conferência declaravam que as “*mudanças [climáticas] imprevistas e não projetadas podem vir a ser a maior ameaça não-militar à segurança internacional e ao futuro da*

---

<sup>68</sup> O Protocolo de Montreal sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozônio, assinado em 1987, estabelece medidas com vistas à proteção da camada de ozônio, como a redução progressiva das emissões globais de substâncias controladas, cujo objetivo é sua eliminação, possibilitando a recuperação da camada de ozônio. Este protocolo é considerado um marco divisório no estabelecimento de regimes ambientais.

<sup>69</sup> Nesta conferência, ocorrida em 1988, foi anunciada a criação do IPCC.

*economia global*” (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 1988, p.01, tradução nossa).<sup>70</sup>

A atmosfera da Terra está mudando a uma taxa sem precedentes por poluentes resultantes de atividades humanas, do uso ineficiente e destrutivo de combustíveis fósseis e dos efeitos do rápido crescimento populacional em muitas regiões. Essas mudanças representam a maior ameaça à segurança internacional e já tem consequências nocivas sobre muitas partes do globo [...]. A melhor previsão disponível indica desarticulações sociais e econômicas severas para gerações presentes e futuras, que irão agravar as tensões internacionais e aumentar o risco de conflitos entre e no interior das nações. É imperativo agir agora. Alterações contínuas na atmosfera global ameaçam a segurança global, a economia mundial e o meio ambiente natural (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 1988, p.01, tradução nossa)<sup>71</sup>.

Além disso, as consequências das mudanças climáticas eram comparadas à eclosão de uma guerra nuclear, tornando evidente a presença de um movimento securitizador do clima: “*a humanidade está conduzindo um experimento involuntário, não controlado, globalmente difundido, cujas principais consequências poderiam ser inferiores somente a um guerra nuclear global*” (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 1988, p.01, tradução nossa).<sup>72</sup>

A Conferência de Cúpula de Haia, ocorrida em 1989, também chamava a atenção do mundo para o problema das mudanças climáticas e reivindicava o desenvolvimento de “*uma nova autoridade institucional para preservar a atmosfera da terra e combater a mudança climática, especialmente o aquecimento global*” (HAGUE DECLARATION, 1989, p.02, tradução nossa)<sup>73</sup>. Por seu turno, a Declaração de Haia também continha elementos securitizados, na medida em que julgava as alterações climáticas como um problema urgente, que exigia alta prioridade:

Por essa razão nós consideramos que estamos diante de um problema, cuja solução tem três características evidentes, ou seja, é vital, urgente e global; nós estamos em uma situação que clama não somente pela implementação de princípios existentes, mas

<sup>70</sup> Unanticipated and unplanned change may well become the major non-military threat to international security and the future of the global economy.

<sup>71</sup> The Earth’s atmosphere is being changed at an unprecedented rate by pollutants resulting from human activities, inefficient and wasteful fossil fuel use and the effects of rapid population growth in many regions. These changes represent a major threat to international security and are already having harmful consequences over many parts of the globe. [...]The best predictions available indicate potentially severe economic and social dislocation for present and future generations, which will worsen international tensions and increase risk of conflicts among and within nations. It is imperative to act now. "Continuing alteration on the global atmosphere threatens global security, the world economy, and the natural environment".

<sup>72</sup>"[...] humanity is conducting an unintended, uncontrolled, globally pervasive experiment whose ultimate consequences could be second only to a global nuclear war".

<sup>73</sup>“[...] establish institutional authority [...] to protect the atmosphere and to counter climate change, particularly global warming”.

também por uma nova abordagem através do desenvolvimento de novos princípios do direito internacional, incluindo mecanismos de tomada de decisão e *enforcement* novos e mais efetivos (HAGUE DECLARATION, 1989, p.02, tradução nossa).<sup>74</sup>

Durante sua 85ª Sessão Plenária, em Dezembro de 1989, a Assembléia Geral da ONU através da Resolução 44/206 (22 de dezembro de 1989) apresentava as mudanças climáticas como ameaça às áreas costeiras, especialmente às áreas costeiras baixas e aos pequenos Estados insulares, em função do aumento do nível dos mares e oceanos, recomendando

“[...] com insistência que a comunidade internacional providencie auxílio efetivo e em tempo para os países afetados pelo aumento do nível dos mares, particularmente os países em desenvolvimento, em seus esforços para desenvolver e implementar estratégias para proteger a eles mesmos e seus ecossistemas marinhos naturais vulneráveis da ameaça particular causada pela mudança climática” (GENERAL ASSEMBLY, 1989, p.02, tradução nossa).<sup>75</sup>

Essas narrativas manifestam a natureza altamente politizada da questão ainda na década de 1980. O aumento da temperatura global era visto por alguns governos e organizações internacionais, especialmente a ONU, como um problema crescente que poderia gerar efeitos destrutivos para os Estados.

Passado este período, a imagem das mudanças climáticas como uma ameaça à segurança internacional só seria resgatada na ocasião de alguns episódios importantes ocorridos na década de 1990, quase que exclusivamente pela divulgação dos relatórios do IPCC. Ademais, essa problemática manteve-se restrita aos debates acadêmicos acerca da segurança ambiental que fervilhavam na época (BUZAN *et al*, 1998; CONCA, 1994; DALBY, 1992; DEUDNEY, 1990; GLEDISTSCH, 1998; GLEICK, 1991; HOMER-DIXON, 1991; PAGE, 2000). Mesmo assim, as conexões entre o aumento da temperatura global e a segurança se davam de modo muito pontual, em geral, restringindo-se a conflitos por escassez de recursos hídricos em regiões específicas do globo. Os principais movimentos neste período são atribuídos ao IPCC, a exemplo da divulgação de seu segundo relatório, publicado em 1995. Nele, o IPCC declarava o clima como um indutor de conflitos, afirmando que “*o número de países em áreas propensas a conflitos é altamente*

<sup>74</sup> Therefore we consider that, faced with a problem the solution to which has three salient features, namely that it is vital, urgent and global, we are in a situation that calls not only for implementation of existing principles but also for a new approach, through the development of new principles of international law including new and more effective decision-making and enforcement mechanisms.

<sup>75</sup> “Urges the international community to provide effective and timely support to countries affected by sea-level rise, particularly developing countries, in their efforts to develop and implement strategies to protect themselves and their vulnerable natural marine ecosystems from the particular threats of sea-level rise caused by climate change”.

*dependente de água procedente de fora de sua fronteira (Ex. Camboja, Síria, Sudão, Egito, Iraque)”* (IPCC, 1995, p. 06). Em outro relatório, *“The Regional Impacts of Climate Change: an assesment of vulnerability”*, publicado em 1997, o IPCC declarava que *“os impactos climáticos sobre os recursos hídricos na América Latina poderiam ser suficientes para levar a conflitos entre usuários, regiões e países”* (IPCC, 1997, p.11), afirmando, também, que o aumento da degradação ambiental relacionada ao clima poderia aprofundar *“conflitos nacionais e internacionais”* na região (IPCC, 1997, p.12).

A institucionalização dessa relação entre ameaça global e alterações climáticas concretizou-se com a publicação do segundo artigo da Convenção Quadro das Nações Unidas, que afirmava ser o objetivo final da Convenção *“[...] alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático”* (MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1992, p. 06).

#### **4.1.1 O fracasso de Haia, a “Guerra contra o terror” e os discursos pós-Kyoto**

Com os ataques de 11 de setembro de 2001, as narrativas securitizadoras do clima foram marginalizadas em função dos discursos sobre “a guerra contra o terror”, discursos esses que fizeram outras ameaças (Ex. Terrorismo, doenças infecciosas e migrações internacionais) parecerem mais urgentes do que os problemas ambientais. Entretanto, o reaparecimento das mudanças climáticas como questão de segurança foi estimulado pela interseção de três fatores que se desenrolaram neste período. Em primeiro lugar, pelo incremento da idéia de que à segurança nacional e à preocupação com a defesa de interesses estatais e territoriais estão sendo acrescidas, se não superadas, por considerações mais amplas de segurança, como as de segurança humana. Em segundo lugar, pelo reaparecimento de movimentos securitizadores, cujas principais motivações e finalidades são, respectivamente, a recusa dos Estados Unidos em ratificar o Protocolo de Kyoto, durante a COP-6 em Haia, e a promoção de algumas ações por atores internacionais que visam impedir o avanço do aquecimento global e de suas conseqüências (TROMBETA, 2008). Em terceiro lugar, está o aumento das evidências científicas de que as

mudanças climáticas são fruto de emissões antrópicas de gases estufa, reforçado pelas declarações do último relatório do IPCC que afirmam ser o “*aquecimento do sistema climático inequívoco*” (INTERGOVERNAMENTAL PANEL OF CLIMATE CHANGE, 2007, p.08).

A respeito das maiores preocupações e expectativas quanto às mudanças climáticas nos últimos 15 anos, muitos discursos securitizadores têm surgido a reboque das recentes publicações científicas sobre o tema. De acordo com Hulme (2007), a linguagem e as construções metafóricas de medo e catástrofe que vem emoldurando estes discursos têm sido intensificadas, substancialmente, nos anos subseqüentes aos ataques de 11 de setembro de 2001:

A “guerra contra o terror” tem fornecido uma nova marca de referência contra o que os perigos das mudanças climáticas poderiam ser referenciados, enquanto novos repertórios lingüísticos e metafóricos têm sido permitidos; o repertório alarmista usa uma linguagem inflacionada, com termos tais como “catástrofe, caos e devastação”, e seu tom é sempre urgente. Este emprega um registro quase religioso de condenação, morte, julgamento, céu e inferno. Este também usa linguagens de aceleração, aumento, intratabilidade, irreversibilidade e dinâmica (HULME, 2007, p.11, tradução nossa).<sup>76</sup>

Os elementos indicativos deste novo tipo de abordagem são fornecidos, especialmente, pelas comunidades epistêmicas<sup>77</sup>. Responsáveis por afetarem diretamente a dinâmica do setor ambiental através do provimento de informações, representantes destas comunidades tem utilizado metáforas e referências a eventos históricos dramáticos para apresentar as mudanças climáticas como uma ameaça à humanidade, sustentando, deste modo, o movimento de securitização do clima.

Na minha perspectiva, as mudanças climáticas são o problema mais severo a que estamos submetidos hoje – mais grave do que as ameaças de terrorismo (SCIENCE MAGAZINE, 2004, p. 176, tradução nossa).<sup>78</sup>

<sup>76</sup> The ‘war on terror’ provided a new benchmark against which the dangers of future climate change could be referenced, whilst new linguistic and metaphorical repertoires have been enabled: ‘The alarmist repertoire uses an inflated language, with terms such as ‘catastrophe chaos and havoc, and its tone is often urgent. It employs a quasi-religious register of doom, death, judgments, heaven and hell. It also uses language of acceleration, increase, intractability, irreversibility and momentum.

<sup>77</sup> Peter Haas (1992, p.02-03) define comunidades epistêmicas como *networks of knowledge-based experts* ou, mais especificamente, como uma rede de profissionais “com *expertise* e competência reconhecidas em um domínio específico e um *authoritative claim* ao conhecimento relevante às políticas públicas ligadas àquele domínio ou *issue-area*” (FARIA, 2003, p.05). Na medida em que as incertezas técnicas e a complexidade dos problemas da agenda internacional são cada vez mais crescentes e dado que os atores estatais agem tanto como redutores de incertezas quanto como maximizadores de poder e riqueza, as comunidades epistêmicas assumem um papel cada vez mais importante, principalmente no que tange às questões ambientais.

<sup>78</sup> In my view, climate change is the most severe problem that we are facing today – more serious even than the threat of terrorism (Artigo de opinião intitulado “*Climate Change Science: Adapt, Mitigate, or Ignore?*” publicado na

Como em deliberações passadas, nós examinamos outras ameaças produzidas pelo homem à civilização. Nós concluímos que os perigos colocados pelas mudanças climáticas são quase tão pavorosos quanto aqueles atribuídos pelas armas nucleares. Os efeitos podem ser menos dramáticos a curto prazo do que as destruições causadas pelas explosões nucleares, mas além das próximas três ou quatro décadas, as mudanças climáticas podem causar prejuízos drásticos (THE INDEPENDENT, 2007, tradução nossa).<sup>79</sup>

Essa capacidade de prover informações, num mundo sujeito às mudanças ambientais expressas e à complexidade do sistema internacional, realça o prestígio e o poder das comunidades epistêmicas na mobilização dos atores políticos para a tomada de decisão acerca dos problemas ambientais, bem como estes últimos recorrem a tais comunidades para dar maior legitimidade aos discursos securitizadores junto à audiência (BUZAN *et al*, 1998). Neste sentido, as comunidades epistêmicas têm desempenhado um papel fundamental na definição e na divulgação das relações causa-efeito referentes às mudanças climáticas, "ajudando os Estados a identificar os seus interesses, a enquadrar as questões no debate coletivo, propondo políticas específicas e identificando questões de destaque para as negociações" (HAAS, 1992, p. 02). Apesar de o impacto das comunidades epistêmicas conservar-se dependente e limitado às estruturas de poder nacionais e internacionais, no setor ambiental "[...] o *lead actor* não é um Estado, mas uma comunidade epistêmica ambiental global" (BUZAN *et al*, 1998, p.77).

Toda essa capacidade de influência e mobilização torna-se visível pelas declarações do então co-Presidente do Comitê Científico do IPCC em 2003, John Houghton que, em artigo publicado em um jornal inglês, declarou: "*nossa segurança a longo-prazo é ameaçada por um problema pelo menos tão perigoso quanto as armas químicas, nucleares e biológicas, ou certamente o terrorismo internacional: a mudança climática induzida pelas atividades humanas*"(THE GUARDIAN, 2003, p.01 – tradução nossa).<sup>80</sup> Houghton também chegou a comparar as mudanças climáticas à armas de destruição em massa, afirmando que

---

revista Science Magazine e escrito por David King – professor da Universidade de Oxford, Diretor da Sociedade Britânica para o Progresso da Ciência e Chefe do Conselho Científico do Reino Unido).

<sup>79</sup> As in past deliberations, we have examined other human-made threats to civilisation. We have concluded the dangers posed by climate change are nearly as dire as those posed by nuclear weapons. The effects may be less dramatic in the short term than the destruction that could be wrought by nuclear explosions, but over the next three to four decades climate change could cause drastic harm (Stephen Hawking citado no editorial do jornal The Independent em janeiro de 2007 intitulado "*Hawking warns: We must recognise the catastrophic dangers of climate change*". Hawkins é cosmologista e matemático da Universidade de Cambridge).

<sup>80</sup> "[...] our long-term security is threatened by a problem at least as dangerous as chemical, nuclear or biological weapons, or indeed international terrorism: human-induced climate change."

Os impactos do aquecimento global são tais que eu não hesito em descrevê-los como uma ‘arma de destruição em massa’. Como o terrorismo, essa arma desconhece fronteiras. Ela pode atacar em todo lugar, de qualquer forma, uma onda de calor em algum lugar, uma seca ou uma enchente ou uma onda de tempestade em outro (THE GUARDIAN, 2003, p.01 – tradução nossa).<sup>81</sup>

Todavia, um dos exemplos mais ilustrativos diz respeito às declarações do Presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, à imprensa internacional. Numa entrevista concedida ao Departamento de Imprensa do Parlamento Europeu, em março de 2008, após encontro com membros UE sobre alterações climáticas, segurança e acordo pós-Kyoto, Pachauri admitiu a possibilidade de as mudanças climáticas constituírem a maior ameaça atual à segurança global, associando, inclusive, o laureamento do IPCC e Al Gore com Prêmio Nobel à essa dimensão de ameaça alcançada pela mudanças climáticas:

As alterações climáticas podem dar origem a problemas como a falta de água no planeta, o que decorre das alterações dos padrões de precipitação e do degelo dos glaciares em diferentes partes do mundo. Uma vez que a procura de água está a aumentar, poderemos ter diversas regiões do mundo afectadas por conflitos relacionados com este recurso natural. Outra ameaça resulta de intempéries extremas, como as inundações, a seca, as ondas de calor que, de acordo com as previsões, deverão aumentar em frequência e em intensidade. Por outro lado, os movimentos massivos das populações podem ter impactos negativos na agricultura. As regiões do mundo que não produzem alimentos suficientes para satisfazer as suas próprias necessidades poderão ter de se deslocar para outras regiões e, se isso acontecer em larga escala, estão lançadas as sementes do conflito. Penso que, ao atribuir o Prémio Nobel da Paz ao Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e a Al Gore, o Comité Nobel Norueguês teve em consideração a ameaça à segurança que as alterações climáticas representam. É preciso ter consciência dessa ameaça (PARLAMENTO, 2008).

Com base nesses exemplos e nas considerações de Tanno (2003) e Buzan *et al* (1998) acerca da coexistência das duas agendas (política e científica) no setor ambiental, é possível notar a sobreposição de papéis desempenhados por estas comunidades, tanto como atores funcionais, quanto como atores securitizadores, na medida em que, respectivamente, investigam a urgência de uma ampla variedade de temas ambientais, constroem uma agenda e a comunicam aos atores políticos e à imprensa; e também constituem-se como uma força política independente no setor ambiental, a exemplo da habilidade que seus membros tem demonstrado no exercício de influência política, com autoridade reconhecida para respaldar o “movimento de securitização” (BUZAN *et al*, 1998, p.77). Portanto, a detenção de conhecimento específico e privilegiado

---

<sup>81</sup> “[...] the impacts of global warming are such that I have no hesitation in describing it as a "weapon of mass destruction". Like terrorism, this weapon knows no boundaries. It can strike anywhere, in any form - a heatwave in one place, a drought or a flood or a storm surge in another.”

confere a esse grupo de especialistas poder e influência suficientes para que estes se estabeleçam, tanto como atores securitizadores, quanto como atores funcionais no movimento de securitização das mudanças climáticas. Pelo que foi visto, a duplicidade apresentada pela linguagem utilizada pelo IPCC, e seus representantes, em entrevistas e artigos de opinião na imprensa mundial e nos relatórios apresentados aos decisores políticos, reforça essa dubiedade (ator funcional/ator securitizador) das comunidades epistêmicas na condução do movimento de securitização do clima.

Além da contribuição dada pelas comunidades epistêmicas no suporte ao movimento de securitização do clima, pode-se destacar o papel da ONU como um dos muitos atores securitizadores neste processo. O último Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan em discurso na Conferência das Partes (COP-12), ocorrida em novembro de 2006 em Nairóbi, no Quênia, declarou que as *“mudanças climáticas não são apenas uma questão ambiental, como muitas pessoas ainda acreditam. As mudanças climáticas são uma ameaça abrangente. [...] As mudanças climáticas são também uma ameaça a paz e segurança”* (UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE, 2006, p.01). Referindo-se ao crescente consenso científico sobre o tema, Annan declarou que as tendências apresentadas pelas *“mudanças climáticas estão perigosamente atreladas a um ponto de não retorno”* (UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTIONS ON CLIMATE CHANGE, 2006, p.01, tradução nossa).<sup>82</sup>

O atual Secretário-Geral Ban Ki-moon, sucessor de Kofi Annan na ONU, também tem se concentrado nesta questão. Durante o Encontro Ministerial *“Reduzindo o risco de desastres num clima em mudança”*, Ki-moon afirmou que *“as mudanças climáticas tornarão os problemas piores. Sem uma ação combinada, nós podemos ver as catástrofes naturais numa escala sem precedentes, que poderiam certamente se tornar ameaça à segurança internacional e às relações interestatais”* (UNITED NATIONS, 2008, p. 01, tradução nossa).<sup>83</sup>

O tom e o conteúdo dos discursos da ONU podem ser apreendidos claramente pelo relatório publicado em 2004 pelo então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, intitulado *“A more secure world: our shared responsibilities”*<sup>84</sup>, que trata da segurança mundial:

<sup>82</sup> “[...] global warming trends are perilously close to a point of no return”.

<sup>83</sup> Climate change will make matters worse. Without concerted action, we could see natural catastrophes on an unprecedented scale, which could even become threats to international security and inter-State relations.

<sup>84</sup> Para maiores detalhes, acessar: <<http://www.un.org/secureworld/>>

As Nações Unidas foram criadas em 1945 acima de tudo “para preservar as gerações futuras dos flagelos da Guerra” – para assegurar que os horrores das Guerras Mundiais nunca mais se repitam. Sessenta anos depois, todos nós sabemos muito bem que as maiores ameaças à segurança com as quais nos defrontamos agora e nas décadas à frente, vão muito além de os Estados travarem uma guerra agressiva. Estas ameaças estendem-se à pobreza, às doenças contagiosas e à degradação ambiental; guerra e violência dentro dos Estados; a propagação e possível uso de armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo; e crime organizado transnacional. As ameaças são de atores não-Estatais assim como Estatais, e à segurança humana assim como à segurança estatal (SECRETARY-GENERAL OF UNITED NATIONS, 2004, p.07, tradução nossa).<sup>85</sup>

Neste relatório a Assembléia Geral da ONU faz uma dura crítica à ineficácia de organismos multilaterais na resolução de questões como pobreza, doenças contagiosas e degradação ambiental, cogitando a possibilidade de mobilização de novas abordagens políticas e institucionais pela ONU (especialmente as instituições de segurança coletiva) na tentativa de tratar tais questões de modo mais efetivo. De acordo com o relatório:

“[...] muitas das tentativas de criar estruturas de governança para tentar resolver os problemas de degradação ambiental global não têm lidado efetivamente com as mudanças climáticas, o desflorestamento e a desertificação. Tratados regionais e globais sobre o meio ambiente estão debilitados pela implementação e *enforcement* inadequados dos Estados Membros” (SECRETARY-GENERAL OF UNITED NATIONS 2004, p.17, tradução nossa).<sup>86</sup>

A contribuição da ONU neste processo tem se respaldado pela relação conceitual entre mudanças climáticas, segurança humana e desenvolvimento humano, que surge pela primeira vez na publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) intitulado “*Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*”, segundo a qual se afirma que “*as alterações climáticas perigosas poderão, sistematicamente, resultar em violentos choques no desenvolvimento humano, e em vários países*” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO,

<sup>85</sup> The United Nations was created in 1945 above all "to save succeeding generations from the scourge of war" — to ensure that the horrors of the World Wars were never repeated. Sixty years later, we know all too well that the biggest security threats we face now, and in the decades ahead, go far beyond States waging aggressive war. They extend to poverty, infectious disease and environmental degradation; war and violence within States; the spread and possible use of nuclear, radiological, chemical and biological weapons; terrorism; and transnational organized crime. The threats are from non-State actors as well as States, and to human security as well as State security.

<sup>86</sup> Most attempts to create governance structures to tackle the problems of global environmental degradation have not effectively addressed climate change, deforestation and desertification. Regional and global multilateral treaties on the environment are undermined by inadequate implementation and enforcement by the Member States.

2007-2008, p.10). De acordo com o PNUD, a humanidade está sendo confrontada com “[...] *“urgência cruel” de uma crise que envolve o hoje e o amanhã – as alterações climáticas. É uma crise que ainda se pode prevenir, mas apenas por enquanto. O mundo tem menos de uma década para mudar o seu rumo. Não há assunto que mereça atenção mais urgente – nem acção mais imediata*” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007-2008, p.01). Esse sentido de urgência e referência a um ponto de não retorno é reforçado pela alusão ao fantasma de uma guerra nuclear, que assombrava toda a humanidade no período da Guerra Fria:

Durante a Guerra Fria, grandes reservas de mísseis nucleares apontadas às cidades representavam uma grave ameaça à segurança da humanidade. No entanto, “não fazer nada” era uma estratégia para contenção dos riscos. O conhecimento comum da possibilidade real e assegurada de uma destruição mútua oferecia uma estabilidade perversamente previsível. Em contraste, não fazer nada relativamente às alterações climáticas significa seguir o caminho da acumulação de gases com efeito de estufa e da destruição mútua e certa do potencial de desenvolvimento humano. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007-2008, p.04-05).

A principal preocupação do PNUD gravita em torno da ameaça aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que se pode vir a manifestar da seguinte forma:

[...] As mudanças climáticas talvez apresentem uma ameaça a segurança alimentar através dos padrões irregulares das chuvas e do decréscimo na produção das safras, contribuindo para o aumento da fome. Além disso, os impactos adversos das mudanças climáticas sobre os sistemas e recursos naturais, a infraestrutura e a produtividade do trabalho podem levar a uma redução do crescimento econômico, exacerbando a pobreza. Esses efeitos ameaçam a realização do 1º ODM. A perda dos meios de subsistência, o deslocamento e as migrações podem levar a redução no acesso às oportunidades de educação, ameaçando a realização do 2º ODM. A degradação dos recursos naturais e o decréscimo na produtividade agrícola podem levar a uma sobrecarga adicional na saúde da mulher e reduzir o tempo para o processo de tomada de decisão e nas atividades de geração de renda, piorando a igualdade de gênero e o empoderamento feminino (ODM 3). O aumento nas doenças disseminadas por vetores, na mortalidade relacionada ao calor e o declínio na qualidade e na quantidade de água potável conduzirá a efeitos adversos na saúde, ameaçando a realização dos ODMs 4, 5, 6 e 7. Em termos gerais, a realização do 7º ODM pode ser colocada em risco através do impacto negativo das mudanças climáticas na qualidade e na produtividade de ecossistemas e recursos naturais, possivelmente irreversível, ameaçando a sustentabilidade ambiental. As mudanças climáticas, um fenômeno global, clama por uma resposta coletiva na forma de participação global (ODM 8) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2008, tradução nossa).<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> “[...] Climate change may pose a threat to food security through erratic rainfall patterns and decreasing crop yields, contributing to increased hunger. Furthermore, adverse climate change impacts on natural systems and resources, infrastructure, and labor productivity may lead to reduced economic growth, exacerbating poverty. These effects threaten the achievement of MDG 1. Loss of livelihood assets, displacement and migration may lead to

A relação entre mudanças climáticas e segurança também tem sido uma das preocupações da União Europeia, segundo a qual *“se as alterações climáticas não forem mitigadas e o aumento da temperatura ultrapassar os 2.ºC, estará perante cenários de segurança sem precedentes, já que esse facto poderá desencadear uma série de “pontos de basculamento” que levarão a alterações climáticas aceleradas, irreversíveis e amplamente imprevisíveis.* (COMISSÃO, 2008, p. 02).

Em 2008, a Comissão Europeia e o Alto Representante apresentaram o relatório “Mudanças Climáticas e Segurança Internacional” ao Conselho Europeu, com o objetivo de avaliar o *“[...] impacto das alterações climáticas na segurança internacional e estudar o impacto dessas consequências internacionais para a própria segurança da Europa, e a forma como a UE deverá responder a esse impacto”* (COMISSÃO, 2008, p. 02). Valendo-se de seu papel como líder da política climática global (DOMINGOS, 2007; OBERTHUR; KELLY, 2008), a UE considera-se *“numa posição ímpar para dar respostas aos impactos das alterações climáticas à segurança internacional”* (COMISSÃO, 2008, p.02). Para tanto, a UE inspira-se numa *“abordagem abrangente em matéria de prevenção de conflitos, de gestão de crises e de reconstrução pós-conflito e o seu papel de principal proponente de um multilateralismo efetivo”* (COMISSÃO, 2008, p. 02). Essa abordagem já despontava em 2003 com o lançamento da Estratégia Europeia de Segurança, que reconhecia a ligação entre o aquecimento global e a concorrência em matéria de acesso aos recursos naturais, afirmando que *“para uma ordem internacional em que sejam respeitadas as regras estabelecidas é condição prévia que a legislação evolua em resposta a fenómenos como a proliferação de armamentos, o terrorismo e o aquecimento do planeta”* (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2003, p. 10).

Considerando as declarações da UE, pode-se notar que lentamente governos e organizações estão respondendo lentamente a ampliação da agenda de segurança. Em junho de 2006 a Secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Margareth Beckett, anunciou que

---

reduced access to education opportunities, thus hampering the realization of MDG 2. Depletion of natural resources and decreasing agricultural productivity may place additional burdens on women’s health and reduce time for decision-making processes and income-generating activities, worsening gender equality and women’s empowerment (MDG3). Increased incidence of vector-borne diseases, increases in heat-related mortality, and declining quantity and quality of drinking water will lead to adverse health effects threatening the achievement of MDGs 4, 5, 6 and 7. In general terms, the realization of MDG 7 may be jeopardized through climate change negatively impacting quality and productivity of natural resources and ecosystems, possibly irreversibly, threatening environmental sustainability. Climate change, a global phenomenon, calls for a collective response in the form of global partnerships (MDG 8)”.

“adquirir a segurança climática pela promoção de uma transição mais rápida para uma economia global sustentável e de baixo consumo de carbono” (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 2006)<sup>88</sup> era uma prioridade estratégica para o governo britânico. Ao apresentar as mudanças climáticas como uma questão de segurança ao invés de simplesmente uma preocupação ambiental ou “verde”, ambos, UE e Reino Unido, almejam que “a comunidade internacional coloque-as no centro de suas preocupações” (EUROPEAN COMMISSION, 2006), a exemplo dos discursos subsequentes desses atores, que crescentemente tem se referido às mudanças climáticas por meio de uma linguagem de segurança.

Como parte dessa estratégia, o governo britânico, convocou em abril de 2007 um debate sobre mudanças climáticas, segurança e energia no Conselho de Segurança. Esta iniciativa, conforme se verificará na próxima seção, encontrou resistência por parte de alguns membros do Conselho, sob o argumento de que as mudanças climáticas deveriam ser tratadas como uma questão de “*soft security*”, ao invés de “*hard security*”, não devendo, por esse motivo, ser submetida ao Conselho de Segurança.

Esse engajamento do Reino Unido no estabelecimento das mudanças climáticas como uma prioridade política estratégica tem resistido às transições políticas. Em 2007, o sucessor de Margareth Beckett, David Milliband, em sua primeira declaração pública, como Secretário de Relações Exteriores, afirmou que as prioridades estratégicas no que se refere à política externa do Reino Unido seriam as mudanças climáticas, o combate ao extremismo radical, além dos esforços para tornar a UE mais efetiva, sugerindo, inclusive, a necessidade da “União Européia renovar seu mandato e *raison d’être* para tornar-se uma União Ambiental” (CHATHAM HOUSE, 2007).

Parte considerável das mudanças no entendimento do governo britânico acerca das mudanças climáticas deve-se a divulgação de um estudo encomendado pelo Reino Unido para avaliar os efeitos das mudanças climáticas na economia mundial nos próximos 50 anos. Esse documento, conhecido mundialmente como Relatório Stern, chama a atenção para a magnitude das consequências apresentadas pelo aquecimento global à economia mundial, bem como para desafios envolvidos na transição da economia atual para uma economia de baixo consumo de carbono. No que tange à economia das mudanças climáticas, este relatório estima que os perigos das mudanças climáticas podem representar 20% do PIB mundial ou mais. Em contraste, os custos de ações para se reduzir emissões de gases do efeito estufa podem ser limitadas entre 1% e

---

<sup>88</sup> “[...] achieving climate security by promoting a faster transition to a sustainable, low carbon global economy”

5% do PIB global a cada ano (STERN, 2006). Tais conclusões do Comitê Stern, aliadas à publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC em 2007, tem motivado uma série de iniciativas políticas nacionais, regionais e internacionais. Em âmbito nacional, um exemplo categórico é o do Reino Unido, que aprovou em novembro de 2008 o projeto de lei *Climate Change Bill*, que prevê a redução nas emissões de carbono a uma taxa de 26% até 2020, atingindo o patamar de 60 % em 2050, se comparados aos níveis de emissões de 1990.<sup>89</sup>

Regionalmente, o exemplo mais fecundo é o da União Européia. Além de algumas iniciativas já apresentadas, a UE apoiou a proposta da Comissão “Duas vezes 20 até 2020: as alterações climáticas, uma oportunidade para a Europa”, no sentido de “reduzir, até 2020, as emissões de gases estufa em pelo menos 20% - aumentando até 30% caso se obtenha um acordo internacional que vincule outros países desenvolvidos a "atingir reduções de emissões comparáveis, e os países em desenvolvimento economicamente mais avançados contribuam adequadamente, de acordo com as suas responsabilidades e respectivas capacidades", com vistas a UE “[...] assumir uma posição de liderança na negociação de um acordo internacional ambicioso” (COMISSÃO, 2008, p.03).

Tais discursos levaram os países do G-8, a União Européia e os países do G-5 (Brasil, México, África do Sul, China e Índia) a debaterem as consequências das mudanças climáticas numa conferência realizada em 2007, em Berlim, na Alemanha, para discussão do papel da política externa para garantir o suprimento de energia seguro e a proteção do clima global. Nessa conferência os países participantes admitiram que “as mudanças climáticas tem o potencial para debilitar a habilidade dos governos em assegurar a segurança nacional, e conseqüentemente a paz e segurança internacionais” (G-8, 2007, p. 01).<sup>90</sup> Por essa razão, os países participantes afirmaram a necessidade de incluir as mudanças climáticas na formulação de suas políticas externas. Na ocasião, o G-8, sob a presidência da Alemanha, comprometeu-se não só “em remover os obstáculos remanescentes presentes no caminho das negociações sobre um acordo compreensivo, eficiente e justo pós-acordo de 2012 a ser concluído em 2009” (G-8, 2007, p.02)<sup>91</sup>, referindo-se ao Mapa do Caminho de Bali <sup>92</sup>, bem como em reduzir em pelo menos 50% até

<sup>89</sup> Para maiores detalhes dessa legislação, acessar o sítio: <http://services.parliament.uk/bills/2007-08/climatechange.html>

<sup>90</sup> Climate change has the potential to undermine governments' ability to secure national, and by consequence, international peace and security.

<sup>91</sup> “[...] to remove the remaining obstacles standing in the way of negotiations on a comprehensive, efficient and fair post-2012 agreement to be concluded by 2009”.

2050 as emissões de gases estufa, aplicando finalmente o que havia sido decidido na Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em Bali, Indonésia, em 2007.

Como este não é exclusivamente um movimento europeu ou das Nações Unidas, em 2003 o Departamento de Defesa dos Estados Unidos solicitou um estudo aos pesquisadores Schwartz e Randall intitulado “*An Abrupt Climate Change Scenario and Its Implications for United States National Security*”, cujo propósito era “*imaginar o impensável*” através da simulação de resultados de pesquisas sobre as mudanças climáticas, visando à apresentação dos efeitos potenciais de tal alteração na segurança nacional dos Estados Unidos. Tais resultados foram posteriormente retratados pelo documentário “*The inconvenient Truth*”, cujo propósito é apresentar os impactos globais das mudanças climáticas (BRAUCH, 2008; TROMBETTA, 2008).

Nesse estudo, Schwartz e Randall (2003) consideram as alterações climáticas suficientemente evidentes, cujos cenários abruptos

“[...] poderiam potencialmente desestabilizar o ambiente geopolítico, levando a desavenças, batalhas e mesmo guerras devido à restrição de recursos como: 1) deficiência alimentar [...]; 2) decréscimo na disponibilidade de água doce [...]; 3) interrupção no suprimento de energia [...]” (SCHWARTZ; RANDALL, 2003, p.02 – tradução nossa).<sup>93</sup>

Outro estudo, “*National Security and the Threat of Climate Change*”, realizado em 2006, a pedido da CNA Corporation<sup>94</sup> com o propósito de avaliar as consequências para a segurança nacional das mudanças climáticas, afirmou que “as mudanças climáticas podem atuar como um multiplicador de ameaças em algumas das regiões mais vulneráveis do mundo e apresentar importantes desafios à segurança nacional dos Estados Unidos (CNA, 2007, p.03, tradução nossa)

---

<sup>92</sup> O Mapa do Caminho, aprovado durante a COP-13 realizada em Bali, na Indonésia no ano de 2007, é uma pauta de negociações que coloca em discussão nos dois anos subsequentes a sua criação o modelo sucessor do Protocolo de Kyoto, que irá expirar em 2012. Considerando que 2009 é o ano em que cessam as discussões, provavelmente, na próxima Conferência (COP-15) a ser realizada em Copenhague, na Dinamarca, um novo acordo sobre mudanças climáticas poderá ser alcançado.

<sup>93</sup> “[...] could potentially de-stabilize the geo-political environment, leading to skirmishes, battles, and even war due to resource constraints such as: 1) Food shortages [...]; 2) Decreased availability and quality of fresh water [...]; 3) Disrupted access to energy supplies”.

<sup>94</sup> CNA Corporation é uma organização sem fins lucrativos responsável pelo Centro para Análises Naval, que em 2006 reuniu almirantes e coronéis reformados que serviram ao Military Advisory Board com a finalidade de estudar o modo como as mudanças climáticas irão atingir a segurança nacional dos Estados Unidos nos próximos 30 ou 40 anos – tempo considerado suficiente para o desenvolvimento de novas capacidades militares. Mais informações acessar o site da organização: <http://securityandclimate.cna.org/>.

<sup>95</sup>. Essa publicação estabelece uma relação direta entre mudanças climáticas e a ecologização da defesa – *greening of defence* – (FLOYD, 2008), em função, por um lado, de seu foco estar voltado para a atuação dos serviços de inteligência e defesa nessa área, como por exemplo através da assistência e prevenção a desastres ambientais; e por outro lado, por sugerir a relação entre mudanças climáticas e terrorismo. Essa relação se daria pelo potencial das mudanças climáticas

“[...] para resultar em múltiplas condições crônicas, que ocorrem em escala global dentro de um mesmo prazo de tempo. Condições econômicas e ambientais em regiões já frágeis irão erodir como o declínio na produção de alimentos, o aumento de doenças, a água potável que se tornará cada vez mais escassa e a migração de grandes populações em busca de recursos. Governos enfraquecidos e falidos, já com uma estreita margem de sobrevivência favorecem as condições para os conflitos internos, o extremismo e o aumento de movimentos em direção ao autoritarismo e ideologias radicais” (CNA, 2006, p. 08, tradução nossa).<sup>96</sup>

Em maio de 2007, o Conselho Consultivo Alemão para as Mudanças Climáticas (WBGU)<sup>97</sup> publicou o relatório “*Climate Change as a Security Risk*” no qual resumava o estado da arte sobre uma ampla gama de ameaças apresentadas pelas mudanças climáticas, relativas tanto a concepções tradicionais, quanto a concepções mais abrangentes de segurança. De acordo com o governo alemão, as mudanças climáticas poderiam “resultar em desestabilização e violência, colocando em perigo a segurança nacional e internacional em um novo patamar” (WBGU, 2007, p.01).<sup>98</sup> Entre as principais ameaças, destacam-se i) o provável aumento no número de Estados fracassados (*failure states*); ii) riscos para o desenvolvimento econômico global; iii) riscos de aumento de conflitos internacionais entre os principais responsáveis pelas emissões de gases estufa e os Estados mais afetados; iv) risco para os defensores dos direitos humanos, bem como para países industrializados legitimarem-se como atores da governança global; v) desencadeamento e intensificação de movimentos migratórios; e vi) a expansão de políticas de segurança clássicas. Considerando como “improváveis as guerras interestatais

<sup>95</sup> Climate change can act as a threat multiplier for instability in some of the most volatile regions of the world, and it presents significant national security challenges for the United States

<sup>96</sup> “[...] to result in multiple chronic conditions, occurring globally within the same time frame. Economic and environmental conditions in already fragile areas will further erode as food production declines, diseases increase, clean water becomes increasingly scarce and large populations move in search of resources. Weakened and failing governments, with an already thin margin for survival, foster the conditions for internal conflicts, extremism, and movement toward increased authoritarianism and radical ideologies”.

<sup>97</sup> Em 1992, o governo federal alemão criou um corpo consultivo e independente de cientistas, o German Advisory Council on Climate Change (WBGU), para orientá-lo durante a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro. Desde então, o WBGU tem se dedicado a produção de relatórios sobre as mudanças globais para o governo alemão.

<sup>98</sup> “[...] could result in destabilization and violence, jeopardizing national and international security to a new degree”.

induzidas pelo clima” (WBGU, 2007, p.01), este conselho argumenta que as mudanças climáticas podem vir a desencadear conflitos nacionais e internacionais e intensificar problemas já difíceis de conduzir, tais como o aparecimento de Estados fracassados (*failure states*), a erosão da ordem social e o crescimento da violência. Essa dinâmica ameaça desestabilizar o sistema de governança global, colocando em risco a estabilidade e segurança internacionais (WBGU, 2007; BRAUCH, 2008).

Em todos esses casos, percebe-se que eventos tradicionalmente tratados como desastres naturais são paulatinamente associados à crescente instabilidade climática ocasionada pelas emissões antrópicas de gases estufa, contribuindo para o desenvolvimento de um movimento típico de securitização, por meio da descrição das mudanças climáticas como uma ameaça existencial, urgente, que demanda uma ação imediata. Tais narrativas securitizadoras são reforçadas pela criação do termo “segurança climática”<sup>99</sup> pelo Reino Unido, que simboliza a promoção ativa de uma campanha cujo objetivo é dar prioridade às mudanças climáticas na agenda política internacional, contribuindo para a transformação do debate sobre as mudanças climáticas, imprimindo-lhe um sentido mais dramático e urgente, com vistas a sua securitização.

#### **4.2 O debate no Conselho de segurança: algumas tendências no processo de securitização do clima**

No dia 17 de abril de 2007 o movimento de securitização do clima atingiu o seu ápice. O Reino Unido convocou uma reunião no Conselho de Segurança para discutir os impactos das mudanças climáticas sobre a paz e segurança internacionais a partir das considerações feitas em um documento distribuído entre as delegações alguns dias antes. O principal objetivo do debate sobre “Energia, Segurança e Clima” era “*aumentar a consciência de um conjunto de riscos de segurança futuro em face à comunidade internacional, como resultado da falha em resolver esse*

---

<sup>99</sup> Este termo foi utilizado pela primeira vez em junho de 2006 durante os discursos da então Secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Margareth Beckett, na cerimônia de nomeação de John Ashton como Representante Especial para as Mudanças Climáticas.

*dilema compartilhado, para promover um entendimento comum destes riscos e explorar modos de conduzi-los*” (SECURITY COUNCIL, 2007a, p.02 – tradução nossa).<sup>100</sup>

O debate, protagonizado pelo Reino Unido, foi realizado como parte de um esforço contínuo do Conselho em desenvolver alguns dos principais aspectos da prevenção de conflitos preconizados e esboçados na Resolução 1625, de 14 de setembro de 2005, ou seja, o desenvolvimento sustentável.<sup>101</sup> Nesse sentido, tentou-se estabelecer uma ampla discussão sobre as mudanças climáticas a partir da reafirmação de um dos propósitos da resolução do Conselho, ou seja, a promoção do desenvolvimento sustentável como uma das amplas estratégias requeridas para a prevenção de conflitos.

Um dos argumentos presentes no documento distribuído pelo Reino Unido era de que a crescente dependência de combustíveis fósseis poderia resultar numa mudança climática acelerada, conduzindo a uma diversidade de impactos que, combinados, poderiam, por seu turno, aumentar o risco de conflitos e insegurança internacionais. Nele, foram identificadas as seguintes consequências e impactos potenciais das mudanças climáticas sobre questões intimamente associadas à paz e segurança internacionais, a saber: disputas fronteiriças; migrações; suprimento de energia; alguns tipos de escassez como água, terras cultiváveis e suprimento de peixes; além de crises humanitárias.

Ademais, este documento enfatizava que, apesar de os efeitos físicos das mudanças climáticas e soluções potenciais constituírem temas relevantes, o debate tinha como foco principal os prováveis impactos de tais alterações para a segurança, entre os quais: i) a priorização dos riscos relativos à paz e segurança internacionais; ii) o papel que o Conselho de Segurança pode vir a desempenhar numa abordagem integrada da ONU para a prevenção de conflitos, incluindo maior ênfase aos fatores relacionados ao clima; e iii) o papel desempenhado pelo Secretariado da ONU na tentativa de melhor informar o Conselho e os membros da ONU sobre as ameaças relativas às mudanças climáticas, promovendo, assim, um conjunto de respostas mais coerentes por todo o sistema ONU.

<sup>100</sup> “ [...] to raise awareness of a set of significant future security risks facing the international community as a result of failing to resolve this shared dilemma, to promote a shared understanding of these risks, and to explore ways to address them”.

<sup>101</sup> Esta resolução adotada durante um encontro para discutir o fortalecimento do papel do Conselho de Segurança na prevenção de conflitos armados, especialmente na África, chamava a atenção para a necessidade de adotar uma ampla estratégia de prevenção de conflito que dirija as causas de conflitos armados e crises sociais e políticas de modo compreensivo, inclusivo pela promoção do desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, reconciliação nacional, boa governança, democracia, equidade de gênero, e o respeito e proteção dos direitos humanos “(Security Council, 2005, p. 01).

Todavia, conforme verificar-se-á mais adiante, apesar de todos os atores presentes na reunião reconhecerem a gravidade do tema em debate, parte significativa dos participantes mostraram-se contrários à introdução da questão “mudanças climáticas” no Conselho de Segurança. A julgar pelas disparidades presentes, pode-se indicar pelo menos duas tendências nas discussões sobre segurança climática: a primeira, inspirada no conceito de conflito ambiental, está voltada para os impactos das alterações climáticas sobre a integridade territorial e, conseqüentemente, a soberania dos Estados mais vulneráveis a estas mudanças; a segunda, baseada numa construção mais ampla de segurança, neste caso a segurança ambiental, está preocupada com os riscos apresentados pelas mudanças climáticas à paz e segurança internacionais, exigindo uma abordagem holística para o problema; e uma terceira orientação, identificada por Trombetta (2008a) e embasada numa perspectiva tradicional de segurança, para a qual uma política de segurança deve concentrar-se somente em ameaças militares tradicionais, além de considerar a própria política ambiental, especialmente a climática, uma ameaça, não a segurança dos Estados, mas a seu desenvolvimento econômico.

#### **4.2.1 As mudanças climáticas como uma “*global threat multiplier*”: a segurança humana como protagonista nos discursos do Conselho de Segurança**

O principal argumento do grupo de países interessados na integração das mudanças climáticas à agenda do Conselho de Segurança é que a política climática constitui parte essencial de uma estratégia de prevenção de conflitos, fundamental na condução da paz e segurança internacionais. Esse grupo, composto por nações como os Estados Membros da União Europeia, os pequenos Estados-ilha e por alguns dos países em desenvolvimento, amplamente afetados pelas mudanças climáticas, declara que as mudanças climáticas constituem sim uma questão de segurança, mas não uma questão de segurança nacional estreita, ou seja, trata-se de um problema de “[...] *segurança coletiva num mundo crescentemente frágil e interdependente*” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 01 – tradução nossa).<sup>102</sup>

---

<sup>102</sup> “our collective security in a fragile and increasingly interdependent world”.

Todavia, mesmo entre este grupo aparentemente homogêneo, existem diferenças substanciais, especialmente, no que compete às concepções de segurança que informam os discursos destes atores. A perspectiva do conflito ambiental, tem enfatizado o potencial das mudanças climáticas para o desencadimento de conflitos, transformando-as em ameaças à estabilidade e à ordem global, podendo “mudar a balança de poder entre Estados ou regionalmente ou globalmente, produzindo instabilidades que poderiam levar a guerras” (WIRTH, 1989, p.10 – tradução nossa).<sup>103</sup>

Entre os Estados preocupados com tais possibilidades estão os pequenos países insulares, os mais vulneráveis às ameaças apresentadas pelas mudanças climáticas, dos quais destacam-se Fiji, Nauru, Micronésia, Ilhas Marshall, Palau, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Papua Nova Guiné e Bangladesh. O principal argumento deste grupo de países é que as mudanças climáticas já constituem um problema de segurança e que o Conselho deveria não só debater a questão, mas agir o mais rapidamente possível, conforme destacam os representantes das Ilhas Salomão e da Papua Nova Guiné (em nome dos pequenos países insulares em desenvolvimento do Pacífico) num tom discursivo dramático:

As Ilhas Salomão vêem as mudanças climáticas não somente como uma questão de desenvolvimento mas também como de segurança. Essa é uma questão de sobrevivência, especialmente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. [...] Se nós estamos de fato levando a sério a condução de nossos desafios ambientais, nós devemos dar às mudanças climáticas tanta atenção e compromisso como nós conferimos a questões tais como o terrorismo (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.14 – tradução nossa).<sup>104</sup>

As ilhas do Pacífico já estão experimentando os efeitos das mudanças climáticas, e elas representam algumas das comunidades mais vulneráveis no mundo. De acordo com as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a sobrevivência como nações dos países insulares do Pacífico estão correndo um grave risco. Muitas ilhas não estão mais que alguns metros acima do nível do mar. Considerando que a ação das ondas está exponencialmente relacionada à elevação dos níveis dos mares, um aumento de meio metro no nível do mar, inundará completamente estes Estados insulares, colocando em risco a sobrevivência das populações humanas. [...] Os perigos que as pequenas ilhas e suas populações estão enfrentando não são menos importantes do que aqueles enfrentados por nações e populações ameaçadas por armas e bombas. (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.26 – tradução nossa).<sup>105</sup>

<sup>103</sup> “[...] shift the balance of power between states either regionally or globally, producing instabilities that could lead to war”.

<sup>104</sup> Solomon Islands views climate change not only as a development issue but also as one of security.[...] It is an issue of survival, especially for small island developing States.[...] If we are indeed serious in addressing our environmental challenges, we must give climate change as much attention and commitment as we give to issues such as terrorism.

<sup>105</sup> The Pacific island countries are already experiencing the effects of climate change, and they represent some of the most vulnerable communities in the world. According to the findings of the Intergovernmental Panel on Climate

Uma das principais estratégias para a sensibilização da audiência, presente no Conselho, é o recurso a analogia entre mudanças climáticas e guerras e conflitos (inter) nacionais. No caso das Ilhas Salomão, os efeitos das mudanças climáticas são comparados também ao do terrorismo. Para todos os efeitos estes países, consideram o Conselho de Segurança como a “tábua de salvação”, na medida em que estes Estados alimentam a expectativa de que este fórum “ [...] mantenha o problema sob revisão constante, assim como assegure que todos os países contribuam para solucionar o problema das mudanças climáticas e que seus esforços sejam proporcionais as suas capacidades e recursos (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.29 – tradução nossa).<sup>106</sup> Desse modo, Conselho de Segurança deveria reconsiderar as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas e “incorporar definitivamente o conceito de segurança ambiental em seu mandato” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.09, tradução nossa)<sup>107</sup>, considerando o declínio ambiental como um problema de segurança em si mesmo.

Além dos discursos dos pequenos Estados insulares, merecem destaque as narrativas dos europeus informadas em sua maioria pela perspectiva da segurança ambiental e humana, segundo as quais as mudanças climáticas são consideradas um desafio a todas as dimensões da segurança (individual, econômica, social, ambiental, política, nacional e internacional), ou seja, uma “ameaça multiplicadora” (*threat multiplier*) com potencial para agravar tendências, tensões e instabilidades já existentes (COMISSÃO EUROPÉIA, 2008, p.02).

Neste grupo podem-se destacar três diferentes modos de interpretação da temática debatida no Conselho de Segurança. A primeira, promovida pelo Reino Unido, afirma que o principal objetivo do debate é “*augmentar a consciência acerca de um conjunto de significantes riscos de segurança futuros apresentados a comunidade internacional como um resultado da falha para resolver este dilema compartilhado, para promover um entendimento compartilhado destes riscos e para explorar formas de lidar com eles*” (SECURITY COUNCIL, 2007a, p. 01 –

---

Change, Pacific island countries are facing extreme risks to their survival as nations. Many islands are not more than a few meters above sea level. As wave actions are exponentially linked to sea level, an increase of half a meter in sea level would completely inundate these island States, putting at risk the survival of their human populations. The dangers that small islands and their populations face are no less serious than those faced by nations and peoples threatened by guns and bombs.

<sup>106</sup> “[...] the paramount international forum available to us. We do not expect the Security Council to get involved in the details of discussions in the Framework Convention on Climate Change, but we do expect the Security Council to keep the matter under continuous review so as to ensure that all countries contribute to solving the climate change problem and that their efforts are commensurate with their resources and capacities”.

<sup>107</sup> “[...] embrace the concept of environmental security within its mandate”.

tradução nossa).<sup>108</sup> Apesar de este grupo reconhecer a gravidade dos problemas associados às mudanças climáticas, seu objetivo principal é a provisão de informações com vistas a possibilitar uma ação política no futuro. Conforme destacaram os representantes da França e do Reino Unido em seu discurso ao Conselho:

As mudanças climáticas são uma ameaça inequívoca. O debate de hoje ajuda a ampliar a consciência dos perigos associados aos problemas ambientais e proporcionam suprimimentos para pensar sobre as ações tomadas em fóruns competentes, nas agências especializadas, e entre os membros das Nações Unidas (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.04 – tradução nossa).<sup>109</sup>

A comunidade internacional precisa reconhecer que há um impacto de segurança provocado pelas mudanças climáticas, e começar a construir um entendimento compartilhado da relação entre energia, segurança e clima. Com este debate o Conselho não está tentando apropriar-se da autoridade de outras instituições, incluindo a Assembléia Geral, o Conselho Social e Econômico e vários órgãos e agências subsidiários. As decisões que alcançamos e as ações que adotamos em todos estes órgãos requerem o entendimento mais amplo possível das questões (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 03).<sup>110</sup>

Uma segunda interpretação, entre os países que argumentaram favoravelmente à inserção das mudanças climáticas no Conselho de Segurança, está voltada para a prevenção de conflitos.<sup>111</sup> Esse grupo, liderado pela União Européia, declarou que as mudanças climáticas são parte de uma estratégia de prevenção de conflitos e, por isso mesmo, deveriam ser incluídas num

---

<sup>108</sup> “[...] to raise awareness of a set of significant future security risks facing the international community as a result of failing to resolve this shared dilemma, to promote a shared understanding of these risks, and to explore ways to address them.”

<sup>109</sup> Climate change is an unequivocal global threat. Today’s debate helps to raise awareness of the dangers associated with environmental problems and to provide food for thought on the actions to take in the competent forums, in the specialized agencies, and among the United Nations membership

<sup>110</sup> The international community needed to recognize that there was a security impact from climate change, and begin to build a shared understanding of the relationship between energy, security and climate. By holding today’s debate, the Council was not seeking to pre-empt the authority of other bodies, including the General Assembly, the Economic and Social Council and various subsidiary bodies and agencies. The decisions that they came to, and action taken, in all those bodies required the fullest possible understanding of the issues involved

<sup>111</sup> Em termos gerais, o termo prevenção de conflito era definido no período da Guerra Fria como uma ação preventiva, sinônimo de “ataque preventivo” (*preemptive strikes*). No pós-guerra, esta definição sofreu transformações e o termo passou a receber um novo significado, passando a descrever a prevenção pacífica de disputas. A prevenção de conflitos é frequentemente dividida em duas categorias: prevenção direta e prevenção estrutural. A prevenção de conflitos direta refere-se a medidas designadas para a prevenção a curto prazo, frequentemente eminente, de uma escalada de conflito potencial. Já a prevenção estrutural está voltada para medidas a longo prazo, incorporando medidas que facilitam a governança, a adesão aos direitos humanos, a estabilidade política, econômica e societal, assim como a construção de uma sociedade civil (ACKERMAN, 2004).

amplo conceito de diplomacia preventiva.<sup>112</sup> Por conseguinte, pode-se afirmar que, ao defenderem um amplo conceito de segurança, estes atores solicitam a comunidade internacional que siga uma abordagem holística e preventiva, segundo a qual as mudanças climáticas possam ser relacionadas a outros problemas tais como a pobreza, a escassez de água e a ocorrência de doenças. Conforme destacaram países como a Alemanha, em nome da União Européia, e a Eslováquia, respectivamente:

Nós estamos convencidos de que uma estrutura de diplomacia preventiva é necessária para aliviar as piores conseqüências esboçadas no recente relatório do IPCC. Como outros desafios a humanidade, tais como fome, doenças, pobreza, escassez de água e migração, as mudanças climáticas devem ser tratadas de maneira holística e preventiva. Se nós compreendermos a interdependência destes fatores, será mais fácil planejar abordagens coerentes e holísticas, e será mais fácil aumentar as capacidades adaptativas, principalmente nos países mais vulneráveis às mudanças (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.20 – tradução nossa).<sup>113</sup>

Segurança é só um dos fatores a serem considerados na agenda das mudanças climáticas, mas neste caso o tema está plenamente contemplado na resolução 1625 (2005) sobre a condução compreensiva das causas de conflitos armados e crises políticas sociais, posto que sociedades submetidas a tensões tendem a ser mais violentas. De acordo com a nossa opinião, há um papel inquestionável para o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e na colaboração com outros órgãos e agências das Nações Unidas, em lugar apropriado. Independentemente dos outros fóruns que já lidam com esta questão, incluindo a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança está bem posicionado para incorporar esta nova dimensão de percepções de ameaças em suas discussões e considerações *ad hoc*, ao mesmo tempo em que mantêm os limites do seu mandato (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.04– tradução nossa)<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> O termo diplomacia preventiva foi usado pela primeira vez em 1960 num relatório anual escrito pelo Secretário-Geral da ONU Dag Hammarskjöld. Este termo referia-se especificamente a manutenção de conflitos regionais localizados de modo a impedir a sua repercussão violenta na arena política das superpotências no período da Guerra Fria. Em 1992, o Secretário-Geral Boutros Boutros Ghali redefiniu o conceito com vistas a adaptá-lo aos novos tempos do pós-Guerra Fria. Nesse sentido, diplomacia preventiva passou a se referir a uma política que visava à prevenção de conflitos emergentes, bem como a escalada da violência. Boutros-Ghali afirmava que as causas subjacentes do conflito violento deveria ser tratada através do desenvolvimento econômico e social. Outro defensor dessa perspectiva também foi o Secretário-Geral da Onu Kofi Annan. (ACKERMAN, 2004).

<sup>113</sup> We are convinced that an overall framework of preventive diplomacy is needed in order to alleviate the worst consequences outlined in the recent IPCC report. Like other challenges to humankind, such as hunger, disease, poverty, water scarcity and migration, climate change should be addressed in a holistic and preventive manner. If we understand the interdependency of these factors, it will be easier to devise coherent and holistic approaches, and it might be easier to increase adaptive capacities, especially in those countries most vulnerable to those challenges.

<sup>114</sup> Security is only one of the factors to be considered under the overall agenda for climate change, but in this case it is well in line with Security Council resolution 1625 (2005) on comprehensively addressing the root causes of armed conflict and political and social crises, as highly stressed societies tend to be more violent societies. There is, in our opinion, an indisputable role for the Security Council in conflict prevention and in contributing to other United Nations organs and agencies, where appropriate. Notwithstanding what the other forums, including the General Assembly, already deal with, the Security Council is well positioned to incorporate that new dimension of threat perception into its considerations and ad hoc discussions, while remaining within its mandate.

Enquanto alguns países durante o debate limitaram-se a fazer declarações muito amplas, outros foram além e apresentaram propostas sobre o modo como o Conselho de Segurança deveria lidar com as mudanças climáticas enquanto questão de segurança. Considerando as propostas apresentadas, a maioria sugeriu a criação de um conselho ambiental, de caráter consultivo, para o Conselho, recomendando medidas preventivas como resposta para ameaças não-militares apresentadas pelos problemas ambientais. Entre os partidários de um desempenho mais efetivo do Conselho, havia aqueles que sugeriram apenas a conjugação de esforços entre o Conselho de Segurança e outros órgãos da ONU, com vistas a oferecer respostas aos desastres naturais induzidos pelo clima ou mesmo com o propósito de lidar, mais eficazmente, com os conflitos relacionados à escassez de recursos naturais e à degradação ambiental. Neste caso, o Conselho de Segurança seria mais um “jogador no amplo debate sobre a questão” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.28). Na verdade, estes discursos têm colocado em questão um conjunto de práticas de segurança, centradas em ameaças militares e medidas reativas, para acentuar o quanto tais respostas são inadequadas para lidar com as questões ambientais. De acordo com a narrativa dinamarquesa:

As mudanças climáticas são uma questão complexa, e não há uma fórmula mágica para solucioná-las. Os instrumentos das políticas tradicionais de segurança não podem mitigar as mudanças climáticas, pelo que devemos adotar medidas rápidas e decisivas para atenuá-las e adaptarmos a elas tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.15 – tradução nossa) <sup>115</sup>.

Além de insistir na inadequação das respostas militares, esta perspectiva chamou a atenção para outras vulnerabilidades, sugerindo que os instrumentos necessários para alcançar a estabilização do clima exigiriam esforços para a promoção tanto da mitigação, quanto da adaptação aos impactos e mudanças ocasionados pelas alterações climáticas, e que os melhores resultados estariam associados à medidas de intervenção e prevenção (TROMBETTA, 2008a). Este foi o posicionamento adotado por atores como a União Europeia, a ONU e a AOSIS. Apesar das diferenças internas apresentadas por cada um destes atores, todos eles concordam em maior ou menor grau que as mudanças climáticas representam uma ameaça à paz e segurança internacionais, exigindo assim esforços para “melhor integrar as mudanças climáticas a

---

<sup>115</sup> Climate change is a complex issue, and there is no silver bullet to fix it. Traditional security policy instruments cannot mitigate climate change, therefore we must take quick and decisive action to mitigate it while at the same time adapting to it in developed as well as in developing countries.

estratégias humanitárias e de segurança a longo prazo na comunidade internacional” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.33 – tradução nossa).<sup>116</sup>

#### **4.2.2 As mudanças climáticas e a ameaça ao “*American way of life*”: em defesa do discurso do desenvolvimento**

Orientados por uma perspectiva muito semelhante àquela adotada pelos Estados Unidos durante a COP-6 em Haia, na qual os EUA recusaram-se a ratificar o Protocolo de Kyoto sob o argumento de “*o estilo de vida Americano não está em negociação*” (EARTH SUMMIT, 1992 – tradução nossa)<sup>117</sup>, um grupo de atores, liderados por países em desenvolvimento como China, Brasil, África do Sul e Índia, opuseram-se ao discurso da segurança climática, protagonizada pela UE e pelo Reino Unido. De acordo com o Paquistão, representando o G-77, essa iniciativa representa uma “crescente intromissão do Conselho de Segurança nas funções e responsabilidades de outros órgãos principais das Nações Unidas, representam uma distorção dos princípios e propósitos da Carta [das Nações Unidas], prejudicando a autoridade de outros corpos” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 13 – tradução nossa).<sup>118</sup>

A mesma crítica ao Conselho de Segurança foi feita pelo Sudão, em nome dos países africanos:

O Grupo também destaca que a ingerência alarmante e cada vez maior do Conselho de Segurança no mandato de outros órgãos das Nações Unidas, que o Conselho de Segurança trata de justificar, vinculando todas as questões a questões de segurança, compromete os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e também menospreza os órgão pertinentes. Esta situação é ainda mais alarmante, uma vez que se realiza num momento em que o processo do sistema à considerável coerência está ganhando força dentro da Organização (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.13, tradução nossa).<sup>119</sup>

<sup>116</sup> “[...] to better integrate climate change into the international community’s long-term security and humanitarian strategies.

<sup>117</sup> “the American lifestyle is not up for negotiation”

<sup>118</sup> “[...] ever-increasing encroachment of the Security Council on the roles and responsibilities of the other main organs of the United Nations represented a “distortion” of the principles and purposes of the Charter, infringing on the authority of the other bodies”.

<sup>119</sup> The Group also stresses that the increasing and alarming encroachment of the Security Council on the mandates of other United Nations bodies — which the Security Council tries to justify by linking all issues to the question of security — compromises the principles and purposes of the United Nations Charter and is also undermining the

O Brasil, de maneira cautelosa, também se opôs a associação entre segurança e mudanças climáticas, reconhecendo que as mudanças climáticas constituem uma “[...] questão extremamente importante que tem múltiplas dimensões”. Entretanto, alertando para a necessidade de ser “cauteloso ao estabelecer vínculos entre conflitos e a utilização de recursos naturais ou a evolução do clima em nosso planeta” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.23, tradução nossa).<sup>120</sup>

A Índia, assim como o Paquistão em nome do G-77, vai além e critica a veracidade científica do Relatório Stern, sobre o qual os países favoráveis à inserção da temática no Conselho se pautam, afirmando que

“[...] o alto grau de incerteza [científica] é ignorado. O produto final é, portanto, a apresentação de uma argumentação política como se fosse a apresentação do resultado de um processo objetivo de modelagem científica [...] Por conseguinte, estes cenários catastróficos não devem ser vistos como acontecimentos limites que devam ser aceitos literalmente” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.25, tradução nossa).<sup>121</sup>

Em seu discurso no Conselho de Segurança, os Estados Unidos evitaram se manifestar quanto a proposta de alguns Estados de tratar as mudanças climáticas sob a ótica da prevenção de conflitos, bem como evitaram se opor a qualquer outro posicionamento, adotando uma postura aparentemente neutra em relação ao debate. Contudo, ao observar atentamente as narrativas dos Estados Unidos, a preocupação com questões tais como o desenvolvimento econômico e a liberdade dos Estados na busca de soluções próprias para o problema das mudanças climáticas, numa vertente unilateral, ficou evidente:

A forma mais eficaz de estimular a segurança e a estabilidade é aumentar a capacidade dos Estados de governar com eficácia. [...] Os países bem governados crescem e prosperam. O crescimento econômico proporciona recursos, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, para fazer frente aos desafios energéticos e ambientais, incluindo os desafios relativos às mudanças climáticas (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 11, tradução nossa).<sup>122</sup>

---

relevant bodies. This situation is even more alarming, since it is taking place at a time when the process of system-wide coherence is gaining momentum within the Organization.

<sup>120</sup> Climate change is an extremely important issue with multiple dimensions. However, utmost caution must be exercised in establishing links between conflicts and the utilization of natural resources or the evolution of climate on our planet. To determine whether any particular environmental

<sup>121</sup> “[...] strong uncertainty is ignored. The result is thus to present a political argument as the outcome of an objective scientific modeling process. These catastrophic scenarios therefore cannot be treated as threshold events that are known in the real meaning of the word”.

<sup>122</sup> The most effective way to bolster security and stability is to increase the capacity of States to govern effectively. [...] Well-governed countries grow and prosper. Economic growth provides the resources, in both developed and

Essas mesmas narrativas replicaram-se por todo o debate, sendo que a mais comum era afirmar que “as mudanças climáticas são, na essência, uma questão de desenvolvimento sustentável” e que para lidar com tais alterações de modo mais efetivo, nada mais eficaz do que “[...] seguir o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, previsto na Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, o respeito aos arranjos institucionais existentes, o fortalecimento da cooperação e o estímulo a ação concreta” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.12, tradução nossa).<sup>123</sup>

Entre os países que compartilharam dessa perspectiva inclui-se a maior parte dos países em desenvolvimento, tais como China, a Índia, a África do Sul e o Brasil. Delegações do Movimento de Países Não-Alinhados e do Grupo Africano também compartilharam a opinião de que o Conselho de Segurança deveria abster-se do envolvimento na resposta internacional às mudanças climáticas, visto que essa atitude, segundo o Egito, “[...] reflete clara e deliberada negligência das disposições da Carta (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.04), despertando nestes Estados também preocupação quanto à “[...] indiferença do Conselho às repetidas solicitações dos Estados-Membros a porem termo a este perigoso e injustificado fenômeno” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.04).<sup>124</sup>

Mesmo neste grupo, puderam-se notar algumas diferenças significativas. Alguns países em desenvolvimento resistiram fortemente a qualquer proposta de envolvimento do Conselho de Segurança e consideraram a iniciativa de associar as mudanças climáticas à segurança parte de uma estratégia dos países desenvolvidos para que o Conselho interfira no papel e nas responsabilidades de outras agências e instituições da ONU, em particular na Assembléia Geral. De acordo com a República Cubana, representante dos Países Não-Alinhados:

O Movimento dos Países Não-alinhados reitera sua preocupação com a contínua e crescente intromissão do Conselho de Segurança em funções e autoridades da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social e de outros órgãos através da

---

developing countries, to address energy and environmental challenges, including challenges associated with climate change.

<sup>123</sup> It is necessary to follow the principle of common but differentiated responsibilities in the Framework Convention, respect existing institutional arrangements, strengthen cooperation and encourage concrete action.

<sup>124</sup> “[...] indifference to the repeated demands of Member States to put an end to this dangerous and unjustified phenomenon”.

consideração de questões que estão tradicionalmente incluídas em suas competências (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.27, tradução nossa).<sup>125</sup>

Estes mesmos países também sustentaram que o Conselho de Segurança não seria o fórum adequado para este tipo de debate, na medida em que as mudanças climáticas dizem respeito a um problema global, devendo ser discutidas em fóruns multilaterais. Por sua vez, o que estes países sugeriram era a adoção de uma abordagem já consagrada internacionalmente, segundo a qual as mudanças climáticas deviam continuar sendo tratadas sob a ótica do desenvolvimento sustentável, no interior de órgãos criados para tal função, tais como a Assembléia Geral, o Conselho Social e Econômico e a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Além disso, estes países defendem o fortalecimento do regime de mudanças climáticas existente (SINDICO, 2007).

Estes países temem que, ao atrelar as mudanças climáticas ao Conselho de Segurança, as regras do jogo sejam alteradas pelos países desenvolvidos. A principal preocupação é que o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, possa vir a ser substituído pelo princípio da responsabilidade compartilhada, preceito este que poderia não refletir a natureza do fenômeno mudanças climáticas (SINDICO, 2007). Conforme discursou a China:

As mudanças climáticas podem ter certas repercussões sobre a segurança, mas em termos gerais estas são na essência uma questão de desenvolvimento sustentável. [...] Para abordar de maneira eficaz as mudanças climáticas, é necessário seguir o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas estabelecido na Convenção Quadro, respeitar os acordos institucionais, fortalecer a cooperação e encorajar a aplicação de medidas concretas. [...] O debate sobre as mudanças climáticas no Conselho de Segurança não ajudará aos países em seus esforços para reduzi-las. Tampouco ajudará os países em desenvolvimento atingidos pelas mudanças climáticas a fazer-lhe frente de modo eficaz. [...] Os países em desenvolvimento consideram que o Conselho de Segurança necessita de capacidade técnica para fazer frente às mudanças climáticas e não é o melhor lugar para adotar decisões com uma participação ampla que conduza a propostas amplamente aceitas (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.12).<sup>126</sup>

<sup>125</sup> The Non-Aligned Movement reiterates its concern regarding the continued and increasing encroachment by the Security Council on the functions and powers of the General Assembly, the Economic and Social Council and other organs through its consideration of issues that traditionally fall within their competence.

<sup>126</sup> Climate change may have certain security implications, but generally speaking it is in essence an issue of sustainable development.[...] To tackle climate change effectively, it is necessary to follow the principle of common but differentiated responsibilities set forth in the Framework Convention, respect existing institutional arrangements, strengthen cooperation and encourage concrete action.[...] Discussing climate change in the Security Council will not help countries in their efforts towards mitigation. Nor will it help developing countries affected by climate change to respond to it more effectively.[...] The developing countries believe that the Security Council lacks expertise in handling climate change and is not the right place to take decisions with extensive participation leading to widely acceptable proposals.

Embora muitos países em desenvolvimento assumissem essa posição em seus discursos no Conselho de Segurança, outros, tais como o México e Singapura, adotaram uma posição um pouco distinta. Apesar de México e Singapura concordarem com a máxima de que o Conselho de Segurança não deveria lidar com problemas ambientais, eles admitiram a gravidade do problema, reconhecendo também que as mudanças climáticas podem vir a se tornar um problema de segurança futuramente. Por conseguinte, estes mesmos países advogam um papel mais ativo da Assembléia Geral da ONU.

“[...] Embora as ameaças sob revisão sejam urgentes, a possibilidade de conferir ao Conselho de Segurança a responsabilidade de adotar medidas preventivas que são o campo de fóruns e outras entidades especializadas, poderia confundir o conteúdo e o escopo das atribuições adotadas sob os vários instrumentos legais internacionais, dos quais nós somos signatários, enquanto também erodem a eficiência do Conselho com respeito à manutenção da paz e segurança internacional” (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 20, tradução nossa).<sup>127</sup>

Finalmente, há outro grupo de países, representante dos interesses dos países exportadores de petróleo e liderados pela Venezuela, que advoga ser a energia uma questão de soberania e que, por esse motivo, a comunidade internacional não deveria interferir no modo como os Estados decidem sobre o uso de seus próprios recursos naturais.

A interferência do Conselho de Segurança em áreas alheias ao seu mandato poderia ter resultados adversos, já que as medidas que eventualmente poderiam ser sugeridas neste órgão não seriam as mais adequadas para propiciar soluções para problemas de ordem econômica, social e ambiental que envolve a todos os Estados membros [...] Para a Venezuela, é preocupante que se trate de promover fórmulas parciais ou estereótipos sobre as causas do problema, que terminam desvirtuando sua natureza e seu alcance, incluindo as medidas possíveis para mitigar seus esforços reais (SECURITY COUNCIL, 2007b, p.10-11, tradução nossa).<sup>128</sup>

Embora, uma parte considerável das narrativas sobre segurança não se distancie tanto umas das outras, os países em desenvolvimento temem que alguns dos países desenvolvidos

<sup>127</sup> “[...] although the threats under review are urgent, the possibility of conferring on the Security Council the responsibility to adopt preventive measures that are the province of the specialized forums and other entities, would confuse the content and scope of the duties adopted under the various international legal instruments to which we are signatories, while also eroding the Council’s efficiency regarding the maintenance of international peace and security”.

<sup>128</sup> The interference of the Security Council in areas that are not part of its mandate could have adverse effects, since the measures that may be suggested in this body would not be the most appropriate to provide solutions to problems of an economic, social and environmental kind affecting all Member States.[...] To Venezuela, it is a source of concern that we are trying to promote partial solutions or stereotypes on the causes of the problem, which end up distorting its nature and scope, including possible measures to mitigate its real effects.

virem à securitização das mudanças climáticas com o intuito de impor sua própria política climática, sem considerar as necessidades desses países quanto ao desenvolvimento. De acordo com a Índia:

Esforços para impor compromissos sobre gases estufa aos países em desenvolvimento poderiam simplesmente ter um impacto adverso sobre as perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento. Nada no perfil de gases estufa de países em desenvolvimento, mesmo que de modo remoto, reflete uma ameaça a paz e segurança internacional, ainda que nosso interesse em mitigar os gases de efeito estufa impactasse de maneira adversa nosso desenvolvimento – desenvolvimento constituindo a melhor adaptação para os impactos adversos das mudanças climáticas – e deste modo aumentasse a insegurança (SECURITY COUNCIL, 2007b, p. 22, tradução nossa).<sup>129</sup>

Como foi visto até aqui, a identificação das ameaças revelam não somente as identidades, os interesses e os valores que os atores supõem proteger, mas também as práticas e lógicas associadas à segurança. Daí a importância de explorar os aspectos específicos concernentes aos discursos sobre segurança climática no sentido de avaliar sua contribuição para o processo de transformação em curso de tais entendimentos (TROMBETTA, 2008b).

Na tentativa de sumarizar o conteúdo das narrativas apresentadas, é apresentado um quadro com os principais movimentos de securitização das mudanças climáticas no período de 1985 a 2008. Para cada um dos atores é apresentado o objeto referente (aquilo que parece estar ameaçado), o tipo de ameaça, o discurso de segurança que informa o debate político sobre esta questão e a estratégia de legitimação do discurso (ou como a ameaça é legitimada). Na última coluna também são apresentados os tipos de medidas políticas que estão sendo propostas pelos atores securitizadores.

---

<sup>129</sup> Efforts to impose greenhouse gas commitments on developing countries would simply have an adverse impact upon the prospects of growth in developing countries. Nothing in the greenhouse gas profile of developing countries even remotely reflects a threat to international peace and security, yet their taking on greenhouse gas mitigation targets will adversely impact their development — development being the best adaptation to the adverse impact of climate change — and thereby increase insecurity.

Período analisado	Ator Securitized	Objetos de Referência	Ameaças (o que é caracterizado)	Estratégias de Legitimação do discurso	Medidas Políticas (sugeridas e/ou adotadas)
Período de pré-negociação, emergência e consolidação do regime de mudança climática (1985-2002)	CMMAD	Segurança Alimentar; Estabilidade social, política e econômica de países e regiões vulneráveis à mudança do clima	Migrações internacionais desencadeadas por eventos climáticos; Elevação do nível dos mares	Apelo à escassez alimentar e hídrica; mudança no arranjo das fronteiras e limites dos Estados; adaptação ou desaceleração do aquecimento global é essencial à redução de riscos de conflitos	Mitigação ou adaptação às mudanças climáticas
	ONU (Conferência de Toronto e Haia)	Economia global; Meio ambiente natural, especialmente a atmosfera terrestre; Gerações presentes e futuras	Uso de combustíveis fósseis; Atividades humanas poluidoras; Crescimento populacional;	Urgência e ponto de não retorno; Analogia com guerras nucleares	Desenvolvimento de novos princípios do direito internacional, incluindo mecanismos de tomada de decisão e <i>enforcement</i> novos e mais efetivos
	IPCC	Biosfera	Escassez de recursos naturais, especialmente, de recursos hídricos; eventos climáticos extremos	Apelo à escassez de recursos hídricos e, por conseguinte, a eclosão de conflitos;	Medidas para mitigação das mudanças climáticas, principalmente pela redução e controle das emissões do CO <sub>2</sub>
	EUA	“The American way of life”	Política ambiental, especialmente a política adotada mundialmente para conter as mudanças climáticas; Recessão econômica e crise energética	“The American lifestyle is not up for negotiation”. O principal argumento dos EUA é que eles estariam em plena crise energética e que não haveria evidências científicas suficientes para justificar a ratificação de um acordo como o Protocolo de Kyoto.	Continuar investindo na produção e utilização de combustíveis fósseis, com vistas a garantir o crescimento econômico e a segurança energética dos EUA

Período Discursos Pós-Kyoto (2003-2008)	CNA	Condições econômicas e ambientais já frágeis de regiões voláteis do globo (Ásia, África e Oriente Médio) Estabilidade econômica e política dos Estados Unidos	Generalização de instabilidades políticas por todo o mundo e de surgimento de Estados Falidos; Intensificação de movimentos extremistas e expansão de ideologias radicais; Migrações maciças em direção aos países industrializados (Europa e EUA)	Referência ao aumento da vulnerabilidade dos EUA às ações terroristas, caso os cenários de uma catástrofe climática se consolidem	Integração plena das conseqüências das mudanças climáticas às políticas de segurança e defesa nacional estratégica; Comprometimento e liderança dos EUA no processo de estabilização das alterações climáticas (inter) nacionalmente; Realização de parcerias globais para reconstrução das nações menos desenvolvidas e de sua capacidade de resiliência para gerir melhor a impactos climáticos.
	IPCC	Indivíduos Economia Global Países pobres e em desenvolvimento	Eventos climáticos extremos; elevação do nível dos mares;	Comparar as mudanças climáticas a ameaças como as armas de destruição em massa e o terrorismo;	Acordos multilaterais
	UE	Integração Européia Países pobres e em desenvolvimento Humanidade	Intensificação de conflitos existentes e eclosão de novos conflitos; disputas por acesso a água, energia e alimentação; rupturas econômicas, especialmente em países pobres; intensificação dos fluxos migratórios, de doenças infecciosas;	Referências à possibilidade de desintegração da Europa e da Pax Européia, desencadeando conflitos internos como não se observa há décadas, desde as duas Grandes Guerras Mundiais	Prevenção de conflitos, diplomacia preventiva e multilateralismo efetivo; Estabelecimento de um acordo global ambicioso pós-2012. Atuação do Conselho de Segurança, como um fórum consultivo
	REINO UNIDO	Humanidade Integração Européia	Intensificação de conflitos; disputas por acesso à energia e à alimentação; rupturas econômicas	Integração Européia;	Prevenção de conflitos e promoção do desenvolvimento sustentável; Estabelecimento de um acordo global pós-2012;

Período Discursos Pós-Kyoto (2003-2008)	AOSIS	Soberania estatal Integridade Territorial Sistema econômico, político e social	Elevação do nível dos mares e oceanos;	Analogia entre mudanças climáticas e terrorismo e armas de destruição em massa	Ação mais efetiva do Conselho de Segurança
	WBGU (Alemanha)	Humanidade Integração Européia	Aumento no número de Estados fracassados; conflito distributivo entre países poluidores e países afetados; perda de legitimidade dos países industrializados; migrações internacionais; colapso econômico global	Referência a eclosão de conflitos de proporções globais, sendo as mudanças climáticas a “maior origem de conflitos políticos do século XXI”	Diplomacia ambiental preventiva e a adoção de uma política industrial <i>resource-oriented</i> ; Adoção de uma política de segurança preventiva, bem como de uma política climática internacional ambiciosa; construção de um modelo multilateral efetivo na Europa; Reforma da ONU; Estabilização dos Estados fracassados; Desenvolvimento de uma Convenção para os migrantes ambientais;
	Secretariado Geral da ONU	Mulheres; Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Ilhas; Estados mais vulneráveis; Desenvolvimento econômico e humana; Direitos humanos; Segurança alimentar;	Guerra entre Estados; Violência dentro dos Estados, incluindo guerras civis, abusos dos direitos humanos em grande escala e genocídio; Pobreza, doenças contagiosas e degradação ambiental, especialmente as mudanças climáticas; Armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo; e crime organizado transnacional;	Urgência e ponto de não retorno;	Transferência de tecnologias; Adoção de mecanismos financeiros e de mercado; Realização dos ODMs; Promoção do crescimento econômico, da justiça social e da dignidade humana; estímulo ao desenvolvimento sustentável.

Período Discursos Pós- Kyoto (2003- 2008)	PNUD	Objetivos do Milênio	Insegurança alimentar; crise e insegurança da água; subida dos níveis dos mares e exposição a desastres climáticos; redução da biodiversidade; elevação dos índices de pobreza e limitada capacidade de resposta dos sistemas de saúde	Urgência e ponto de não retorno; Analogia com catástrofes nucleares	Desenvolver uma estrutura multilateral, ao abrigo do Protocolo de Kyoto pós-2012, para evitar alterações climáticas perigosas; Desenvolvimento de uma Agenda para a mitigação ; Cooperação internacional; Centrar a adaptação às alterações climáticas na estrutura de Quioto pós-2012 e parcerias internacionais para reduzir a pobreza.
	Pequenos Estados insulares	Soberania estatal Integridade territorial	Elevação do nível dos mares	Analogia entre mudanças climáticas e terrorismo; recurso aos conflitos étnicos no passado;	Atuação do Conselho de Segurança
	G-77, Movimento dos Países Não-Alinhados e Grupo dos Países Africanos	Desenvolvimento e crescimento econômicos; Soberania Estatal	Recessão econômica; Subdesenvolvimento; Política ambiental baseada no princípio das responsabilidades compartilhadas;	Referência ao princípio adotado no CMMAD das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e à Carta das Nações Unidas, que define o papel do Conselho de Segurança. Defesa da idéia de desenvolvimento sustentável e dos princípios contidos na Convenção do Clima	Fortalecimento e manutenção dos arranjos institucionais já existentes para lidar com o problema (especialmente da UNFCCC), salvo se mantiverem o respeito ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas; Adoção de um novo Protocolo pós-2012 nos moldes de Kyoto; Transferência de recursos e tecnologias dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento; Manutenção do processo desenvolvimento , observando-se o princípio da sustentabilidade

**Quadro 4: Principais categorias avaliadas no processo de securitização do clima**

Fonte: elaboração própria

### 4.3 “Garantir a segurança em um mundo em mudança”: a Europa e a liderança do processo de securitização das mudanças climáticas no sistema internacional

Como foi visto na seção 4.2.1, a maior parte dos países membros da UE considera alguns “elementos alternativos” (RAUDINO, 2006) como sendo centrais para o exercício de expansão da paz. Importa dizer então que a UE, em especial a Comissão Européia, tem insistido amplamente na relação entre os problemas ambientais globais e a probabilidade de países em conflito exportarem suas divergências para os limites internos de suas fronteiras. Um dos divisores de águas dessa abordagem pode ser creditado à criação da Estratégia Européia de Segurança (EES) em 2003 que passou a adotar uma política integrada de segurança, envolvendo a prevenção de conflitos, a administração de crises (*crisis management*), o multilateralismo efetivo, além da integração de novas ameaças à pauta de segurança, tais como o terrorismo, o crime organizado, as migrações ilegais e o aquecimento global. De modo inclusivo, a adoção da EES representa uma das primeiras tentativas de securitização do clima pela Europa, visto que as alterações climáticas já figuravam como uma preocupação, em articulação com outras ameaças como “a guerra contra o terror”, “os Estados fracassados” (*failed states*) e a “migração descontrolada”, formando um *continuum* de segurança<sup>130</sup>, estabelecendo, assim, equivalências entre fenômenos de natureza distinta. Contudo, as mudanças climáticas só serão definitivamente integradas à política de segurança européia no ano de 2008, com a publicação do Relatório sobre a Execução da Estratégia Européia de Segurança, cuja proposta é “incorporar ameaças mais complexas” que, “como o aquecimento global e a degradação ambiental, estão a mudar a face do planeta”, ameaçando a UE, que julga ser “um pólo de estabilidade” (CONSELHO EUROPEU, 2008, p.01) .

Tais tentativas da UE de construção de um entendimento comum das mudanças climáticas como uma ameaça à segurança permitem considerá-la então como o principal ator securitizador do clima, visto que: i) a UE já possui uma liderança consolidada na condução da política climática internacional; ii) ocupa posição de destaque como ator global no sistema internacional;

---

<sup>130</sup> O *continuum de segurança* refere-se às equivalências retóricas criadas a partir de um sentimento de insegurança, que acaba por ofuscar as tensões entre segurança interna/externa; política/militar, etc tornando questões (tais como imigrações, crime organizado, terrorismo, degradação ambiental) equivalentes tanto em documentos, quanto em discursos oficiais, sem qualquer justificativa para essa classificação.

e iii) por que tem adquirido uma resposta positiva da audiência, tanto interna, quanto externamente.

No entanto, não se pode ignorar o empenho público tanto da Alemanha, quanto do Reino Unido – durante seus mandatos na Presidência do Conselho da UE e do G-8 – em colocar as mudanças climáticas nas agendas do Conselho de Segurança da ONU, dos encontros do G-8, bem como na própria agenda da UE.<sup>131</sup> Contudo, sem desmerecer o sucesso de ambos no alcance de tais objetivos, a aspiração à liderança global na condução das políticas climáticas e ambientais, baseada na “boa vontade para tomar medidas domésticas”, não conseguiu superar o protagonismo da UE na liderança do processo de securitização do clima.

Conforme destacam Oberthur e Kelly (2008), a pretensão de liderança de ambos só pode ser realizada por meio da UE de 27 Estados Membros. Isso porque a UE, enquanto um ator global, carrega consigo autoridade e audiência “[...] enquanto estruturas sociais eficazes dentro das quais uma variedade de atores securitizadores pode experimentá-las com melhores chances de sucesso, ao invés do que sua posição individual, por si só, lhes daria.” (WAEVER; BUZAN, 2009, p.14, tradução nossa)<sup>132</sup>, tanto que “o Reino Unido utiliza a alavanca da UE para mover as mudanças climáticas na agenda política através da cúpula de países terceiros, incluindo a China, a Índia e a Rússia” (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 2009, tradução nossa).<sup>133</sup>

Em outras palavras, “ser membro de um grupo [neste caso, da UE] proporciona a cada um de seus membros todo o suporte do capital possuído coletivamente; uma credencial que os intitula para o crédito, nos vários sentidos da palavra” (BOURDIEU, 1999, p. 14). Sendo assim, aquela “boa vontade” estaria em estreita relação com a possibilidade de redistribuição interna de custos e benefícios inerentes ao Regime; como a UE negocia em bloco ela tem vantagens relativas gigantescas em relação àqueles que negociam como países individualmente.

A Alemanha, a exemplo do Reino Unido, também tem tentado dar alta prioridade às mudanças climáticas na política internacional. Entretanto, esse objetivo só tem sido alcançado

<sup>131</sup> A Alemanha esteve à frente da presidência do Conselho da UE no primeiro semestre de 2007, momento em que propôs a elaboração de um relatório sobre as ameaças à segurança das mudanças climáticas. Já o Reino Unido esteve na presidência da UE em 2005, período em que contribuiu amplamente para que a UE estabelecesse novas taxas de emissões, quando da expiração do Protocolo de Kyoto em 2012. Nestes mesmos anos também, ambos os países estiveram à frente do G-8

<sup>132</sup> “[...] effective social structures within which a variety of securitizing actors can try their hand with a better chance of success than their individual standing alone would give them”.

<sup>133</sup> The UK uses the EU’s leverage to move climate change up the political agenda through third country summits, including with China, India and Russia. (Retirado de: <<http://www.fco.gov.uk/en/fco-in-action/institutions/britain-in-the-european-union/eu-policies/sustainable-development/climate-change#>>. Acesso em 13 mai. 2009.

por meio da UE. Com base num relatório sobre os “Riscos de Segurança das Mudanças Climáticas”, realizado pelo Conselho Consultivo Alemão sobre Mudanças Climáticas (WBGU) a pedido da Cúpula do G-8, o governo Alemão, na ocasião de sua presidência na UE, propôs a elaboração de um relatório sobre as estratégias europeias para lidar com impactos das mudanças climáticas sobre a segurança regional e internacional. Motivados pela proposta alemã, a Comissão Europeia e o Alto Representante, Javier Solana, prepararam, em junho de 2007, um relatório conjunto sobre “Alterações Climáticas e Segurança Internacional” para o Conselho Europeu. Nele, a UE apresentou a possibilidade de conjugação de todos os instrumentos da UE, incluindo ações da PESC (Política Externa e de Segurança Comum) e da PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa) associadas às políticas de mitigação e adaptação, com o propósito de enfrentar os riscos de segurança apresentados pelas mudanças climáticas.

Ainda que esse relatório estivesse voltado para as conseqüências das alterações climáticas para a segurança internacional, “[...] a resposta da UE será condicionada pelo impacto das alterações climáticas na Europa propriamente dita” (COMISSÃO, 2008, p. 03). Neste ponto, a securitização tem uma dimensão política, já que as mudanças climáticas formam uma ameaça a capacidade política dos Estados Membros de controlar seus próprios territórios, visto que “[...] os vizinhos da UE incluem algumas das regiões mais vulneráveis às alterações climáticas, como a África do Norte e o Médio Oriente” [...], tornando possível um aumento da “[...] pressão migratória nas fronteiras da União Europeia, a instabilidade política e os conflitos. Esta situação poderá também ter um impacto significativo nas rotas de aprovisionamento energético da Europa” (COMISSÃO, 2008, p. 06). Como resultado, os Estados Membros enfatizam o desenvolvimento de ações que visem:

A intensificação das capacidades da UE em termos de investigação, análise, vigilância e alerta precoce, e elaboração de Listas de Observação que envolva, designadamente, o Instituto de Estudos de Segurança, o Centro de Satélites da UE (CSUE), o Centro de Situação Conjunto da UE (SITCEN), a Rede Europeia de Correspondentes de Segurança Energética (NESCO), a Iniciativa "Vigilância Global do Ambiente e da Segurança" e os Centros Comuns de Investigação [...]; Intensificação do planeamento das acções e das capacidades da UE e dos Estados-Membros, inclusive no domínio da protecção civil, e da utilização de instrumentos (civis e militares) de gestão de crises e de resposta às catástrofes, por forma a contribuir para fazer face aos riscos que as alterações climáticas provocam em termos de segurança; Continuação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão a fim de analisar mais circunstanciadamente, região a região, quais as implicações prováveis em termos de segurança e a forma como os interesses da UE serão afectados (COMISSÃO, 2008, p.09-10).

Um discurso que consolida essa percepção é aquele presente “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança: Garantir a Segurança num Mundo em Mudança”<sup>134</sup>, no qual o Conselho Europeu admite que “as alterações climáticas podem também despoletar conflitos a propósito de rotas comerciais, zonas marítimas e recursos anteriormente inacessíveis”, havendo a necessidade, então, de reforçar as “capacidades de prevenção de conflitos e de gestão de crises, mas é necessário fazê-lo também no que toca à capacidade de análise e de alerta rápido” (CONSELHO, 2008, p. 05-06). No que tange à capacidade de análise e alerta rápido, a Comissão Europeia, amplamente influenciada pelo projeto da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), colocou em curso ações para incluir os problemas ambientais nos seus programas de desenvolvimento, valendo-se das preocupações ambientais para desenvolver e legitimar suas próprias competências e capacidades de segurança dentro da UE. Entre essas ações, ganha destaque o desenvolvimento de um sistema de satélite para “Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança” (GMES, *Global Monitoring for Environment and Security*). O objetivo e a função de tal sistema de vigilância e alerta são

“[...] incidir, em particular, em situações de fragilidade dos Estados e de radicalização política, tensões geradas pela insuficiência de recursos e pelo abastecimento energético, solicitações ambientais e socioeconômicas, ameaças às infra-estruturas críticas e aos recursos econômicos, litígios sobre a demarcação das fronteiras, impacto em termos de direitos humanos e potenciais correntes migratórias” (COMISSÃO, 2008, p.09).

Além disso, o Conselho afirma a necessidade de “*intensificar a colaboração com os países que maior risco correm, reforçando a sua capacidade para fazer face ao problema. A cooperação internacional, com a ONU e as organizações regionais, revestir-se-á de um carácter essencial*” (CONSELHO EUROPEU, 2008, p.06).

---

<sup>134</sup> As mudanças climáticas não representam um problema para os Estados Membros isoladamente, como também podem vir a ameaçar a existência da UE por si mesma. Como resultado, a ameaça percebida pela UE acerca das mudanças climáticas assume proporções muito maiores e, desse modo passa a integrar o “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança: Garantir a Segurança num mundo em Mudança”. Este relatório, uma atualização da EES de 2003, identifica novos desafios e ameaças que passaram a colocar em causa a segurança e os interesses da UE. Apesar da EES, já em 2003, identificar as implicações das alterações climáticas para a segurança, essa “[...] adquiriu uma nova urgência” a partir do reconhecimento de que a EES é uma “obra inacabada” e que necessita de uma reformulação frente aos novos desafios colocados pela globalização, dentre eles as mudanças climáticas que podem “[...] exacerbar os conflitos, especialmente em situações de pobreza e crescimento populacional, com consequências ao nível humanitário, sanitário, político e da segurança, nomeadamente o aumento dos fluxos migratórios” (CONSELHO EUROPEU, 2008, p.05).

Em relação a outro aspecto importante para a caracterização da liderança do processo de securitização, a saber, a sensibilização da audiência, os europeus têm obtido sucesso<sup>135</sup>. Num estudo qualitativo realizado a pedido da Comissão Europeia em 2006 com os 25 Estados Membros<sup>136</sup> da União Europeia, intitulado “*Os cidadãos europeus e o futuro da Europa*”, as mudanças climáticas apareceram como uma das principais preocupações dos europeus, em virtude dos “[...] *riscos das ameaças ambientais para o futuro do mundo (catástrofes naturais ou nucleares e os efeitos das mudanças climáticas)*” (EUROBAROMETRO, 2006, p.08, tradução nossa).<sup>137</sup> O medo e a insegurança relativos às ameaças ambientais mostraram-se mais evidentes, principalmente, entre países como a Finlândia, a Suécia, a Holanda, a Alemanha e a Bélgica.

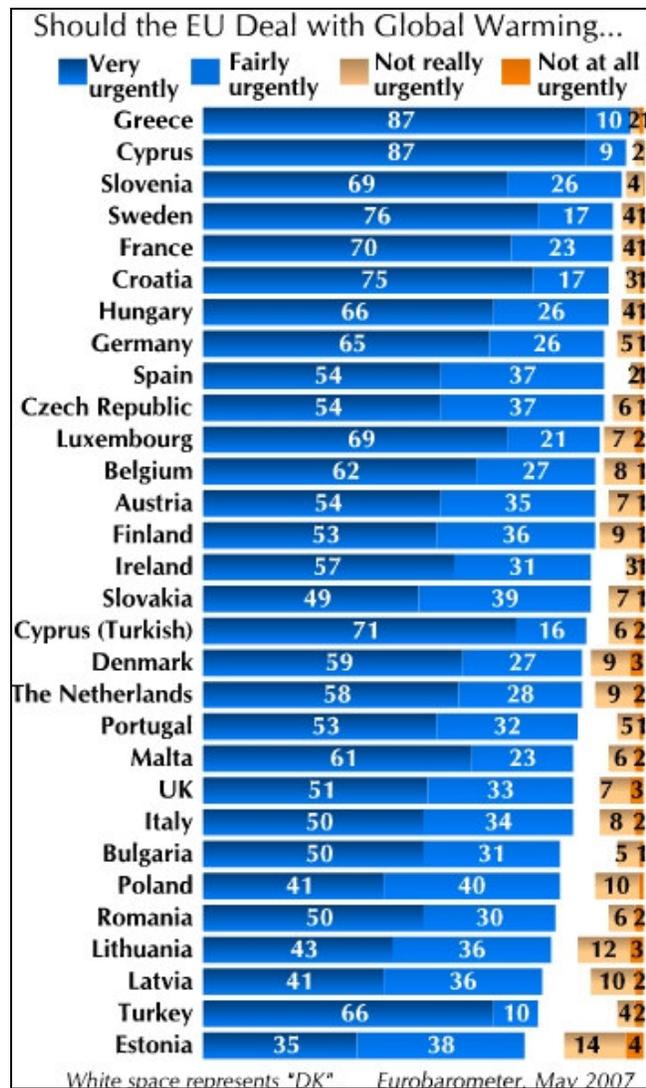
Muitas pesquisas de opinião realizadas na Europa têm revelado que as mudanças climáticas constituem uma preocupação cada vez mais urgente para os europeus. Na pesquisa do Eurobarômetro “*The public opinion of European Union*” realizada em 2007, os resultados afirmaram claramente que esta é uma questão que o público espera que a União Europeia atue de modo urgência. Esta opinião é expressa por quase 9 entre 10 (88%) dos entrevistados. Além disso, esta investigação sublinhou o fato de que 57% afirmaram que essa questão deveria ser tratada com muita urgência - um número muito superior aos 31% que pensam que a questão deveria ser tratada com bastante urgente. Esta distribuição, conforme destacam os responsáveis pela pesquisa, “*é altamente incomum, visto que para a maioria dos tópicos inquiridos é mais natural expressar uma opinião moderada do que uma forte opinião. É claro que esta é vista como uma questão que exige uma atenção imediata*” (EUROBARÔMETRO, 2007, p.48).

---

<sup>135</sup> Tendo em vista que muitas das pesquisas de opinião mencionadas neste trabalho não apresentavam o número exato da população amostral entrevistada, só foram mencionados aqueles números divulgados então.

<sup>136</sup> Na ocasião da entrada em vigor do Tratado de Maastrich, que instituiu a UE em 1993, esta era composta por 12 Estados-Membros. A situação geopolítica do continente levou três novos países - a Áustria, a Finlândia e a Suécia - a aderirem à UE, em 1995. Mal se concluíra o alargamento da União Europeia para 15 membros, logo se iniciaram os preparativos para novo alargamento de uma envergadura sem precedentes. Em meados da década de 90, começaram a bater à porta da UE os antigos países do bloco soviético (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Romênia e Eslováquia), os três Estados bálticos que haviam feito parte da União Soviética (Estônia, Letônia e Lituânia), uma das repúblicas da antiga Jugoslávia (Eslovênia) e dois países mediterrânicos (Chipre e Malta). As negociações para a adesão dos países candidatos foram iniciadas em Dezembro de 1997 e a Europa dos 25 tornou-se realidade em 2004, quando a adesão de 10 dos 12 candidatos se concretizou. Seguiram-se a Bulgária e a Romênia, em 2007, totalizando na atualidade 27 Estados Membros (Ver detalhes em: [http://europa.eu/abc/12lessons/lesson\\_2/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_2/index_pt.htm)). Acesso em: 12 jun. de 2009).

<sup>137</sup> “[...] *the risk of environmental threats for the world’s future (natural or nuclear catastrophes, effects of climate change)*”

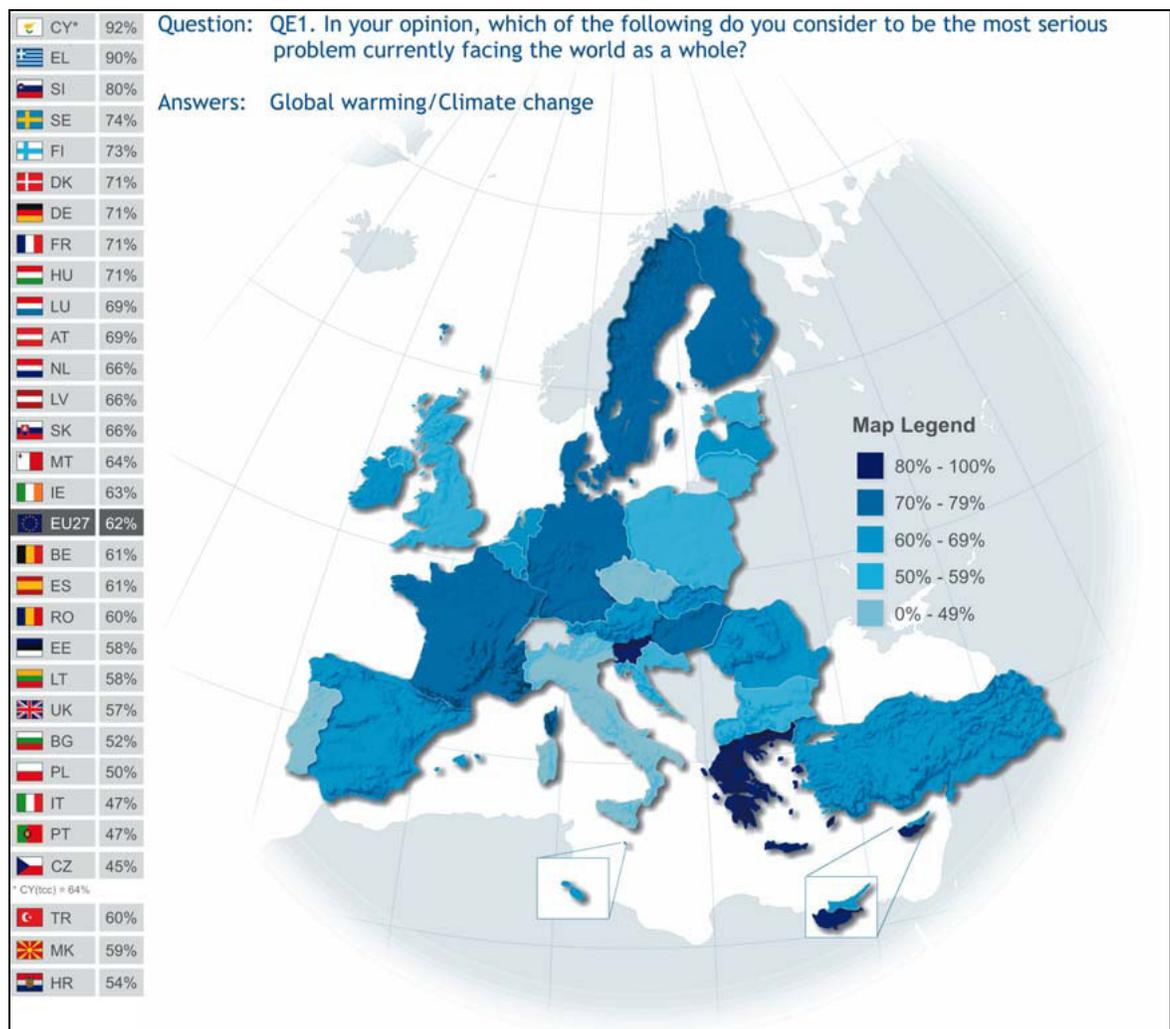


**Figura 8: Pesquisa “The public opinion of European Union”**  
**Fonte: Eurobarometro, 2007.**

Noutra pesquisa “As atitudes dos Europeus em relação às mudanças climáticas”, realizada em 2008 pelo Eurobarômetro a pedido da Comissão e do Parlamento europeus, ficaram evidentes os impactos dos discursos catastróficos sobre mudanças climáticas na audiência.<sup>138</sup> Nessa pesquisa, em que participaram 30.170 cidadãos nos 27 Estados Membros da UE, incluindo os três Estados candidatos a adesão a UE (Turquia, Croácia e a Antiga República Yugoslava da Macedônia – antiga Macedônia), cerca de 60% dos entrevistados confirmaram que as mudanças climáticas figuravam como o mais grave problema enfrentado pelo mundo na atualidade.

<sup>138</sup>Para detalhes consultar: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_300\\_full\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_300_full_en.pdf)>. Acesso em 12 mai. 2009.

Comparado aos 53 % que consideravam o terrorismo internacional e aos 38% que consideravam os conflitos armados como os problemas mais graves, essa pesquisa manifestou uma mudança de perspectiva bastante significativa (Ver Figura 8) em relação ao significado das mudanças climáticas. Com relação à gravidade do tema “mudanças climáticas”, “a vasta maioria dos europeus pensa que o aquecimento global/ as mudanças climáticas são um problema muito sério” (EUROBAROMETRO, 2008, p.12), alcançando a percentagem de 75% dos entrevistados.

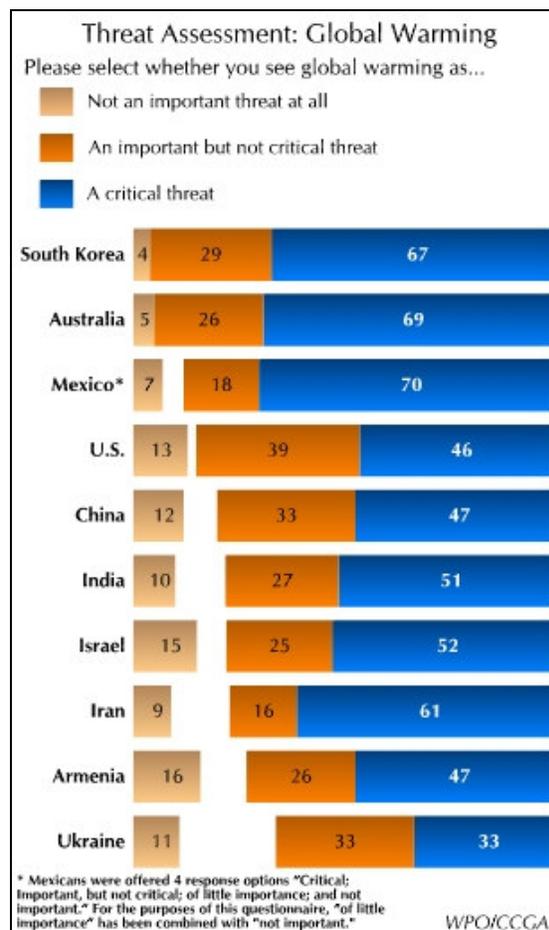


**Figura 9: Pesquisa “As atitudes dos Europeus em relação às mudanças climáticas”**  
**Fonte: Eurobarômetro, 2008.**

Outra pesquisa de opinião realizada em 2006 pela Ipsos Mori também já indicava resultados semelhantes: 48 % dos europeus consideravam as mudanças climáticas como a mais

séria ameaça ao planeta, enquanto que apenas 20% consideravam o terrorismo como maior ameaça. Essa perspectiva revelou-se importante, visto que em 2004 o terrorismo estava no topo da lista das principais ameaças mundiais (IPSOS MORI, 2006).<sup>139</sup>

Em âmbito mundial, uma pesquisa da organização “Opinião Pública Mundial”, realizada em 10 países, concluiu que a maioria dos países entrevistados sobre a gravidade das ameaças considera as mudanças climáticas uma ameaça crítica (Ver Figura 9).<sup>140</sup>



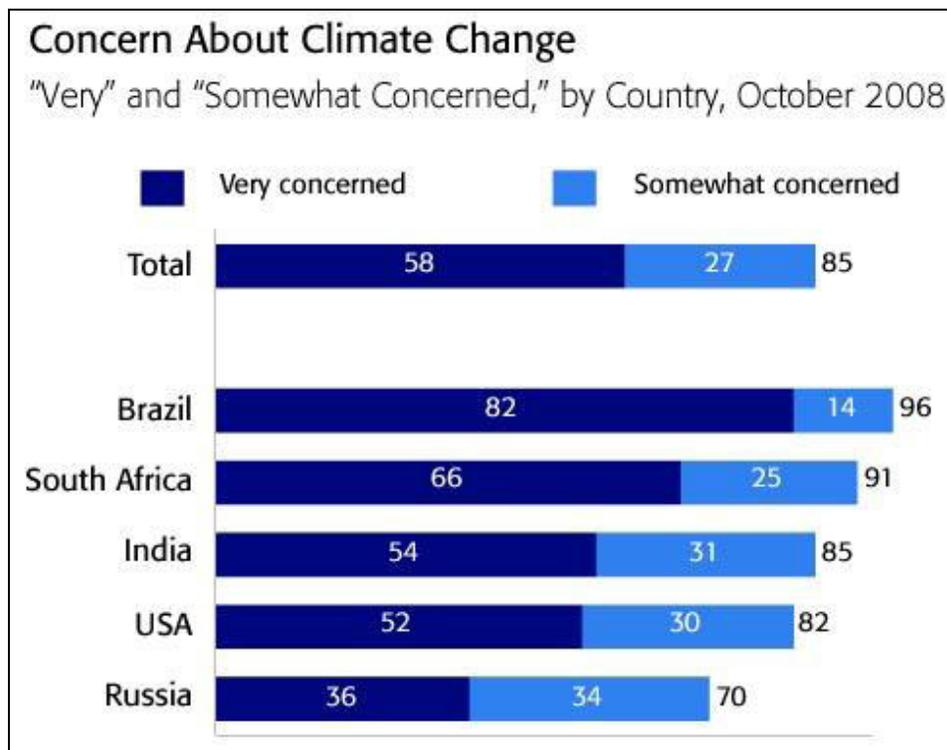
**Figura 10: Pesquisa sobre ameaça das mudanças climáticas**  
Fonte: World Public Opinion

<sup>139</sup> Para maiores detalhes, consultar: <<http://www.ipsos-mori.com/content/public-attitudes-to-climate-change-2008-concerned-.ashx>> . Acesso em: 12 mai. 2009.

<sup>140</sup> Para detalhes ver: <[http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar07/CCGA+ClimateChange\\_article.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar07/CCGA+ClimateChange_article.pdf)>. Acesso em 12 mai.2009.

Outra pesquisa realizada pela Transatlantic Trends em 2007, cujo foco principal era mapear as opiniões de europeus e americanos quanto à relação entre EUA-UE, os europeus declararam que se sentiam mais afetados pelas mudanças climáticas (85%), do que pela dependência energética (78%) ou pelo terrorismo (66%); enquanto que os americanos se sentem mais afetados pela dependência energética (88%), seguidos pelo declínio econômico (80%) e pelo terrorismo internacional (78%), sem que as mudanças climáticas fossem mencionadas (TRANSATLANTIC TRENDS, 2007).<sup>141</sup>

A UNEP em pesquisa realizada com jovens entre 12 e 18 anos de cinco países (Brasil, Índia, Rússia, África do Sul e Estados Unidos) intitulada “Pessoas jovens desejam que os líderes mundiais combatam as mudanças climáticas”, concluiu que 90% dos jovens anseiam que os líderes mundiais lidem melhor com as mudanças climáticas (UNEP, 2008).<sup>142</sup>

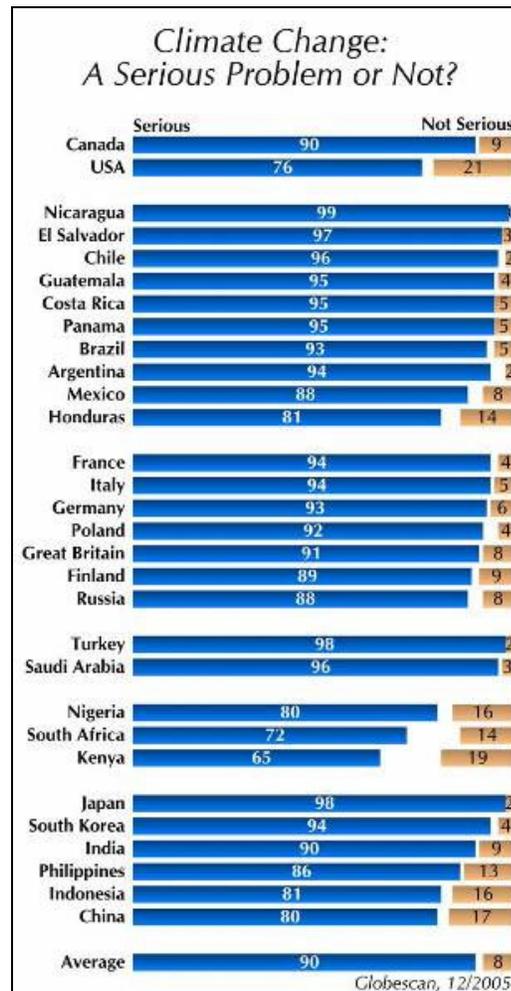


**Figura 11: Survey “Young People Urge World Leaders to Combat Climate Change”**  
 Fonte: UNEP, 2008.

<sup>141</sup> Para informações sobre esta pesquisa acessar: <<http://www.transatlantictrends.org/trends/index.cfm?year=2007>>.

<sup>142</sup> Para maiores detalhes da pesquisa realizada pela UNEP, acessar :< [http://www.unep.org/pdf/survey\\_results.pdf](http://www.unep.org/pdf/survey_results.pdf)>.

Em pesquisa realizada pela GlobeScan em 30 países de todo o mundo, uma ampla maioria das 33.237 pessoas entrevistadas declararam que as mudanças climáticas ou o aquecimento global constituem um sério problema. Considerando todos os países, uma média de 90% dos entrevistados afirmou que “as mudanças climáticas ou o aquecimento global, devido aos efeitos dos gases estufa são um sério problema” (Ver Figura 11). Conforme concluiu o Presidente da GlobeScan, Doug Miller, “um ponto decisivo parece ter sido alcançado nessa questão. Os níveis de preocupação estão em elevados níveis históricos e a realidade e impacto das mudanças climáticas tem sido internalizado por muitos cidadãos, sugerindo que iniciativas políticas e jurídicas bem designadas para a redução do problema receberão provavelmente um suporte substancial” (GLOBESCAN, 2005, p. 47).<sup>143</sup>



**Figura 12: Pesquisa “Mudanças Climáticas: um sério problema ou não?”**  
**Fonte: Globescan, 2005**

<sup>143</sup> Para maiores detalhes, acessar: <[http://www.globescan.com/news\\_archives/csr06\\_climatechange.pdf](http://www.globescan.com/news_archives/csr06_climatechange.pdf)>.

Considerando as pesquisas de opinião é possível afirmar que o movimento de securitização atingiu de modo parcial a audiência em escala mundial, sendo mais bem-sucedido na Europa. Contudo, apesar das constantes referências ao clima como uma ameaça global, a resposta externa não é homogênea. Tendo em vista as tendências apresentadas no debate do Conselho de Segurança, parte considerável da audiência mostrou-se desfavorável ao estabelecimento da relação entre segurança e mudanças climáticas, e, conseqüentemente, às pretensões dos europeus de inserção desta questão no Conselho de Segurança. Outro importante aspecto a ser observado, é o caráter ambíguo das pesquisas do Eurobarômetro, que além de servirem como um termômetro da audiência na Europa, ele mesmo serve aos propósitos securitizadores da própria UE, visto que as questões feitas aos entrevistados apresentam um caráter tendencioso, permitindo apontar, desse modo, o próprio Eurobarômetro como um instrumento securitizador do clima na Europa.

Além da legitimação e incentivos da audiência, especialmente europeia, aos movimentos securitizadores das mudanças climáticas protagonizados pela UE, três amplas motivações políticas devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a política climática tem se tornado um importante condutor da integração europeia em geral. De acordo com Oberthur e Kelly (2008), tanto o fracasso da Política Comum de Segurança e Relações Externas (CFSP, *Common Foreign and Security Policy*) no direcionamento do processo de invasão do Iraque em 2003, quanto à falha no estabelecimento de uma Constituição para a Europa em 2005, levaram as instituições europeias a procurarem por oportunidades que reforçassem sua legitimidade e revigorassem o processo de integração da Europa. Dado que a proteção ao meio ambiente vem recebendo atenção constante da opinião pública europeia nas últimas duas décadas (conforme informações fornecidas pelas pesquisas de opinião do Eurobarômetro) associada à urgência e importância atribuídas às mudanças climáticas pelo Quarto Relatório do IPCC divulgado em 2007, a UE tem encontrado grande motivação para atuação neste campo.

Como resultado, uma janela de oportunidade foi aberta para o avanço de ambas, uma política climática da UE interna e externa. As instituições europeias têm agarrado esta oportunidade para garantir sua legitimidade, movendo as mudanças climáticas para o centro do processo de integração europeia (que

reconhecidamente não assegurou ainda uma ação substantiva) (OBERTHUR; KELLY, 2008, p. 43, tradução nossa).<sup>144</sup>

Nesse sentido, ambos os fracassos na condução de uma política de segurança em 2003 e na implementação de uma constituição em 2005, são contrastados com o sucesso da UE no resgate do Protocolo de Kyoto em 2001, que se encontrava ameaçado pela oposição explícita dos Estados Unidos à ratificação do acordo.

Em segundo lugar, a intensificação das discussões acerca do futuro da segurança energética na Europa tem favorecido fortemente o desenvolvimento de uma política climática mais rigorosa. A alta nos preços do petróleo e do gás em 2005 colocou em evidência a dependência da UE em relação à importação de energia que, sem a adoção de medidas eficazes, poderia aumentar de 50% em 2005 para 70% em 2030. Ao mesmo tempo em que houve um aumento significativo nos preços do petróleo e gás, desdobramentos políticos – ocorridos em regiões com as maiores reservas destes recursos energéticos (Oriente Médio e Rússia) e das quais a Europa é dependente – tem alimentado preocupações com a segurança energética da UE. A agenda de segurança energética, resultante destes fenômenos, tem reforçado a agenda climática, especialmente no que diz respeito ao estímulo às políticas que visem à eficiência energética e ao uso de fontes alternativas de energia, sem contar a implementação de reformas significativas no mercado energético (TROMBETTA, 2008<sup>a</sup>).

Como a questão energética tem sido tradicionalmente considerada uma prerrogativa dos Estados Membros, e a segurança quanto aos suprimentos de energia uma questão de segurança nacional, a securitização de ambos, ou seja, do clima e da energia, tem contribuído para o desenvolvimento de uma política energética comum e uma estratégia de segurança que designadamente reflete as capacidades da UE. De maneira surpreendentemente oposta a uma abordagem antagonista, essa questão tem repousado sobre a liberalização e a cooperação com vistas a assegurar suprimentos energéticos e a estabilidade climática.

O impacto dessa estratégia, destaca Trombetta (2008a), tornou-se evidente pela reação da Comissão Europeia durante a crise do gás ocorrida entre a Ucrânia e a Rússia em 2006:

Quando a Rússia, envolvida na disputa sobre o preço do gás com a Ucrânia, efetuou o corte no suprimento de gás para a última, a quantidade de gás transitando pela Ucrânia e

---

<sup>144</sup> As a result, a window of opportunity opened for advancing both internal and external EU climate policy. The European institutions grasped this opportunity to enhance their legitimacy by moving climate change into the centre of the European integration process (which admittedly does not yet ensure substantive action)

destinado para a Europa declinou drasticamente (Stern 2006). Esta situação foi considerada um despertar que instigou um amplo debate sobre a segurança energética. Enquanto dentro da OTAN a questão foi discutida em termos de novas alianças, incluindo a possibilidade de envolvimento militar para patrulhar as rotas de abastecimento, sugerindo uma abordagem antagonística (Shea 2006), dentro da EU a crise proporcionou uma oportunidade de acelerar o desenvolvimento de uma política energética comum (TROMBETTA, 2008a, p. 12, tradução nossa).<sup>145</sup>

Essa política energética estabeleceu objetivos ambiciosos, mobilizando consensos através de um duplo aparato: a segurança climática e a segurança energética. Em janeiro de 2007 a Comissão Européia apresentou o “Pacote de Energia e Clima”, que incluía a revisão da estratégia energética, focando nos aspectos internos e externos da política energética da UE. Alguns meses depois, em março de 2007, a UE aprovou o plano, concordando com a redução de 20% nas taxas de emissões de gases estufa até 2020, se comparado aos níveis de 1990. O argumento central para justificar estas ações foi que energia e meio ambiente deveriam caminhar de mãos dadas. Enquanto a finalidade da UE gravitava sobre seus interesses e sobre segurança, os meios para atingi-la concentravam-se nos mecanismos de mercado, na promoção da ordem liberal e no multilateralismo (TROMBETTA, 2008a).

Em terceiro lugar, a posição da UE no sistema internacional e sua orientação estratégica nas relações internacionais, incluindo, especificamente, seu forte incentivo ao multilateralismo, também contribuíram para sustentar a liderança da UE na política climática internacional e consequentemente no movimento de securitização do clima. Conforme destacam Oberthur e Kelly (2008):

A UE tem perseguido por algum tempo o objetivo de fortalecer seu papel como um ator global. Formando ela mesma um microcosmo multilateral no sistema internacional, a UE tem sido também um dos mais vigorosos sustentáculos do multilateralismo e do direito internacional como uma espinha dorsal da governança global. Sob estas circunstâncias, as mudanças climáticas são uma área particularmente bem conduzida pela UE na perseguição pela liderança internacional (OBERTHUR; KELLY, 2008, p.44).

---

<sup>145</sup> When Russia, involved in a dispute over gas price with Ukraine, cut the gas supply to the latter, the amount of gas transiting through Ukraine and destined for European countries dropped dramatically (Stern 2006). This was considered as a wake up call which prompted a huge debate on energy security. While within NATO the point was discussed in terms of new roles for the alliance, including the possibility of military involvement to patrol the supply routes, suggesting an antagonistic approach (Shea 2006), within the EU the crisis provided the opportunity to speed up the development of a common energy policy.

É justamente por causa desse objetivo de fortalecer seu papel como ator global que a UE também tem priorizado a adoção de uma abordagem mais amena, baseada na prevenção, em detrimento de uma abordagem reativa. Contudo, a manutenção desse balanceamento, destaca Trombetta (2008b), representa um desafio para a UE na condução do processo de securitização do clima, visto que envolve questões energéticas de um lado, tradicionalmente tratadas pela lógica da segurança nacional e questões climáticas de outro, recentemente tratadas pela perspectiva “*human-centred*” de segurança. Além disso, para o equacionamento desse dilema, deve-se ter em conta também que o movimento de securitização, conduzido pela Europa, ganha relevo num contexto de “guerra contra o terror”, sugerindo, por outro lado, o emprego de meios tradicionais de segurança e de uma linguagem de violência e inimizade para justificar ações antecipatórias de combate à insegurança energética e climática (TROMBETTA, 2008a).

#### **4.4 Mudanças climáticas e segurança: uma discussão**

Mais do que mapear um processo em curso, o presente trabalho buscou também compreender as diferentes concepções de segurança que informam os discursos dos atores securitizadores do clima. Com isso, deparou-se de maneira surpreendente com uma multiplicidade de práticas, que acabaram colocando em evidência as possibilidades e os limites referentes à teoria de securitização e ao próprio objeto, bem como os dilemas que os percorrem.

Tendo em vista o potencial da securitização para reforçar a questão das mudanças climáticas internacionalmente pela sensibilização e destinação de recursos, poderia se esperar, contudo, que a linguagem de segurança conduzisse a respostas simultaneamente afastadas da esfera de cooperação internacional e próximas a organizações militares e de inteligência, com o poder de coagir aqueles Estados que se recusassem a reduzir suas emissões de gases estufa. Além disso, seria de se esperar que a racionalidade de segurança, orientada pela lógica ameaça/defesa, colocasse em jogo os esforços internacionais para solucionar o problema das mudanças climáticas, em função i) de interesses nacionais estreitos e em detrimento da cooperação internacional, ii) que permitissem que os Estados priorizassem os recursos destinados ao combate às mudanças climáticas para suas forças armadas e elites, cujo papel é crucial para a manutenção

da segurança doméstica, e iii) porque, ao retratar as mudanças climáticas como uma ameaça existencial, esta lógica trabalharia na contramão dos esforços em curso para a realização de um acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto, em 2012.

Contudo tais possibilidades teóricas revelaram a existência de tensões entre uma lógica de segurança baseada na prevenção de conflitos, na gestão de riscos e no multilateralismo, orientadora dos discursos dos principais atores securitizadores do clima e uma lógica orientada por práticas embasadas no excepcionalismo das medidas propostas e no antagonismo entre atores, preconizada pela teoria de securitização. A principal ambigüidade reside, portanto, na lógica de segurança.

Segundo Buzan *et al* (1998, p.05), a categoria segurança traz consigo um conjunto de práticas e um modo de lidar com determinado tema, imprimindo-lhe lógica e racionalidades específicas, submetendo-o a atitudes decisionistas (*decisionist attitude*), cuja ênfase recai sobre a importância de medidas emergenciais e reativas que, uma vez acionadas, não estão abertas à negociação. Toda essa lógica seria inspirada no entendimento Schmittiano do político (HUYSMANS, 1999; TAURECK; 2006; WILLIANS, 2003). Para Carl Schmitt, o político diz respeito à distinção entre as categorias de amigo e inimigo (SCHMITT, 1996).. Nesse sentido, a lógica de segurança é a lógica da guerra, sugerindo uma forma extrema de oposicionismo, um jogo de soma zero no entendimento sobre segurança. Um performativo de segurança tem que levar em consideração esse antagonismo. Essa concepção relativa a uma lógica antagonista da política é a mesma que orienta o caráter fixo das práticas de segurança, preconizadas por Waeber (1995a, 1995b) e Buzan *et al* (1998) na teoria de securitização, limitando a historicização da segurança e a análise da transformação das unidades de segurança (TROMBETTA, 2006).

Com a institucionalização do discurso nacional de segurança, essa racionalidade restrita a contextos específicos, passou a se propagar em diferentes setores, dos quais vinha se mantendo distante no período da Guerra Fria (BUZAN *et al*, 1998; TROMBETTA, 2006), colocando em evidência “os problemas da securitização, quando o meio ambiente está envolvido” (TROMBETTA, 2006, p. 08). Nesse sentido, a securitização dos problemas ambientais torna-se problemática justamente por causa do conjunto de práticas que supõe representar. Para a Escola de Copenhague, segurança “carrega consigo uma história e um conjunto de conotações dos quais não se podem escapar” (WAEVER, 1995a, p. 47), ou seja, enquanto a securitização constitui uma escolha política, as práticas envolvidas em tal processo não são. Por conseguinte, estes autores

consideram a transformação de uma questão em problema de segurança uma opção pouco proveitosa ou desejável, especialmente no campo ambiental, visto que “quando se considera o movimento de securitização, é preciso levar em conta o efeito sempre problemático de aplicar uma mentalidade de segurança contra as possíveis vantagens de enfoque, atenção e mobilização inerentes à politização (BUZAN *et al*, 1998, p.29). Com efeito, Buzan *et al* (1998) deixam claro sua opção (normativa) pela dessecuritização, visto que há a transformação da lógica orientada pela “sequência ameaça-defesa em direção a esfera pública ordinária”, caracterizada pelo diálogo e decisões abertas (BUZAN *et al*, 1998, p.29), cujo slogan é “menos segurança, mais política” (WAEVER, 1995a, p. 56). No entanto, o que se observa é que as tendências para as quais apontam o movimento de securitização das mudanças climáticas indicam várias tentativas de evocação do “poder simbólico de um discurso ambiental baseado na interdependência e na prevenção para estabelecer uma gestão de segurança em escala global” (TROMBETTA, 2008a, p.13).<sup>146</sup> É nesse sentido que as mudanças climáticas têm desafiado a lógica de securitização característica da Escola de Copenhague. Em primeiro lugar, pelo desafio à identificação do objeto referente de segurança. De acordo com os discursos analisados, o clima em si mesmo não é o referente de segurança, pelo contrário, em geral alude-se a coletividades (Estado, civilização, grupos sociais, etc.) que dependem da estabilidade climática. Nesse sentido, representar as mudanças climáticas como uma ameaça a toda humanidade sugere a possibilidade de criação de uma comunidade global, visto que “ameaças criam uma sociedade e ameaças globais criam uma sociedade global” (BECK, 2000 *apud* TROMBETTA, 2008b, p 05). Uma vez que a possibilidade da existência de uma comunidade global começa a emergir, o processo de securitização pode ser encarado como parte de um amplo processo de transformação das comunidades políticas.

Em segundo lugar pode-se destacar o problema na identificação do inimigo. Muitos problemas ambientais, incluindo as mudanças climáticas, podem afetar toda a humanidade. Contudo, como é praticamente inviável a criação de barreiras e o distanciamento de tais problemas, como então os discursos securitizadores do clima podem ser interpretados tendo em vista uma lógica cujo critério de definição é a existência de antagonismos entre amigos e inimigos? Visto que a lógica Schimttiana se refere a comunidades humanas, a pessoas, e não a processos físicos ou naturais; tornar a natureza ou processos naturais – físicos – em inimigos não

---

<sup>146</sup> The securitization of climate is an attempt to evoke the symbolic power of an environmental discourse based on interdependence and prevention to establish a framework for security governance at global level.

seria, no mínimo, problemático? Em terceiro lugar, ao sugerir que a análise do processo de securitização deva orientar-se por práticas de segurança estáveis, com vistas à necessidade de contornar as características e consequências da securitização, Buzan *et al* (1998) acabam por contrariar os pressupostos que deram origem a teoria de securitização. De acordo com tais pressupostos, inspirados em Austin e Derrida, a securitização, enquanto um performativo, presume que ao dizer algo, algo é feito e o contexto é transformado. Nesse sentido, a comunicação seria mais do que a transmissão de um significado dependente da intenção do enunciador, mas sim um processo comunicativo e interativo que independe da intenção ou do contexto no qual está inserido o ator. Nessa perspectiva, segurança estaria associada a significados específicos e práticas específicas, de caráter não fixo (TROMBETTA, 2008a).<sup>147</sup>

A relação entre segurança e mudanças climáticas, que tem sido promovida por atores interessados tanto na priorização dos problemas ambientais na agenda internacional quanto na adoção de uma perspectiva compreensiva de segurança (*human-oriented*), tem como objetivo “o investimento na mitigação para evitar esses cenários [de segurança sem precedentes] e a procura de formas de adaptação ao inevitável que deverão ir a par com a adoção de medidas para enfrentar as ameaças à segurança internacional ocasionadas pelas alterações climáticas; estes dois aspectos devem ser considerados parte integrante de uma política de segurança preventiva” (COMISSÃO, 2008, p.01). Trata-se, portanto, de uma renegociação do espaço no qual a administração de riscos e os mecanismos de mercado prevalecem, cujas consequências dependem do objeto a ser securitizado, dos meios empregados para a provisão de segurança e da lógica de segurança que informa tal processo.

Nesse sentido, o que o movimento de securitização das mudanças climáticas sugere é o deslocamento da lógica de segurança de uma perspectiva tradicionalista para uma lógica em “harmonia com o conceito de segurança humana” (COMISSÃO, 2009, p.02), envolvendo questões “interligadas e que requerem respostas políticas abrangentes” (COMISSÃO, 2008, p.02). Por sua vez, tais discursos trazem consigo também uma abordagem baseada na prevenção de conflitos, amplamente inspirada pelo princípio da precaução (*precautionary principle*); princípio este característico das práticas e normas ambientais (TROMBETTA, 2008b). O que estes discursos, designadamente liderados pela UE, sugerem é a criação, em escala internacional,

---

<sup>147</sup> Mesmo que Waever tenha afirmado que sua ênfase na estabilidade diz respeito à necessidade de contornar as características e consequências da securitização, e que essa fixidez possa ser relaxada em análises subsequentes, esse pressuposto limita o potencial de análise da teoria de securitização (TROMBETTA, 2008a).

de mecanismos de governança em segurança similares aos mecanismos que governam a política doméstica. Com isso, pretende-se também uma provável relativização entre segurança e meios militares, influenciada principalmente pela UE, em função da sua disposição limitada de recursos militares (TROMBETTA, 2008b).

À medida que tais reflexões são realizadas a partir dos problemas ambientais, tais práticas de segurança, consideradas como inescapáveis e imutáveis, podem ser relativizadas, visto que até mesmo Buzan, Wæver e Wilde reconhecem que este setor “indetermina quais tipos de estruturas políticas as preocupações ambientais irão gerar” (BUZAN *et al*, 1998, p.71). Neste sentido, “essa tensão pode ser amenizada, visto que [de acordo com os próprios teóricos de Copenhague] tentativas de securitizar o meio ambiente são descritas como tendo um potencial transformativo exigindo e clamando por novas instituições” (TROMBETTA, 2006, p. 11). Por conseguinte, os movimentos de securitização no setor ambiental parecem exprimir um potencial transformativo, contrastante com o potencial conservador de outros setores. Todos os aspectos levantados permitem afirmar que a securitização das mudanças climáticas tem transformado as práticas de segurança, sugerindo que “a abordagem da segurança humana emerge como uma alternativa genuína para a abordagem de securitização” (FLOYD, 2008, p. 42), no sentido de complementá-la.

Não obstante à emergência de práticas alternativas de segurança, é preciso esclarecer que o uso do slogan “segurança” remete a uma discussão que supera o problema da natureza da segurança e associa-se a questão da escolha política, em que pesa modos específicos de encaminhamento, baseados tanto no binômio ameaça/defesa quanto em medidas *human-centred*. Nesse sentido, não se pode descartar a adoção de medidas vinculadas à exigência de soluções centradas no Estado, que conduziriam a efeitos pouco desejáveis para a agenda ambiental (WAEVER, 1995a), isso porque “o conceito de segurança [ainda] dá a entender que a *defesa* de um problema tem que ser sustentada pelo Estado” (WAEVER, 1995a, p. 63, tradução nossa)<sup>148</sup>, afastando assim a possibilidade de organizações especializadas darem respostas a estes problemas, além de induzir a militarização das questões ambientais. Além disso, cumpre destacar a securitização das mudanças ambientais não descarta a possibilidade da política ambiental ser tratada a partir da dicotomização do tipo *nós-elas*, inserindo as questões ambientais numa lógica nacionalista. Nesse sentido, Wæver, parafraseando Deudney, afirma que “a ‘nação’ não é um

<sup>148</sup> “[...] the concept of security tends to imply that *defense* from the problem is to be provided by the state”.

recipiente ou uma lousa vazia aguardando para ser preenchida ou escrita, mas está, em substituição, profundamente ligada à guerra e ao pensamento nós *versus* eles” (DEUDNEY, 1991 *apud* WAEVER, 1995a, p.64, tradução nossa)<sup>149</sup>. Essa tendência nacionalista, salienta Waever (1995a), aponta também para a possibilidade de um determinado Estado isentar-se da responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, já que a incumbência por tais danos recairia sobre o outro, levando a questão ambiental a um impasse.

Finalmente, destaca Waever (1995a), é preciso refletir sobre os riscos da segurança ambiental, na medida em que esta pode se tornar uma ferramenta perigosa na mão de uma esquerda totalitária, que pode vir a tentar se relançar sob a égide do coletivismo ambiental, ocasionando, inclusive:

“[...] algum risco de que a lógica da ecologia, com seu potencial religioso, referência a categorias holísticas e a sua significância ligada a tudo, possa facilmente conduzir a projetos totalitários, nos quais também a ciência da ecologia tem se concentrado amplamente sobre como restringer, limitar e controlar atividades em nome do meio ambiente” (WAEVER, 1995a, p. 64, tradução nossa).<sup>150</sup>

Conseqüentemente, para Waever (1995a), o uso do *slogan* “segurança ambiental”, apesar de parecer tentador num primeiro momento, uma vez que se consagra como fórmula bastante efetiva de dramatização, “chamando a atenção” de todos para os problemas ambientais, pode “conduzir a uma construção social inadequada do meio ambiente como uma questão de ameaça/defesa” (WAEVER, 1995a, p. 65, tradução nossa)<sup>151</sup>. Portanto, a securitização do meio ambiente, em geral, e das mudanças climáticas, em particular, guarda consigo uma tentativa permanente de manutenção de equilíbrios instáveis entre uma lógica antagonista de um lado e uma lógica *human-oriented* de outro.

---

<sup>149</sup> “The notion is not an empty vessel or blank state waiting to be filled or scripted, but is instead profoundly linked to war and us vs. them thinking [...]”.

<sup>150</sup> “[...]some risk that the logic of ecology, with its religious potentials and references to holistic categories, survival and the linked significance of everything, might easily lend itself to totalitarian projects, where also the science of ecology has focused largely on how to constrain, limit, and control activities in the name of the environment”.

<sup>151</sup> “[...] might lead to an inappropriate social construction of the environment, as a threat/defense problem”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou mapear o processo de construção das mudanças climáticas como ameaça à paz e segurança internacionais. Para tanto, procurou compreender, por um lado, a relação entre mudanças climáticas e segurança, com vistas à obtenção de respostas para a seguinte questão: como se dá o processo de construção das mudanças climáticas como um problema de segurança? Por outro lado, esta pergunta deu origem à outra inquietação relativa à sistematização dos diferentes discursos evidenciados por ocasião das análises realizadas, que em sua maioria, referiam-se a duas posições distintas acerca da securitização do clima: uma repousando sobre a perspectiva da segurança nacional (tanto naqueles discursos opostos à inclusão de problemas ambientais no campo da segurança, quanto àqueles que consideravam tais questões como um caso de política excepcional) e outra se referindo à perspectiva da segurança humana, cujo propósito é a adoção de uma abordagem preventiva, amparada por políticas de mitigação e adaptação às consequências das mudanças climáticas, bem como pelo fortalecimento de acordos multilaterais. A primeira abordagem sugere a impossibilidade de estar preparado para todas as ameaças potenciais, enquanto a segunda adverte para os impactos catastróficos de tais ameaças, sugerindo a adoção de medidas de adaptação e mitigação – esta baseada numa racionalidade de ação preventiva – às mudanças climáticas. Nesse sentido, o processo de securitização das mudanças climáticas tem oscilado entre uma perspectiva e outra, indicando uma transformação no debate sobre o tema, que deixou de pertencer exclusivamente ao campo da cooperação para integrar o campo da segurança internacional.

Mesmo tendo em comum a percepção de que as mudanças climáticas caracterizam uma ameaça à paz e segurança internacionais, esse grupo não é homogêneo, visto que há atores que abordam tal ameaça a partir de uma perspectiva tradicional abrangente de segurança (tais como os Pequenos Estados Insulares, que reivindicam não só a entrada desse tema no Conselho de Segurança, mas também uma atitude mais enérgica desse órgão para o fornecimento de respostas mais eficazes de combate às mudanças climáticas), enquanto há outro grupo que explora a dimensão da “segurança humana” relativa ao debate, afirmando que a política de proteção contra as mudanças climáticas representa uma oportunidade para a prevenção de conflitos e o fortalecimento do multilateralismo.

Para os que consideram as políticas ambientais uma ameaça, especialmente os países em desenvolvimento, sob o protagonismo dos Estados Unidos, a securitização do clima representa uma ameaça ao desenvolvimento econômico. O “Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas”, realizado a pedido do governo britânico e publicado em 2006, consiste numa intervenção interessante nesse debate, pois além de contribuir para a securitização das mudanças climáticas, ele pôs em evidência a dimensão econômica das mudanças climáticas, dimensão essa que tem sido amplamente ignorada pelo discurso da segurança ambiental. Na verdade, o Relatório Stern alerta para os custos econômicos de postergação da ação, defendendo a adoção de medidas preventivas urgentes contra os efeitos das mudanças climáticas. Assim sendo, a idéia de que as medidas ambientais constituem uma ameaça à competitividade econômica e ao crescimento nomeadamente dos países em desenvolvimento, é colocada de lado pelo Relatório Stern, visto que os resultados de suas análises advertem para os custos da inação. De acordo com Stern (2006) a inércia quanto às mudanças climáticas poderiam custar entre 5% e 20% do PIB global por ano, enquanto que o custo da redução das emissões de gases estufa se limitaria a no máximo 1% do PIB global por ano (STERN, 2006). Esta é a principal mensagem do Relatório Stern e inaugura a diferença patente entre a abordagem europeia, que tende a considerar a política ambiental como uma oportunidade e a perspectiva dos Estados Unidos que caracterizam tal política como uma ameaça (TROMBETTA, 2008b).

Apesar da crença na possibilidade de ganhos cooperativos progressivos provenientes da relação entre mudanças climáticas e segurança ter sido contestada pelos países em desenvolvimento, bem como pelos Estados Unidos, é provável que tal estratégia, adotada principalmente pelos europeus, alcance seus objetivos. Isso porque as implicações de segurança das mudanças climáticas para a Europa, bem como para os países subdesenvolvidos e insulares, são suficientemente vultuosas para desencadear maior abertura política e multilateral necessária ao tratamento do problema em escala global, haja vista que este processo guarda semelhanças com a iniciativa adotada pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança em janeiro de 2000, cujo objetivo era debater o impacto do HIV/AIDS sobre a paz e segurança da África.

Em ambos os casos, os atores securitizadores tiveram que se empenhar para levar o Conselho a reconhecer os vínculos entre novos fenômenos emergentes em escala internacional e as questões de segurança. Apesar de não ter surtido resultados imediatos ao debate inaugural sobre HIV/AIDS no Conselho de Segurança em janeiro de 2000, meses depois o Conselho

retomou a discussão no contexto das operações de manutenção da paz internacional, adotando a resolução 1308 que passou a estimular a realização de testes voluntários e o aconselhamento de tropas em operações de manutenção da paz. Atualmente, muitas operações de paz da ONU, incluem a sensibilização e o estímulo à prevenção sobre o HIV/AIDS no âmbito dessas atividades (por exemplo, a Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia e a Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria).

Além destes aspectos, é possível ressaltar também o modo como a identificação de ameaças diz muito a respeito das identidades, interesses e valores que se imagina, serem protegidos pelos atores, bem como as práticas e lógicas associadas à segurança; com isso, a exploração das características peculiares de cada discurso sobre a securitização do clima revelou-se significativo. Em primeiro lugar, esses discursos indicaram uma preocupação com a segurança do clima, que pode ser entendida como a manutenção da estabilidade climática enquanto condição prévia para a “conservação de níveis de civilização adquiridos” (BUZAN *et al*, 1998, p.76). Nesse sentido, conforme destaca Wilde (2008), esse debate tem sido dominado por uma dúvida intrigante: são as mudanças climáticas um problema de política ordinária ou de política excepcional (política de segurança)? Uma vez que o modo de vida contemporâneo vem causando problemas ambientais de proporções globais, outro dilema paira no ar: para preservar as estruturas político-econômicas e socioculturais das sociedades em escala local, nacional e mundial é necessário alterá-las fundamentalmente, dada a sua insustentabilidade. Sendo assim, ou essas estruturas são modificadas de forma voluntária e controlada ou essas serão transformadas de maneira violenta e ao acaso pelas crises ambientais (WILDE, 2008). No caso das mudanças climáticas, este dilema torna-se muito mais penoso, em função da urgência envolvida nas ações de combate às mudanças climáticas, na medida em que seus efeitos só são percebidos a longo-prazo.

Nesse sentido, esse dilema atinge o núcleo de toda a discussão, remetendo novamente à existência de duas abordagens contrastantes acerca da provisão de segurança. A primeira, dependente de medidas emergenciais, sugere a impossibilidade de se estar preparado para todas as potenciais ameaças advindas das mudanças climáticas, sendo que é preferível lidar com tais ameaças à medida que eles surgem. A segunda, desenvolve-se a partir de uma abordagem preventiva e adverte para os impactos catastróficos das mudanças climáticas (TROMBETTA, 2008b). Esse debate traz consigo, assim, a possibilidade de transformar em ameaça um fenômeno

que ainda não foi materializado, influenciando as práticas sugeridas pela Escola de Copenhague e revelando, assim, os limites e as possibilidades do conceito de segurança na abordagem deste problema.

Embora as mudanças climáticas não possam figurar como as únicas responsáveis pela deflagração de conflitos, já que se trata de uma “ameaça multiplicadora” (COMISSÃO EUROPÉIA, 2008), estas têm adquirido validade e legitimidade parciais no entendimento comum do Ocidente, especialmente na Europa, no que se refere à segurança internacional. Como consequência, a União Européia tem investido crescentemente, em medidas estruturais e alternativas que incluem não só uma abordagem preventiva, como também o fortalecimento do multilateralismo e o fomento a diplomacia preventiva; todas essas medidas visam tanto à redução dos riscos de ameaças à existência da Europa, ou melhor, à sua integração, como sua permanência na liderança das negociações sobre mudanças climáticas, cujo objetivo maior é sua manutenção como “ator global” (COMISSÃO EUROPÉIA, 2008).

Outra característica peculiar da análise do processo de securitização, é que muitos movimentos securitizadores das mudanças climáticas resultaram na politização de tais questões. Conforme argumenta Trombetta (2006), esse desenvolvimento é problemático para a Escola de Copenhague, na medida em que seus autores afirmam que “transcender um problema de segurança pela politização deste não pode acontecer através da tematização em termos de segurança, somente em direção oposta a tais termos” (WAEVER, 1995a, p. 56). Isso por que, uma vez que uma questão é inscrita numa lógica antagonista, é muito difícil retorná-la ao debate aberto novamente. Apesar disso, “as várias politizações das questões ambientais que seguiram o apelo à segurança – aquelas que a Escola de Copenhague rejeita, definindo-as como securitizações falidas – parecem reforçar o argumento, sugerido por Edkins (1999), de que é uma tendência politizar questões através de sua securitização” (TROMBETTA, 2006, p.11). Por sua vez, essa questão sugere que a securitização no setor ambiental pode admitir formas distintas, demonstrando que evocar segurança neste setor não parece tão problemático quanto Buzan *et al* (1998) afirmam ser. Por conseguinte, essa tensão existente entre o que preconiza a teoria e o que foi observado empiricamente, conduziu o presente trabalho a um impasse: seria a securitização das mudanças climáticas bem-sucedida ou falida?

Mesmo que a Escola de Copenhague, conforme Trombetta (2008a), defina as tentativas de securitização do meio ambiente, em geral, como mal-sucedidas – há que se considerar que a

transformação de uma questão em problema de segurança pode ser orientada por diferentes modalidades e lógicas, que escapam à lógica antagonista do modelo de segurança nacional, sugerida pela Escola. Através do apelo à segurança, outras lógicas, características de contextos distintos, podem emergir e novos atores podem adquirir relevância na política de segurança. Apelos bem-sucedidos à segurança exigem o desenvolvimento de políticas de segurança, por meio da identificação de estratégias e de meios adequados para lidar com o problema que, por sua vez, são amplamente ancorados nas características de cada setor, com referências, valores e práticas distintas. Conforme Williams (2003) observou, “a teoria dos atos de fala implica na possibilidade de argumento, de diálogo, e por meio disso estende o potencial para a transformação das percepções de segurança, ambos dentro e entre Estados” (WILLIAMS, 2003, p. 523, tradução nossa).<sup>152</sup> Nesse sentido, a emergência de novas ameaças, tais como as provenientes do setor ambiental, tem sugerido que tanto medidas reativas quanto um entendimento antagonista de segurança não constituem as únicas formas de lidar com as ameaças apresentadas pelas mudanças climáticas. Ao invés disso, medidas preventivas parecem emergir como uma alternativa, tornando práticas como a administração de riscos, a prevenção de conflitos e o multilateralismo, respostas prováveis à discussão sobre segurança e mudanças climáticas (TROMBETTA, 2008a).

Portanto, a “securitização – amplamente compreendida como a construção social de uma questão como problema de segurança – pode ser considerada como um processo reflexivo, que não é somente orientado por regras [*rule-directed*], mas também transformador de regras [*rule altering*]” (TROMBETTA, 2008a, p. 591). Nesse sentido, a securitização não se refere ao uso de um significado fixo de segurança como excepcionalismo, como sugere Waever (1995); pelo contrário, segurança sugere um processo interativo e localizado de produção de significados (STRIZEL, 2007; TROMBETTA, 2008a).

---

<sup>152</sup> Speech-act theory entails the possibility of argument, of dialogue, and thereby holds out the potential for the transformation of security perceptions both within and between states.

## REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina. **A conceptual framework for human security**. Queen Elizabeth House, University of Oxford, 2003.

ACKERMANN, Alice. **The idea and practice of conflict prevention**. *Journal of Peace Research*, v. 40, n. 3, 2003, pp. 339–347.

ARTHUR, Charles. **Global warming is as big a threat to the world as terrorism**. *The Independent*. Reino Unido. 27 mai. 2004. Disponível em: < <http://www.independent.co.uk/environment/global-warming-is-as-big-a-threat-to-the-world-as-terrorism-564860.html> > Acesso em: 07set. 2008.

AUSTIN, John.L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. trad. Danilo M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Thalia Lacerda de. **(Re) escrevendo e (re)pensando a segurança: Gales, Paris e Copenhagen**. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP), 2007, p. 1-12. Disponível em: < <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/lacerda.pdf> > Acesso em 15 jan. 2008.

BALDWIN, David. **The concept of security**. *Review of International Studies*, v.23, n.1, p.5-26, 1997.

BARNETT, Jon. **Security and Climate Change**. *Tyndall Centre Working Paper*, n. 7, 2007. Disponível em: <[http://www.tyndall.ac.uk/publications/working\\_papers/wp7.pdf](http://www.tyndall.ac.uk/publications/working_papers/wp7.pdf)>. Acesso em nov. 2008.

BARNETT, Jon. **Destabilizing the Environment-Conflict Thesis**. *Review of International Studies*. v.26, n.2, p. 271-288, 2000.

BARNETT, Jon. **The meaning of environmental security: Ecological politics and policy in the new security era**. Nova York, Zed Books, 2001.

BATES, D.C. **Environmental Refugees? Classifying Human Migrations by Environment Change.** *Population and Environment*, v.23, p.465-477, 2002.

BAYLIS, John. The concept of security in International Relations. In: BRAUCH, Hans Günter; *et al.* (eds) **Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century.** New York: Springer, 2007. Cap. 37, p.495-502.

BOURDIEU, Pierre. **Las formas de capital.** Lima: Editorial Piedra Azul, 1999.

BRAUCH, Hans Günter. **Environmental and Human Security. Towards Freedom from Hazard Impacts.** United Nations University, Institute for Environmental and Human Security, n.02, 2005. Disponível em: <<http://ochaonline.un.org/OchaLinkClick.aspx?link=ocha&docId=1087273>> Acesso em 20 set. 2008.

BRAUCH, Hans Günter. Introduction: Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century. In: BRAUCH, Hans Günter; *et al.* (eds) **Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century.** New York: Springer, 2007. Cap. 1, p. 27-44.

BRAUCH, Hans Günter. **Securitizing climate change.** In: ISA Annual Convention, 50, 2008, Nova York. Disponível em: <[http://www.allacademic.com/one/isa/isa09/index.php?cmd=isa09\\_search&offset=0&limit=5&multi\\_search\\_search\\_mode=publication&multi\\_search\\_publication\\_fulltext\\_mod=fulltext&textfield\\_submit=true&search\\_module=multi\\_search&search=Search&search\\_field=title\\_idx&fulltext\\_search=Securitizing+Climate+Change](http://www.allacademic.com/one/isa/isa09/index.php?cmd=isa09_search&offset=0&limit=5&multi_search_search_mode=publication&multi_search_publication_fulltext_mod=fulltext&textfield_submit=true&search_module=multi_search&search=Search&search_field=title_idx&fulltext_search=Securitizing+Climate+Change)>. Acesso em; 01 mai. 2009.

BRAUN, Josh. **A hostile climate: Did global warming cause a resource war in Darfur?** Seed Magazine. Estados Unidos. 02 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.seedmagazine.com/news/2006/08/a\\_hostile\\_climate.php?page=all&p=y](http://www.seedmagazine.com/news/2006/08/a_hostile_climate.php?page=all&p=y)> Acesso em: 28 abr. 2008.

BROWN, Lester. **Redefining National Security.** *Worldwatch Paper 14* (Worldwatch: Washington), 1977.

BUCKLAND, Ben. **A climate of War? Stopping the securitization of Global Climate Change.** *International Peace Bureau*, 2007. Disponível em: <<http://www.ipb.org/disarmdevelop/environment/A%20Climate%20of%20War%20-%20Stopping%20the%20Securitisation%20of%20Climate%20Change.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

BUZAN, Barry. **Rethinking Security After The Cold War.** *Cooperation and Conflict*, v.32, n.1, p. 5-28, 1997.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis.** Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory.** *Review of International Studies*, v.35, p. 253–276, 2009.

CAMPBELL, David. **The visual economy of HIV/AIDS.** 2008. Disponível em: <<http://www.visual-hiv aids.org/>>. Acesso em: 12 mai. 2009.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Melhoramentos, 1965.

CENTER FOR NAVAL ANALYSIS. **National Security and the threat of climate change.** CNA Corporation, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org>> Acesso em: 28 jul.2008.

CLOVER, JENNY. **Human-centred environmental security in Africa.** *African Security Review*, v.14, n.02, 2005. Disponível em: <[http://www.iss.co.za/static/templates/tmpl\\_html.php?node\\_id=1130&slink\\_id=1940&slink\\_type=12&link\\_id=21](http://www.iss.co.za/static/templates/tmpl_html.php?node_id=1130&slink_id=1940&slink_type=12&link_id=21)> Acesso em: 11 mar. 2009.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Combating climate change: the EU leads the way.** 2007. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/70/en.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Alterações climáticas e segurança internacional.** Documento do Alto Representante e da Comissão Europeia para o Conselho Europeu. 2008. Disponível em: <[http://www.consilium.eu.int/uedocs/cms\\_data/librairie/PDF/PT\\_clim\\_change\\_low.pdf](http://www.consilium.eu.int/uedocs/cms_data/librairie/PDF/PT_clim_change_low.pdf)>. Acesso em: 23 abr.2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CONCA, Ken. **In The Name of Sustainability: Peace Studies and Environmental Discourse.** *Peace and Change* 19 (1994): 91-113.

CONNOR, Steve. Hawking warns: We must recognize the catastrophic dangers of climate change. **The Independent**. United Kingdom, 18 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/environment/climate-change/hawking-warns-we-must-recognise-the-catastrophic-dangers-of-climate-change-432585.html>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Uma Europa segura num mundo melhor: Estratégia Européia de Segurança**. 2003. Disponível em: <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Prioridades da UE para a 61.ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. 2006. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/st11380.pt06.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2009

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Prioridades da UE para a 62.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. 2007. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/st10184.pt07.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2009.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Relatório anual do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da PESC**. 2007. Disponível em: <[http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/PT\\_PESC.pdf](http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/PT_PESC.pdf)>. Acesso em 15 abr. 2009.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Prioridades da UE para a 63.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. 2008. Disponível em: <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/08/st09/st09978.pt08.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança**. 2008. Disponível em: <[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf)>. Acesso em 18 abr. 2009.

DABELKO, G.D. **State of art review of environment, security and development cooperation**. OECD, 2000. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/8/51/2446676.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

DALBY, Simon. **Security, Modernity, Ecology: The Dilemmas of Post Cold War Security Discourse**. *Alternatives*, v.17, n.1, p. 95-134, 1992.

DAUDELIN, Jean. **Human Security and Development Policy**. Ottawa, Canadá, The North-South Institute/L'Institut Nord-Sud, p.01-31, 1999.

DER DERIAN, James. The value of security: Hobbes, Marx, Nietzsche and Baudrillard. In: LIPCHUTZ, Ronnie. **On security**. New York: Columbia University Press, 1995. Cap 2, p.24-45.

DETRAZ, BETSILL. **Climate change and Environmental Security For Whom the Discourse Shifts**, 2008.

DEUDNEY, Daniel. **The Case Against Linking Environmental Degradation and National Security**. *Millennium*, v.19, n.3, p. 461-476, 1990.

DINIZ, Eugenio. **Política Internacional: Guia de Estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2007.

DODDS, Felix; PIPPARD, Tim. **Human and Environmental Security: An Agenda for Change**. London and Sterling, VA: Earthscan, 2005.

EINSIEDEL, Sebastian von; NITZSCHKE, Heiko; CHHABRA, Tarun. Evolution of the United Nations Security Concept: Role of the High-Level Panel on Threats, Challenges, and Change. In: BRAUCH, Hans Günter; *et al.* (eds) **Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century**. New York: Springer, 2007. Cap. 47. p. 621-636.

EL-HINNAWI, E. **Environmental Refugees**. Nairobi: United Nations Environmental Programme, 1985.

EUROBAROMETRO. **Europeans' attitudes towards climate change**. Report, 2008. Disponível em: < [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_300\\_full\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_300_full_en.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2009.

FALK, Richard. **This Endangered Planet: Prospects and Proposals for Human Survival**. New York: Random House, 1971.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideas, knowledge and public policies: a brief inventory of the latest main analytical approaches**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.51, 2003.

FLOYD, Rita. **The Environmental Security Debate and its Significance for Climate Change.** *The International Spectator*, v.43, n.3, p.51-65, 2008.

GENERAL ASSEMBLY. **2005 World Summit Outcome** (A/RES/60/1). 2005. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ARES601.pdf>>. Acesso em: 08 out.2008.

GENERAL ASSEMBLY. **85th Plenary Meeting**. 1989. Disponível em : <<http://www.un.org/documents/ga/res/44/a44r206.htm>>. Acesso em: 29 jul.2008.

GERMAN ADVISORY COUNCIL ON CLIMATE CHANGE (WBGU). **Climate Change as a security risk**. 2007. Disponível em: < [http://www.wbgu.de/wbgu\\_jg2007\\_engl.html](http://www.wbgu.de/wbgu_jg2007_engl.html)>. Acesso em: 22 out.2008.

GLEDISTSCH, Nils Petter. **Armed Conflict and the Environment. A Critique of the Literature.** *Journal of Peace Research*, v. 35, Issue 3, p.381-400, 1998.

GLEICK, P.H. **Environment and Security: The Clear Connections.** *Bulletin of the Atomic Scientists*, v.47, n.3, p. 17-21, 1991.

GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE AND HUMAN SECURITY. **Human Security**. 2008. Disponível em: < <http://www.gechs.org/human-security/>> Acesso em 26 set. 2008.

GLOBESCAN. **Climate change: a serious problem or not?** 2005. Disponível em: < [http://www.globescan.com/news\\_archives/csr06\\_climatechange.pdf](http://www.globescan.com/news_archives/csr06_climatechange.pdf)> Acesso em: 12 mai. 2009.

HAFTENDORN, Helga. **The security puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security.** *International Studies Quarterly*, v.35, n. 01, 1991.

HAGUE DECLARATION ON THE ENVIRONMENT. **Declaration of Hague**. 1989. Disponível em: <[http://www.nls.ac.in/CEERA/ceerafeb04/html/documents/lib\\_int\\_c1s2\\_hag\\_230300.htm](http://www.nls.ac.in/CEERA/ceerafeb04/html/documents/lib_int_c1s2_hag_230300.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2009.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. London: Routledge, 2006.

HOMER-DIXON, Thomas F. **On the threshold: environmental changes as causes of acute conflicts.** Trudeau Centre for Peace and Conflict Studies, University of Toronto. *International Security*, v. 16, n. 2, p. 76-116, 1991.

HOMER-DIXON, Thomas F. **The Environment, Scarcity, and Violence.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

HOUGHTON, John. **Global Warming is now a weapon of mass destruction.** *The Guardian*, UK, 28 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2003/jul/28/environment.greenpolitics>> Acesso em: 25 mar. 2009.

HUYSMANS, Jef. **The European Union and the Securitization of Migration.** *Journal of Common Market Studies* v.38, n.5, p. 751-777, 2000.

HUYSMANS, Jef. **Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security.** *Alternatives*, 27, Special Issue, p. 41-62, 2002.

HUYSMANS, Jef. **Revisiting Copenhagen: or, on the creative development of security studies agenda in Europe.** *European Journal of International Relation*, v.4, n.4, p.479-505, 1998.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL OF CLIMATE CHANGE. **Climate Change 1995: Impacts, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Scientific-Technical Analyses.** 1995. Disponível em:< <http://www.ipcc.ch/pdf/climate-changes-1995/spm-scientific-technical-analysis.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL OF CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2001: Synthesis Report, Summary for Policymakers.** 2001. Disponível em: < <http://www.ipcc.ch/ipccreports/assessments-reports.htm>>. Acesso em 15 set. 2008.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL OF CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2007: Synthesis Report, Summary for Policymakers.** 2007. Disponível em : < [http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4\\_syr\\_spm.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_spm.pdf)> Acesso em: 19 set. 2008.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The responsibility to protect.** Ottawa, Canada. International Development Research Center, 2001. Disponível em:< <http://www.iciss.ca/pdf/Commission-Report.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2009.

IPSOS MORI. **Tipping point or Turning Point? Social Marketing and Climate Change.** 2008. Disponível em: < [http://www.ipsos-mori.com/\\_assets/reports/turning-point-or-tipping-point.pdf](http://www.ipsos-mori.com/_assets/reports/turning-point-or-tipping-point.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2009.

KING, David. Climate Change Science: Adapt, Mitigate, or Ignore? **Science Magazine.** United Kingdom, London, 09 jan. 2004. Disponível em: < <http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/303/5655/176>>. Acesso em: 07 fev.2009.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony e Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics.** London, Verso, 2001.

LIOTTA, P.H. **Boomerang Effect: The convergence of National and Human Security.** *Security Dialogue*, v. 33, n. 04, p. 473-488, dez. 2002.

LIPCHUTZ, Ronnie. **On security.** New York: Columbia University Press, 1995.

LUBCHENCO, Jane. **Entering the Century of the Environment: A New Social Contract for Science.** *Science*, v. 279, n. 5350, p. 491 – 497, jan. 1998.

MATHEWS, Jessica T. **Redefining Security.** *Foreign Affairs*, v. 68, n.2, p. 162-177, 1989.

McDONALD, Matt. **Discourses of Security and Environmental Change.** In: ANNUAL MEETING OF INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, Hilton Hawaiian Village, Honolulu, Hawaii, mar 2005. Disponível em: <[http://www.allacademic.com/meta/p72165\\_index.html](http://www.allacademic.com/meta/p72165_index.html)> Acesso em 12 mai. 2008.

MENDES, Cristiano Garcia. **A construção do conceito de terrorismo: Análise dos discursos do ex-Primeiro Ministro britânico Tony Blair.** 2008. 233p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais, Brasília.

MESJASZ, Czeslaw. **Security as an analytical concept.** In: PAN-EUROPEAN CONFERENCE ON INTERNATIONAL RELATIONS, 5, 2004, Haia. Paper. Haia, Conference on International Relations, 2004. Disponível em: < [http://hexagon-series.org/pdf/Hague/Mesjasz\\_Security\\_concept.pdf](http://hexagon-series.org/pdf/Hague/Mesjasz_Security_concept.pdf)> Acesso em 28 ago. 2008.

MESSARI, Nissar. Existe um novo cenário de segurança internacional? In: **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas.** José María Gómez. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2004. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/messari.pdf> > Acesso em 30 jun. 2008.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.** Brasil. 1992. Disponível em: [www.mct.gov.br/clima/convencao/oque.htm](http://www.mct.gov.br/clima/convencao/oque.htm). Acesso em: 06 mar. 2008.

MØLLER, Bjørn. **The United Nations as a security political actor – with a special focus in Africa.** DIIS Report, v.11, p. 4-18, 2005.

MYERS, Norman. **Environmental Refugees.** *Population and Environment*, v.19, p. 167-182, 1997.

MYERS, Norman. **Environmental security: What's new and different?** University of Peace, 2002. Disponível em : < <http://www.envirosecurity.org/conference/working/newanddifferent.pdf> > Acesso em 23 set. 2008.

MESSARI, Nizar. ; NOGUEIRA, João Pontes . **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

NORDÅS, Ragnhild; GLEDITSCH, Nils Petter. **Climate Conflict: Common Sense or Nonsense?** *Political Geography*, n.6, p. 1-28, 2007.

OBERTHÜR, Sebastian; KELLY, Claire Roche. **EU Leadership in International Climate Policy: Achievements and Challenges.** *The International Spectator*, v. 43, n. 3, p. 35–50, 2008.

OHTA, Hiroshi. **The intersection of climate change, human security and International Relations Theory.** In: Global International Studies Conference, 2, 2008, Eslovênia. Disponível em: < [http://cast.ku.dk/events/cast\\_conferences/climatesecurity/ohta-humansecurityclimatesecurityandir-march-09.pdf](http://cast.ku.dk/events/cast_conferences/climatesecurity/ohta-humansecurityclimatesecurityandir-march-09.pdf) > Acesso em 26 fev. 2009.

PAGE, Eduard. **Theorizing the link between environmental change and security.** *Reciel*, v. 09, n. 01, p. 33-43, 2000.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Sumário para os Formuladores Políticos do Quarto Relatório de Avaliação do GT1**. 2007. Disponível em: < <http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>> Acesso em 25 jan. 2009.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Glossário**. Disponível em: < <http://www.ipcc.ch/pdf/glossary/ipcc-glossary.pdf>> Acesso em 03 nov. 2008.

PANTALEONI, Nilvia. **Roteiro de Leitura sobre o Austin**. Seminário Obrigatório de Doutorado, USP, 2000.

PARIS, Roland. **Human Security: paradigm shift or hot air?** *International Security*, v.26, n.2, p.87-102, 2001.

PARLAMENTO EUROPEU. **2050: o futuro começa hoje**. Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima. 2008. Disponível em:< [http://portal2.ipb.pt/pls/portal/docs/PAGE/EUROPE\\_DIRECT/ED-ENERGIASRENOVAVEIS/PARLAMENTO%20EUROPEU%20-%202050%20O%20FUTURO%20COME%20C7A%20HOJE%20NOVA%20VERS%20C3O.PDF](http://portal2.ipb.pt/pls/portal/docs/PAGE/EUROPE_DIRECT/ED-ENERGIASRENOVAVEIS/PARLAMENTO%20EUROPEU%20-%202050%20O%20FUTURO%20COME%20C7A%20HOJE%20NOVA%20VERS%20C3O.PDF)>. Acesso em: 24 abr. 2009.

PELUSO, Nance. Lee; WATTS, Michael. Violent Environments. In: PELUSO, Nance Lee; WATTS, Michael (Eds.) **Violent Environments**. New York: Cornell, 2001, Cap.01, p. 3-39.

PENNY, Christopher K. **Greening the security council: climate change as an emerging “threat to international peace and security”**. *International Environmental Agreements*, v.07, p.35-71, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Environment and Energy. **Poverty Eradication, MDGs and Climate Change**. 2008 Disponível em: <<http://www.undp.org/climatechange/adap01.htm>>. Acesso em 28 abr. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008. **Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana em um mundo dividido**. Síntese. Disponível em:< [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/relatorio\\_dh/Sintese.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/relatorio_dh/Sintese.pdf)>. Acesso em; 08 abr. 2009.

RAUDINO, Simone. **From text to reality: a linguistic approach to the European Union's conflict prevention policy.** In: The Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, 2006. Disponível em: <[http://www.allacademic.com/one/prol/prol01/index.php?cmd=prol01\\_search&offset=0&limit=5&multi\\_search\\_search\\_mode=publication&multi\\_search\\_publication\\_fulltext\\_mod=fulltext&textfield\\_submit=true&search\\_module=multi\\_search&search=Search&search\\_field=title\\_idx&fulltext\\_search=From+Text+to+Reality%3A+A+Linguistic+Approach+to+EU+Conflict+Prevention+Policies](http://www.allacademic.com/one/prol/prol01/index.php?cmd=prol01_search&offset=0&limit=5&multi_search_search_mode=publication&multi_search_publication_fulltext_mod=fulltext&textfield_submit=true&search_module=multi_search&search=Search&search_field=title_idx&fulltext_search=From+Text+to+Reality%3A+A+Linguistic+Approach+to+EU+Conflict+Prevention+Policies)> Acesso em: 12 mar. 2009.

ROE, Paul. **Securitization and Minority Rights: Conditions of Desecuritization.** *Security Dialogue*, v.35, n.3, p. 279-294, 2004.

ROTHSCHILD, Emma. **What Is Security?** *Dædalus*, v. 124, n.3, p. 58–59, 1995.

SALEHYAN, Idean. **Refugees, Climate Change, and Instability.** *Human Security and Climate Change: An International Workshop*, p. 1-20, 2005.

SCWARTZ, Peter; RANDALL, Doug. **An abrupt climate change scenario and its implications for United States National Security.** (Washington DC: Environmental Media Services, 2003). Disponível em: <<http://www.gbn.com/GBNDocumentDisplayServlet.srv?aid=26231&url=/UploadDocumentDisplayServlet.srv?id=28566>> Acesso em 15 jan. 2008.

SECRETARY-GENERAL OF UNITED STATES. **A More Secure World: Our Shared Responsibility.** 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2009.

SECRETARY-GENERAL OF UNITED STATES. **In larger freedom: towards development, security and human rights for all.** 2005. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/59/2005&Lang=E>>. Acesso em: 28 set. 2008.

SECURITY COUNCIL. **5663 rd Meeting.** 2007a. Disponível em: <<http://www.un.int/wcm/webdav/site/tuvalu/shared/documents/SC/N0730908.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

SECURITY COUNCIL. **5663 rd Meeting.** 2007b. Disponível em: <<http://www.un.int/wcm/webdav/site/tuvalu/shared/documents/SC/N0730973.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

SECURITY COUNCIL. **Cooperation between the United Nations and regional organizations in maintaining international peace and security (S/PV.5529).** 2006. Disponível em: <

<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20SPV%205529.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

SECURITY COUNCIL. **Energy, Security and Climate**. United Kingdom Concept Paper. Nova York, 2007. Disponível em : < <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20S2007%20186.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

SECURITY COUNCIL. **Relationship between the United Nations and regional organizations, in particular the African Union, in the maintenance of international peace and security (S/PV.5649)**.2007. Disponível em:< <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20SPV%205649.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

SECURITY COUNCIL. **Report of the Secretary-General on small arms (S/PV. 5390)**. 2006. Disponível em:< <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20SPV%205390.pdf>>. Acesso em: 27 mar.2009.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1625, de 14 de setembro de 2005**. Disponível em:< <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20SRES%201625.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

SECURITY COUNCIL. **Security Council holds first ever debate on impact of climate change on peace, security, hearing over 50 speakers**. 2007. Disponível em:< <http://www.un.org/News/Press/docs/2007/sc9000.doc.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

SECURITY COUNCIL. **Threats to international peace and security (S/PV. 5615)**. 2007. Disponível em:< <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20SPV%205615.pdf>>. Acesso em: 12 mar.2009.

SINDICO, Francesco. **Climate Change: a Security (Council) issue?** 2007. Disponível em:< [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1013186](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1013186)>. Acesso em: 14dez. 2008.

STARR, J. **Water Wars**. *Foreign Policy*, n. 82, pp. 17-36, 1991.

STERN REVIEW. **The Economics of Climate Change**. Independent Review published by the UK Treasury, 2006. Disponível em:< [http://www.hm-treasury.gov.uk/independent\\_reviews/stern\\_review\\_economics\\_climate\\_change/stern\\_review\\_report.cfm](http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.cfm)>. Acesso em 14 dez. 2008.

STRITZEL, Holger. **Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond.** *European Journal of International Relations*, v.13, n.3, p. 357–383, 2007.

TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional,** *Contexto Internacional*, v. 25, n.1, janeiro/junho 2003, p. 47-80.

TAURECK, Rita. **Securitization Theory — The Story So Far (Part One): Theoretical Inheritance and What it Means to be a Poststructural Realist.** In: Annual ISA convention, 47. San Diego, California, mar 2006, p.22–25.

TRANSATLANTIC TRENDS. **Key Findings 2007.** Disponível em:< <http://www.transatlantic-trends.org/trends/index.cfm?year=2007>> . Acesso em: 12 mai. 2009.

TRANSATLANTIC TRENDS. **Key Findings 2008.** Disponível em:< [http://www.transatlantic-trends.org/trends/doc/2008\\_English\\_Key.pdf](http://www.transatlantic-trends.org/trends/doc/2008_English_Key.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2009.

TRENELL, Paul. **The (Im) possibility of Environmental Security.** 54f. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos de Segurança) University of Wales, Aberystwyth. Disponível em:< <http://cadair.aber.ac.uk/dspace/handle/2160/410>>. Acesso em 30 set. 2008.

TROMBETTA, Maria Julia. **The meaning and function of climate security.** In: Global International Studies Conference, 2, 2008a, Eslovênia. Disponível em: < [www.wiscnetwork.org/getpaper.php?id=139](http://www.wiscnetwork.org/getpaper.php?id=139) -> Acesso em: 12 fev. 2009.

TROMBETTA, Maria Julia. **Environmental security and climate change: analysing the discourse.** *Cambridge Review of International Affairs*, v.21, n.04, p. 585-602, dez. 2008b.

TROMBETTA, Maria Julia. **The securitization of the environment and the transformation of security.** In: Pan-European Conference on International Relations, 2007, Torino, Itália. SGIR Turin International Conference, 2007, Torino, Itália. Standing Group on International Relations, 2007.

TROMBETTA, Maria Julia. **The Securitization of the Environment and the Transformation of Security.** 2006. Disponível em:< [http://archive.sgir.eu/uploads/Trombetta-the\\_securing\\_of\\_the\\_environment\\_and\\_the\\_transformation\\_of\\_security.pdf](http://archive.sgir.eu/uploads/Trombetta-the_securing_of_the_environment_and_the_transformation_of_security.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2008.

TURTON, Anthony. **Water Wars in Southern Africa: Challenging Conventional Wisdom.** *Africa Dialogue*, n. 2, p. 35-63, 2001.

ULLMAN, Richard H. **Redefining Security.** *International Security*, v.8, n.1, p. 129-153, 1983.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report, New Dimensions of Human Security.** New York: Oxford University Press, 1994. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/pdf/hdr\\_1994\\_ch2.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/pdf/hdr_1994_ch2.pdf)> Acesso em: 13 ago. 2008.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Annan Stresses Climate Threat at UNFCCC Conference.** Speeches. Nairobi, Kenya, 2006. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=495&ArticleID=5424&l=en>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME. **Young People Urge World Leaders to Combat Climate Change.** Survey, 2008. Disponível em: <[http://www.unep.org/pdf/survey\\_results.pdf](http://www.unep.org/pdf/survey_results.pdf)>. Acesso em 14 mai. 2009.

UNITED NATIONS FOUNDATION. **Confronting climate change: avoiding the unmanageable and managing the unavoidable.** Executive Summary, 2007. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CC%20Confronting%20Climate%20Change%20Exec%20Summ.pdf>>. Acesso em: 23 fev.2009.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL ORGANIZATION. **Secretary-General calls on ministers to champion risk reduction as core element.** Department of Public Information, News and Media Division, New York, 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/apps/news/infocus/sgspeeches/search\\_full.asp?statID=340](http://www.un.org/apps/news/infocus/sgspeeches/search_full.asp?statID=340)>. Acesso em: 23 abr. 2009.

VAN DIJCK, Dominique. **Is the EU policy on illegal immigration securitized? Yes of Course!** In: Pan-European Conference on EU Politics, 3, Istambul, Turquia, 2006.

WAEVER, Ole. **Security, The Speech Act. Analysing the Poltics of a Word.** *Working Paper COPRI*, n. 19, 1989.

WAEVER, Ole *et al.* **Identity, migration and the new security order in Europe.** London: Pinter, 1993.

WAEVER, Ole. **Securitization and Desecuritization**. In *On Security*, ed. R. D. Lipschutz, 46-86. New York: Columbia University Press, 1995a. Cap. 3, p. 46-86.

WAEVER, Ole. Concepts of security – the state of play; and a plea for the midmost concept. In: **Concepts of Security**. Institute of Political Science, University of Copenhagen: 1995b.

WAEVER, Ole. The EU as a security actor. In: KELSTRUP, Morten; WILLIAMS, Michael C. (Eds). **International Relations Theory and the Politics of European Integration, Power, Security and Community**. London: Routledge, 2000. p.250-294.

WAEVER, OLE. **All Dressed Up and Nowhere to Go? Securitization of Climate Change**. In: ISA Annual Convention, 50, 2008, Nova York. Disponível em: < [http://www.allacademic.com/one/isa/isa09/index.php?cmd=isa09\\_search&offset=0&limit=5&multi\\_search\\_search\\_mode=publication&multi\\_search\\_publication\\_fulltext\\_mod=fulltext&textfield\\_submit=true&search\\_module=multi\\_search&search=Search&search\\_field=title\\_idx&fulltext\\_search=Securitizing+Climate+Change](http://www.allacademic.com/one/isa/isa09/index.php?cmd=isa09_search&offset=0&limit=5&multi_search_search_mode=publication&multi_search_publication_fulltext_mod=fulltext&textfield_submit=true&search_module=multi_search&search=Search&search_field=title_idx&fulltext_search=Securitizing+Climate+Change) >. Acesso em: 01 mai. 2009.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

WILDE, Jaap de. Environmental Security Deconstructed. In: BRAUCH, *et al.* (eds) **Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century**. New York: Springer, 2007. Cap.45, p. 595- 602.

WILLIAMS, Michael C. **Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics**. *International Studies Quarterly*, v.47, p.511-531, 2003.

WILSON, Rhéa Nadine. **Securing the Human: A Critique of Human Security and the Responsibility to Protect**. 2006, 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – University of Carleton. Canadá, Ottawa.

WIRTH, David. **Climate Chaos**. *Foreign Policy*, n. 74, 1989.

WOLFERS, Arnold. **National Security as an Ambiguous Symbol**. *Political Science Quarterly*, v. 67, 1952.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Conference Statement.** World Conference on the Changing Atmosphere: Implications for Global Security. Toronto, Canadá, 1988. Disponível em: < [www.cmos.ca/ChangingAtmosphere1988e.pdf](http://www.cmos.ca/ChangingAtmosphere1988e.pdf) > . Acesso em 13 mar.2008.

WORLD PUBLIC OPINION. **Poll Finds Worldwide Agreement That Climate Change is a Threat. 2007. Disponível em:** < [http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar07/CCGA+\\_ClimateChange\\_article.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/mar07/CCGA+_ClimateChange_article.pdf) > . Acesso em 12 mai. 2009.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)